Índice

1. Atividades do emissor

1.1 Histórico do emissor 1

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 2

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 9

1.4 Produção/Comercialização/Mercados 10

1.5 Principais clientes 11

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 12

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 13

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 14

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 15

1.10 Informações de sociedade de economia mista 17

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 18

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 19

1.13 Acordos de acionistas 21

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 22

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 23

1.16 Outras informações relevantes 24

2. Comentário dos diretores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais 25

2.2 Resultados operacional e financeiro 45

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 48

2.4 Efeitos relevantes nas DFs 49

2.5 Medições não contábeis 50

2.6 Eventos subsequentes as DFs 51

2.7 Destinação de resultados 52

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 53

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 54

2.10 Planos de negócios 55

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 57

3. Projeções

3.1 Projeções divulgadas e premissas 58

3.2 Acompanhamento das projeções 59

Índice

4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 60
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 78
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 81
4.4 Processos não sigilosos relevantes 87
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 89
4.6 Processos sigilosos relevantes 90
4.7 Outras contingências relevantes 91
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 92
5.2 Descrição dos controles internos 93
5.3 Programa de integridade 94
5.4 Alterações significativas 99
5.5 Outras informações relevantes 100
6. Controle e grupo econômico
6.1/2 Posição acionária 101
6.3 Distribuição de capital 123
6.4 Participação em sociedades 124
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 125
6.6 Outras informações relevantes 126
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 127
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 128
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 129
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 130
7.4 Composição dos comitês 135
7.5 Relações familiares 136
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 137
7.7 Acordos/seguros de administradores 138
7.8 Outras informações relevantes 139
8. Remuneração dos administradores
8.1 Política ou prática de remuneração 140

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 141
8.3 Remuneração variável 144
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 145
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 146
8.6 Outorga de opções de compra de ações 147
8.7 Opções em aberto 148
8.8 Opções exercidas e ações entregues 149
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 150
8.10 Outorga de ações 151
8.11 Ações entregues 152
8.12 Precificação das ações/opções 153
8.13 Participações detidas por órgão 154
8.14 Planos de previdência 155
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 156
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 157
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 158
8.18 Remuneração - Outras funções 159
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada 160
8.20 Outras informações relevantes 161
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 162
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 164
9.4 Outras informações relevantes 165
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 166
10.1 Descrição dos recursos humanos 167
10.2 Alterações relevantes 168
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 169
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 170
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 171
10.5 Outras informações relevantes 172
11. Transações com partes relacionadas

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas 173
11.2 Transações com partes relacionadas 174
11.2 Itens 'n.' e 'o.' 202
11.3 Outras informações relevantes 220
12. Capital social e Valores mobiliários
12.1 Informações sobre o capital social 221
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 222
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 223
12.4 Número de titulares de valores mobiliários 230
12.5 Mercados de negociação no Brasil 231
12.6 Negociação em mercados estrangeiros 232
12.7 Títulos emitidos no exterior 233
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 234
12.9 Outras informações relevantes 235
13. Responsáveis pelo formulário
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 236
13.1 Declaração do diretor presidente 237
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 238
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 239

1.1 Histórico do emissor

A Let's Rent a Car S.A. ("Let's" ou "Companhia") iniciou suas atividades em 1995, na cidade de Bebedouro, estado de São Paulo, operando inicialmente como franquia de uma empresa do setor de locação de veículos, com uma frota de 30 automóveis.

Em 2006, a Companhia deixou o modelo de franquia e passou a operar sob marca própria, Let's Rent a Car, com foco na locação diária de veículos (rent a car). Três anos depois, em 2009, reposicionou seu modelo de negócios para atuar exclusivamente no segmento de terceirização de frotas corporativas, descontinuando, assim, suas lojas de aluguel diário.

Em 2011, a Let's consolidou sua presença no mercado com a aquisição das carteiras de clientes de duas empresas do setor, Nova e Lopira, elevando sua frota para aproximadamente 5.100 veículos, com foco em veículos leves. Em 2015, associou-se às empresas Salute e Valoriza, ampliando ainda mais sua escala operacional.

No ano de 2018, a Companhia foi adquirida pela Vix Logística, empresa do Grupo Águia Branca — conglomerado com mais de 78 anos de história no setor de logística e transporte — passando a integrar sua plataforma de negócios.

Em 2021, diversificou suas operações ao ingressar no segmento de assinatura de veículos por meio da plataforma digital de mobilidade urbana V1. No ano seguinte, em linha com seu novo posicionamento estratégico, passou a atuar também no segmento de locação de veículos pesados.

Em fevereiro de 2023, celebrou contrato para aquisição da totalidade das ações da EMAA Participações S.A. e da EMG Participações Ltda., controladoras diretas da Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S.A. ("EBEC"), especializada na locação de veículos para o setor de mineração e toda sua cadeia produtiva. A transação foi concluída em abril de 2023. A EBEC é uma empresa fundada em Minas Gerais com mais de 59 anos de atuação, com destaque no nicho de locação de veículos especializados para atender ao setor de mineração e toda sua cadeia produtiva.

Ainda em 2023, a Companhia obteve o registro de emissor de valores mobiliários na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), marcando seu ingresso no mercado regulado de capitais.

Em janeiro de 2024, foi aprovada, em Assembleia Geral, a incorporação da subsidiária integral EBEC, com o objetivo de simplificar a estrutura operacional, societária, tributária e tecnológica do grupo, promovendo sinergias, unificação de sistemas e otimização da gestão, com reflexos positivos sobre a eficiência e a redução de despesas operacionais e administrativas.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Let's é uma empresa com mais de 28 anos de experiência no mercdo, tendo iniciado suas operações no segmento de locação diária de veículos ("rent a car") e, posteriormente, migrado para o modelo de Gestão e Terceirização de Frotas ("GTF"), consolidando sua posição como referência no setor. Desde 2018, integra a VIX Logística S.A ("VIXPar"). e, por consequência, o Grupo Águia Branca, um dos maiores conglomerados de transporte e logística do Brasil, com atuação nacional nos segmentos de transporte rodoviário de passageiros, logística integrada e comércio de veículos.

Atualmente, a Companhia concentra suas operações no segmento de GTF, com cobertura em todo o território nacional. Seu modelo de negócio é baseado na oferta de soluções customizadas para empresas de médio e grande porte, mediante contratos corporativos de longo prazo (tipicamente entre 24 e 60 meses), com possibilidade de renovação e estruturação sob medida via processos de concorrência ("bids"). Além disso, a compra dos veículos é feita apenas após o êxito na concorrência, para melhor atender a necessidade do cliente.

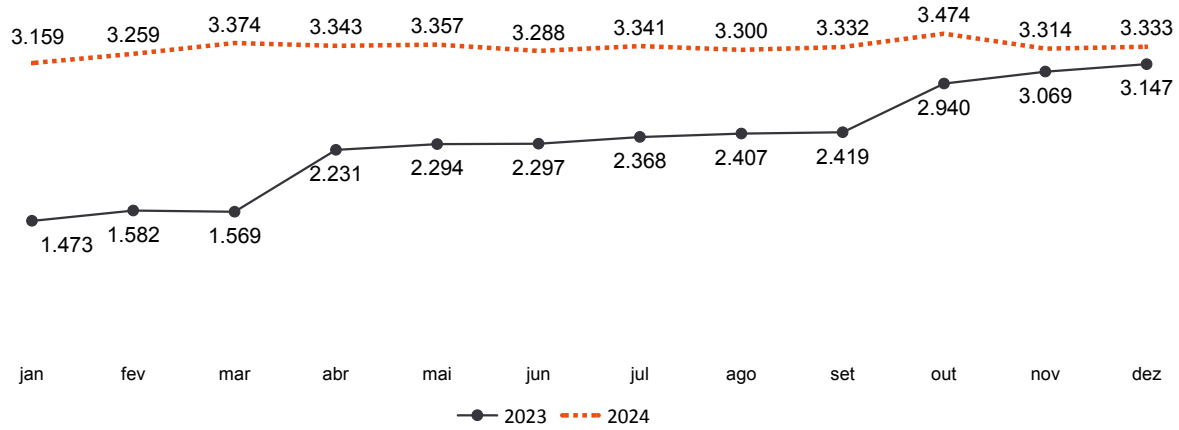
O escopo da gestão de frotas contempla desde a aquisição e customização dos veículos até a gestão completa do ciclo de vida da frota, incluindo manutenção preventiva e corretiva, rastreamento, seguro, documentação e gestão de multas, entre outros serviços. Essa abordagem permite que os clientes se concentrem em suas atividades principais, transferindo para a Let's os ônus operacionais e administrativos da gestão veicular

A atividade de GTF é uma atividade de capital intensivo com pouco custo fixo. Embora a barreira de entrada não seja elevada, a Companhia diferencia-se pela busca constante de "descomoditização" da sua oferta, investindo em tecnologia, qualidade de atendimento e serviços agregados que ampliam a percepção de valor do cliente e promovem margens superiores às da média do setor.

A estratégia operacional da Companhia está centrada na manutenção de uma frota com alto padrão de qualidade, baixa quilometragem e em constante processo de renovação. Adicionalmente, a Let's investe em veículos de maior valor agregado, alinhados à prestação de serviços diferenciados de gestão, o que tem permitido à Companhia elevar sua receita média por veículo locado e, consequentemente, sua rentabilidade.

Como reflexo dessa estratégia, a Companhia tem observado crescimento consistente em seu ticket médio de locação de frotas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2024, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Faturamento médio por veículo (R$ mil)

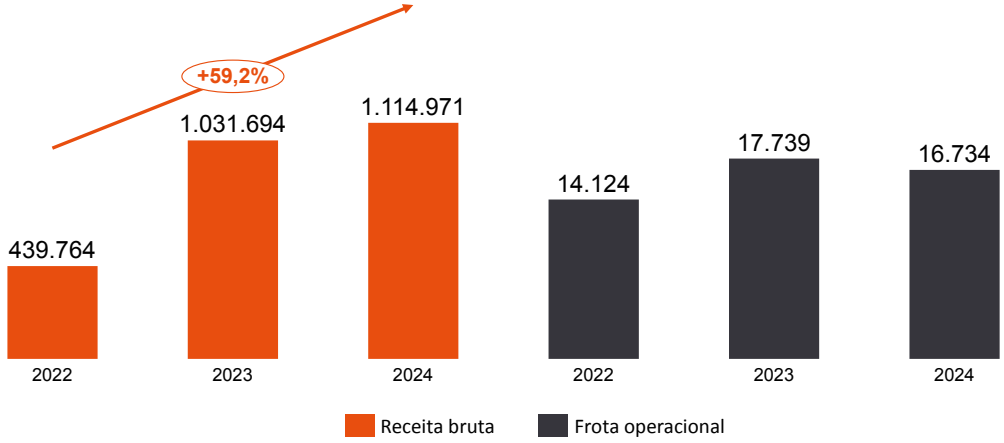


Fonte: Companhia, com data base em 31 de dezembro de 2024

A Companhia entende que adota um modelo de negócios moderno e inovador, com atendimento personalizado e de qualidade, e com gestão ativa. Essa abordagem tem permitido alcançar expressivo crescimento em termos de receita e clientes, conforme pode ser observado no gráfico abaixo, que indica o crescimento de receita bruta, com adequada frota operacional:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Receita Bruta (R$ milhares) e Frota Operacional (un)

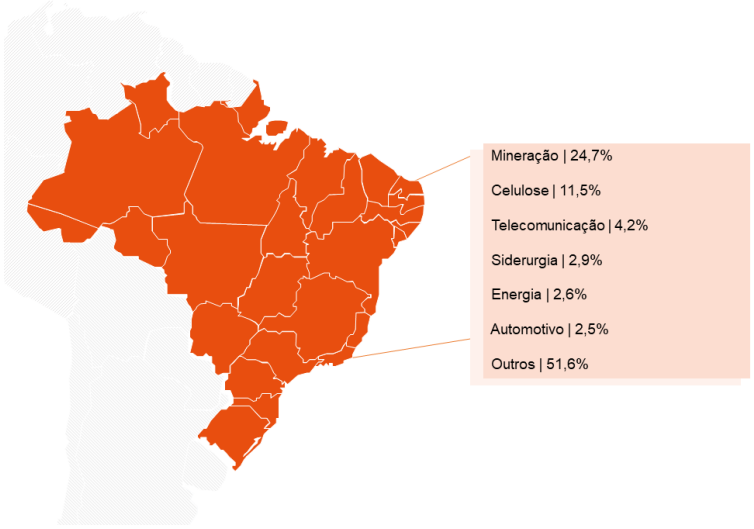


Fonte: Companhia, com data base em 31 de dezembro de 2024

Ao longo dos anos, a Let's consolidou parcerias estratégicas com as principais montadoras do país, garantindo condições comerciais competitivas, previsibilidade na entrega de veículos e suporte ao crescimento sustentável da frota.

Com presença nacional, a Companhia atende diversos setores da economia, assegurando capilaridade e diversificação da receita.

Presença nacional e Mercados de atuação

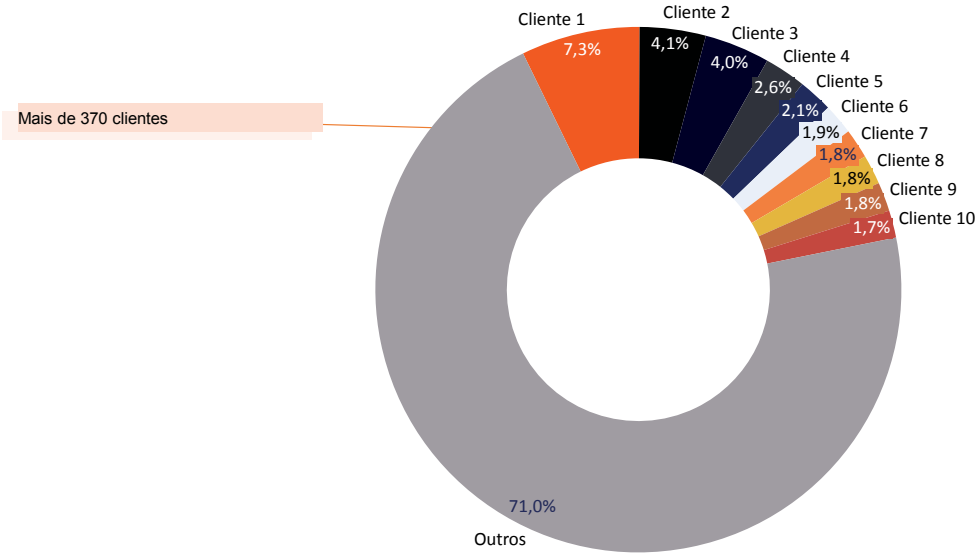


Fonte: Companhia, com data base em 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, a Companhia possui relação de longo prazo com seus principais clientes, o que viabiliza estabelecer contratos duradouros, fidelização e baixa taxa de inadimplência, garantindo, portanto, um retorno eficiente de suas operações:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Concentração de receita por cliente (%)

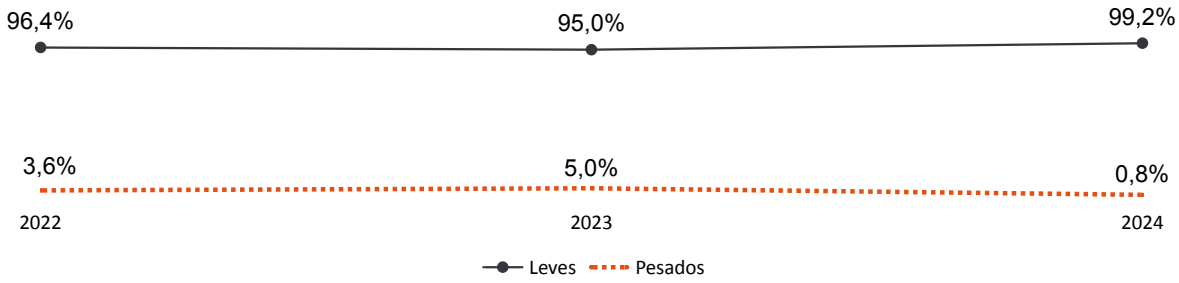


Fonte: Companhia, com data base em 31 de dezembro de 2024.

Gestão de Frotas

A Let's atua no segmento de gestão de frotas e locação de veículos leves e pesados para empresas (modelo B2B), por meio de contratos de longo prazo, com duração média de 34 meses (em 30 de setembro de 2024). A frota da Companhia é composta por veículos leves e pesados, adequados às necessidades específicas de cada cliente, conforme demonstrado nas datas abaixo.

Representatividade por tipo de frota (%)



Fonte: Companhia, com data base em 31 de dezembro de 2024.

A atividade de GTF vai além da simples locação de veículos: trata-se de uma solução completa e personalizada, que se inicia com o estudo individualizado das necessidades de cada cliente, passando pelo correto dimensionamento da frota, definição dos modelos ideais e a customização dos veículos com acessórios, itens de segurança e funcionalidades específicas. A Companhia também se responsabiliza por toda a cadeia de gestão veicular, incluindo manutenção preventiva e corretiva, substituição de pneus, seguros, suporte logístico, serviços de documentação, licenciamento, pagamento de IPVA e multas, entre outros.

Ao longo da vigência do contrato, os clientes contam com acesso a um portal de gestão com relatórios gerenciais online, que oferecem visibilidade, agilidade e indicadores operacionais relevantes para a tomada de decisão. Essa abordagem consultiva e baseada em dados permite ao cliente reduzir custos, aumentar sua eficiência operacional e concentrar esforços em seu core business.

A Let's disponibiliza contratos sob medida, com ampla variedade de marcas e modelos, e estrutura seus pacotes de serviços com flexibilidade, sempre com foco na excelência operacional, inovação e na

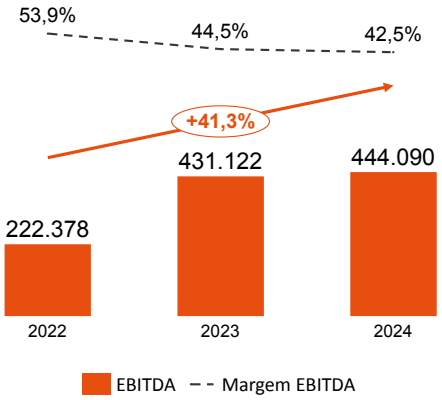
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

experiência do cliente. Esse modelo fortalece a fidelização dos clientes, amplia o ciclo de vida da frota e posiciona a Companhia como uma parceira estratégica em mobilidade corporativa.

Crescimento das operações
A Companhia vê um cenário favorável para a expansão de suas operações, impulsionado pela crescente adoção da terceirização e gestão de frotas por parte das empresas que buscam maior foco em suas atividades principais, redução de imobilizado, aumento da eficiência operacional e melhor controle e mais informações relativas à frota e adoção das melhores práticas de mercado.

Entre 2022 e 2024, a Companhia apresentou crescimento significativo e sustentado de EBITDA, considerando também as receitas com venda de veículos. Esse desempenho reflete tanto a execução da estratégia da Let's quanto o crescimento estrutural do mercado de GTF no Brasil.

EBITDA Total (milhares R$) e Margem EBITDA (%)



Fonte: Companhia, com data base em 31 de dezembro de 2024.

Atualmente, estima-se que apenas cerca de 20% a 25% das empresas privadas brasileiras adotam a terceirização de frotas, o que demonstra um grande potencial de expansão. Em comparação com mercados mais maduros, como Europa e Estados Unidos em que cerca de 55% a 70% das empresas utilizam o serviço de GTF, no Brasil ainda há um índice de penetração relativamente baixo, reforçando a perspectiva positiva para o setor[1].

Assim, a Companhia pretende continuar a investir no modelo de negócio baseado nos pilares de excelência operacional, execução e qualidade no atendimento ao cliente, para expandir organicamente a operação e aumentar o *market share*.

Aumento da Terceirização de Frota
A baixa penetração somada à retomada do crescimento econômico e à tendência crescente de terceirização de frotas pelas empresas (devido à necessidade de maior foco no *core business* e à redução da base de ativos por parte das empresas), representam oportunidades de expansão da Companhia.

Investimentos em Inovações e Melhorias Operacionais
Atentos às oportunidades de crescimento e novos modelos de negócios, a companhia está sempre buscando diversificar seus produtos e solucionar as dores do mercado no que tange a mobilidade *business-to-business*. Além disso, a Companhia pretende investir em tecnologia e no lançamento de novos produtos/soluções que reforçam seu posicionamento, melhoram a experiência do cliente e a conveniência do negócio de gestão de frota. A Companhia implementa e planeja continuar a implementar novos sistemas de tecnologia que fortaleçam sua capacidade de análise de dados e gerenciamento, otimizando custo e oferecendo um melhor serviço para seus clientes.

Manter sólida estrutura de capital e administração de caixa conservadora
A Companhia adota uma gestão financeira prudente, com foco na preservação de uma estrutura de capital sólida e na manutenção de níveis adequados de liquidez. Suas políticas de tesouraria priorizam a disponibilidade de caixa compatível com as necessidades operacionais e o acesso contínuo a linhas de crédito com instituições financeiras, visando sustentar o crescimento do negócio.

[1] Fonte: Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

As estratégias de captação e aplicação de recursos permanecem alinhadas ao planejamento estratégico, com ênfase na geração consistente de caixa operacional, diversificação e otimização das fontes de financiamento, e manutenção de níveis de endividamento saudáveis. Dessa forma, a Companhia busca preservar seu perfil de crédito e manter classificações favoráveis junto às agências de rating.

Venda de seminovos

A venda de seminovos é parte essencial do modelo de negócios da Companhia, contribuindo diretamente para sua sustentabilidade e rentabilidade. Para isso, é fundamental uma gestão eficiente da frota ativa, com foco no controle de custos de manutenção, tempo de uso dos ativos e processos de desmobilização.

A Companhia tem aprimorado continuamente essa frente, com a profissionalização da equipe dedicada, abertura de novos canais de venda e definição de estratégias específicas para maximizar o valor de revenda e atingir as metas comerciais estabelecidas. Esse esforço contribui para o equilíbrio do ciclo operacional e para a manutenção de margens saudáveis no negócio de gestão de frotas.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados à concretização dos cenários adversos contemplados nos fatores de risco da Companhia, sobretudo se ocorrendo de maneira combinada. Dentre os riscos relacionados à Companhia, destacam-se:

O nível de endividamento da Companhia pode vir a afetar negativamente a sua capacidade de refinanciar o endividamento existente ou de colocar capital adicional para financiar suas operações, limitar sua capacidade de reagir às mudanças na economia ou em seu setor de atuação e impedir que a Companhia atenda às suas obrig ações nos termos dos acordos relacionados ao endividamento da Companhia, sendo que descumprimentos dos termos de tais acordos podem afetá-la adversamente

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em 31 de dezembro de 2022, a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de arrendamento no passivo circulante e não circulante da Companhia era de R$ 441.128 mil. Em 31 de dezembro de 2023 a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de arrendamento no passivo circulante e não circulante era de R$ 1.311.048 mil e em 31 de dezembro de 2024, a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de arrendamento no passivo circulante e não circulante da Companhia era de R$ 1.285.422 mil. A Companhia pode vir a buscar empréstimos, por exemplo, para financiar sua estratégia de expansão, elevando o atual nível de endividamento. Um alto grau de alavancagem da Companhia pode ter consequências materiais, incluindo:

- maior vulnerabilidade a cenários econômicos ou regulatórios adversos;
- comprometimento de parcela significativa do fluxo de caixa com pagamento de juros e principal, reduzindo recursos disponíveis para investimentos e expansão;
- exposição ao risco de aumento da taxa de juros, dada a predominância de dívida atrelada a taxas pós-fixadas;
- limitação à realização de aquisições estratégicas ou necessidade de desinvestimentos para manter equilíbrio financeiro;
- restrição à captação de novos recursos para capital de giro, despesas operacionais ou estratégicas;
- redução da flexibilidade para reagir a mudanças de mercado, podendo gerar desvantagem competitiva frente a empresas com menor alavancagem.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita ao cumprimento de obrigações nos contratos de financiamento vigentes, bem como em possíveis novos contratos, as quais, se descumpridas, poderão resultar no vencimento antecipado de tais dívidas, bem como na consequente aceleração de outras dívidas (*cross default* e *cross acceleration*), o que poderá impactar adversamente a situação financeira e os negócios da Companhia. Para mais informações, vide item 2.1 deste Formulário de Referência.

Em razão de sua estratégia de expansão, a Companhia pode vir a contratar novas dívidas no futuro. A Companhia não tem como garantir que a sua capacidade de geração de caixa decorrente da exploração de suas atividades comerciais evoluirá proporcionalmente ao crescimento do seu endividamento e será suficiente para cumprir as obrigações financeiras estabelecidas nos instrumentos de dívida em que é parte, sendo que, em 31 de dezembro de 2022, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era negativo em R$ 158.986 mil, em 31 de dezembro de 2023 o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era negativo em R$ 66.107 mil e em 31 de dezembro de 2024, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era positivo em R$ 34.894 mil.

A Companhia pode vir a buscar empréstimos adicionais, por exemplo, para financiar sua estratégia de expansão, elevando o atual nível de endividamento. O aumento do endividamento e a insuficiência do fluxo de caixa, podem impactar de forma adversa o resultado de suas operações e a capacidade da Companhia de arcar com suas obrigações financeiras.

O valor de venda dos veículos utilizados nas operações da Companhia é fundamental para o retorno esperado de seus contratos, sendo que seus resultados poderão ser afetados por falhas na determinação de preços de venda dos referidos veículos.
O modelo de negócios da Companhia está estruturado em um ciclo operacional que se inicia com a aquisição – geralmente financiada – de veículos destinados à locação e se encerra com a desmobilização e revenda desses ativos ao final de seus respectivos contratos. O retorno econômico das operações depende diretamente da correta precificação da depreciação e do valor residual desses ativos.

A precificação dos contratos de locação considera a vida útil estimada dos veículos, o valor residual ao final do contrato e o custo por quilômetro rodado. Dessa forma, o volume e o preço efetivo de venda dos veículos desmobilizados são determinantes para o atingimento do retorno mínimo esperado em cada operação.

Fatores como condições de mercado, histórico de uso, quilometragem, sinistros, e o momento escolhido para a venda influenciam diretamente o valor de revenda. Eventuais falhas na precificação desses ativos podem comprometer os resultados da Companhia.

Adicionalmente, o comportamento do mercado secundário de veículos, especialmente em cenários de restrição ao crédito, elevação de taxas de juros ou queda na demanda, pode impactar negativamente a liquidez e os preços de revenda dos ativos. A volatilidade de preços pode ainda gerar deságios significativos em relação aos valores estimados, afetando o cálculo de depreciação dos veículos.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Caso as estimativas de valor residual sejam superdimensionadas ou as condições de mercado se deteriorem de forma não prevista, a Companhia poderá incorrer em perdas em relação ao que foi inicialmente projetadas, com impacto negativo em seus resultados financeiros, margens operacionais e geração de caixa.

A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.
A capacidade de crescimento da Companhia depende de diversos fatores, incluindo: (a) a habilidade de captar novos clientes ou aumentar receitas de clientes existentes em seus setores de atuação; (b) a capacidade de financiar investimentos para crescimento da frota (seja por meio de endividamento ou não); e (c) o aumento da capacidade operacional e expansão da capacidade atual para atendimento de novos clientes. Um desempenho insatisfatório da Companhia no que tange aos referidos fatores, entre outros, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo ou ainda limitação à capacidade de fazer investimentos, pode limitar a implementação com sucesso da sua estratégia de crescimento. É possível que, para a implementação de sua estratégia de crescimento, a Companhia precise financiar seus novos investimentos por meio de endividamentos adicionais.

O crescimento e a expansão em seus mercados atuais e em seus mercados poderão requerer adaptações da estrutura operacional da Companhia, incluindo, mas não se limitando, investimentos significativos na expansão e gerenciamento de sua frota de veículos. Os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser adversamente afetados se a Companhia não responder de modo rápido e adequado a tal expansão e necessidade de adaptação.

Uma falta de liquidez no mercado local de debêntures pode comprometer a capacidade ou condições de financiamento da Companhia.
As captações de recursos da Companhia ocorrem primordialmente por meio de debêntures emitidas no mercado local. Em um cenário de falta de liquidez local e outros motivos que afetem o mercado de capital brasileiro, a Companhia poderá precisar acessar outros mercados em condições piores daquelas já existentes hoje, o que poderá reduzir e prejudicar a sua capacidade de captação. Tal fato pode comprometer o volume de captações, prazos de pagamento da dívida e/ou custo de emissão das novas dívidas e, consequentemente, afetar a capacidade de crescimento ou a saúde financeira dos negócios da Companhia .

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (covenants).
A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants*), conforme os termos e condições previstos em seus contratos de empréstimos e financiamentos. Tais instrumentos impõem à Companhia obrigações típicas desse tipo de operação, como: vedação à recuperação judicial, extrajudicial ou falência; ocorrência de protestos; vencimento antecipado cruzado (*cross default e cross acceleration*); reorganizações societárias; alteração no controle acionário direto ou indireto; venda de ativos relevantes; descumprimento de obrigações contratuais; e limitação na distribuição de dividendos acima do dividendo obrigatório, entre outros.

O descumprimento dessas obrigações pode resultar no vencimento antecipado das dívidas contratadas. Adicionalmente, os contratos preveem cláusulas que restringem novas captações, especialmente em situações de descumprimento de determinados indicadores financeiros. A existência dessas restrições pode limitar a capacidade da Companhia de obter novos financiamentos ou refinanciar obrigações existentes, o que pode impactar negativamente suas operações, resultados e situação financeira.

Caso precise incorrer em novo endividamento em razão de sua estratégia de expansão ou por quaisquer outras necessidades de capital, a Companhia poderá enfrentar limitações impostas pelos contratos vigentes, inclusive a obrigação de quitar antecipadamente dívidas já contratadas, o que poderá afetar negativamente seu fluxo de caixa e seus resultados operacionais. Para mais informações a respeito do tema, vide seção 2.1 (f) deste Formulário de Referência.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

1.5 Principais clientes

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações
Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor
Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades
Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros
(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) em favor de partidos políticos
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira em favor de partidos políticos.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade. Contudo, a sua controladora, Vix Logística S.A. ("VIXPar"), publica, desde 2021, Relatório de Sustentabilidade, o qual consolida as informações das suas controladas diretas e indiretas, utilizando o método GRI, orientado para divulgação mais ampla de informações, fornecendo estrutura e padrões para uma compreensão mais abrangente dos impactos da organização alinhados aos temas materiais, definidos conforme engajamento dos *stakeholders*, indicadores complementares relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e *Sustainability Accounting Standards Board* - SASB. O relatório de Sustentabilidade da VIXPar está disponível para consulta no seu site de relações com investidores: https://ri.vix.com.br/.

b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

h) *se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas*

A Companhia realiza inventário de emissão de gases do efeito estufa, com o escopo 1 (emissões liberadas para a atmosfera como resultado direto das operações da própria empresa), 2 (emissões indiretas, provenientes da energia elétrica adquirida para uso da própria companhia) e 3 (emissões indiretas não incluídas no escopo 2) de sua controladora VIXPar, desde 2021. As informações podem ser encontradas no site https://ri.vix.com.br/a-companhia/relatorio-de-sustentabilidade/.

O inventario segue a metodologia GHG *Protocol* e não é auditado. A intenção desse inventário é reportar a sociedade voluntariamente as emissões de gases de efeito estufa da Companhia.

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) *a não divulgação de informações ASG*

A Companhia não divulga informações ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) por meio de relatórios anuais ou documentos específicos, em razão da ausência de um estudo estruturado para definição de uma matriz de materialidade própria. Além disso, sua controladora, VIXPar, já realiza a divulgação de Relatórios de Sustentabilidade, os quais abrangem suas controladas diretas e indiretas, incluindo esta Companhia.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Ainda assim, a Companhia reconhece a importância do tema, bem como as crescentes demandas do mercado por maior transparência em relação a práticas ASG. Dessa forma, o assunto tem sido tratado com recorrência no âmbito da gestão, sempre considerando a realidade operacional e estratégica da Companhia frente a essas obrigações e responsabilidades.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

A Companhia não divulga informações ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) por meio de relatórios anuais ou documentos específicos, em razão da ausência de um estudo estruturado para definição de uma matriz de materialidade própria. Além disso, sua controladora, VIXPar, já realiza a divulgação de Relatórios de Sustentabilidade, os quais abrangem suas controladas diretas e indiretas, incluindo esta Companhia.

Ainda assim, a Companhia reconhece a importância do tema, bem como as crescentes demandas do mercado por maior transparência em relação a práticas ASG. Dessa forma, o assunto tem sido tratado com recorrência no âmbito da gestão, sempre considerando a realidade operacional e estratégica da Companhia frente a essas obrigações e responsabilidades.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

A Companhia não divulga informações ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) por meio de relatórios anuais ou documentos específicos, em razão da ausência de um estudo estruturado para definição de uma matriz de materialidade própria. Além disso, sua controladora, VIXPar, já realiza a divulgação de Relatórios de Sustentabilidade, os quais abrangem suas controladas diretas e indiretas, incluindo esta Companhia.

Ainda assim, a Companhia reconhece a importância do tema, bem como as crescentes demandas do mercado por maior transparência em relação a práticas ASG. Dessa forma, o assunto tem sido tratado com recorrência no âmbito da gestão, sempre considerando a realidade operacional e estratégica da Companhia frente a essas obrigações e responsabilidades.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A Companhia não divulga informações ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) por meio de relatórios anuais ou documentos específicos, em razão da ausência de um estudo estruturado para definição de uma matriz de materialidade própria. Além disso, sua controladora, VIXPar, já realiza a divulgação de Relatórios de Sustentabilidade, os quais abrangem suas controladas diretas e indiretas, incluindo esta Companhia.

Ainda assim, a Companhia reconhece a importância do tema, bem como as crescentes demandas do mercado por maior transparência em relação a práticas ASG. Dessa forma, o assunto tem sido tratado com recorrência no âmbito da gestão, sempre considerando a realidade operacional e estratégica da Companhia frente a essas obrigações e responsabilidades.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável, uma vez que a Companhia relaciona os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS propostos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e as metas de cada ODS.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, uma vez que a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, conforme item “h” acima.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Todos os eventos ocorridos que importem aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante se enquadram dentro da operação normal dos negócios da Companhia e já foram devidamente descritos no item 1.12 deste Formulário de Referência.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Evento	Aquisição da EBEC
Descrição	Em 15 de fevereiro de 2023 foi celebrado o "*Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra de Participações e Outras Avenças*", o qual tem por objeto a aquisição, pela Let's Rent a Car S.A, da totalidade das ações/quotas representativas do capital social da EMAA e da EMG (estas últimas controladoras diretas da EBEC) ("Contrato de C&V"), de modo que a Companhia passou a ser controladora direta da EMAA e da EMG e controladora indireta da EBEC. A transação está alinhada com a estratégia de crescimento da Vix Logística na atividade de Gestão e Terceirização de Frota (GTF) e de consolidação da Companhia como um relevante player no mercado nacional, e tem como objetivo trazer para a Companhia uma importante expansão de sua carteira de clientes e abrangência geográfica, bem como uma posição diferenciada no atendimento ao segmento de pick-ups 4x4, visando sempre uma contínua e sustentável geração de valor para todos os seus *stakeholders*. O valor total envolvido na aquisição foi de R$ 307,6 milhões, sujeito aos ajustes de preço usuais nesse tipo de transação, além da assunção do endividamento líquido da EBEC. Consumadas as condições precedentes, foi pago o valor de R$ 137,7 milhões no ato do fechamento da transação e, sujeitos a eventuais ajustes de preço, os valores de R$ 123,7 milhões serão pagos em 36 parcelas mensais consecutivas e R$ 46,1 milhões ao final de 5 anos após a data de fechamento. A Operação foi concluída em 12 de abril de 2023.
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Informações mais detalhadas podem ser encontradas nos fatos relevantes divulgados pela Vix Logística em 17 de fevereiro de 2023 e 12 de abril de 2023, disponíveis no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site de relações com investidores da Vix (https://ri.vix.com.br/documentos-cvm/fatos-relevantes/).

Evento	Incorporação da EMAA PARTICIPAÇÕES S.A.
Descrição	Em 31 de outubro de 2023 foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a Incorporação da EMAA PARTICIPAÇÕES S.A., nos termos do "Protocolo e Justificação de Incorporação da EMAA PARTICIPAÇÕES S.A." ("Protocolo"), celebrado entre as administrações das sociedades envolvidas em 18 de outubro de 2023 ("Incorporação"), o qual tem por objeto a incorporação, pela Let's Rent a Car S.A, da EMAA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Incorporada") , em decorrência da qual a Incorporada foi extinta e sucedida pela Companhia, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A Incorporação não resultou em aumento de capital da Companhia, o qual permaneceu inalterado, considerando que o investimento que a Companhia possui na Incorporada será cancelado e substituído pelos ativos e passivos constantes da Incorporada pela Companhia. Não houve alteração da participação societária atualmente detida pelos acionistas da Companhia, nem a emissão de novas ações, permanecendo em pleno vigor e efeito todos os artigos do Estatuto Social da Companhia em razão da Incorporação. Como consequência da Incorporação, a Companhia pode amortizar fiscalmente o ágio no valor total de R$56.425.099,71 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, noventa e nove reais e setenta e um centavos) registrado quando da aquisição pela Companhia de sua participação na Incorporada. No contexto da Incorporação não há relação de troca de ações ou aumento de capital. Consequentemente, os acionistas consignaram o expresso reconhecimento da inaplicabilidade do Artigo 264 da Lei das S.A. uma vez que, não havendo aumento de capital nem emissão de ações, não houve relação de substituição de ações a que alude tal dispositivo legal.
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Informações mais detalhadas podem ser encontradas na ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 31 de outubro de 2023, disponíveis no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site de relações com investidores da Companhia (https://www.ri.lets.com.br/documentos-cvm/).

Evento	Incorporação da EMG PARTICIPAÇÕES LTDA.
Descrição	Em 31 de outubro de 2023 foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a Incorporação da EMG PARTICIPAÇÕES LTDA., nos termos do "Protocolo e Justificação de Incorporação da EMG PARTICIPAÇÕES LTDA." ("Protocolo"), celebrado entre as administrações das sociedades envolvidas em 18 de outubro de 2023 ("Incorporação"), o qual tem por objeto a incorporação, pela Let's Rent a Car S.A, da EMG PARTICIPAÇÕES LTDA. ("Incorporada"), em decorrência da qual a Incorporada foi extinta e sucedida pela Companhia, sem

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

	solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A Incorporação não resultou em aumento de capital da Companhia, o qual permaneceu inalterado, considerando que o investimento que a Companhia possui na Incorporada será cancelado e substituído pelos ativos e passivos constantes da Incorporada pela Companhia. Não houve alteração da participação societária atualmente detida pelos acionistas da Companhia, nem a emissão de novas ações, permanecendo em pleno vigor e efeito todos os artigos do Estatuto Social da Companhia em razão da Incorporação. Como consequência da Incorporação, a Companhia poderá amortizar fiscalmente o ágio no valor total de R$35.589.348,14 (trinta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, trezentos e quarenta e oito reais e quatorze centavos) registrado quando da aquisição pela Companhia de sua participação na Incorporada. No contexto da Incorporação não há relação de troca de ações ou aumento de capital. Consequentemente, os acionistas consignaram o expresso reconhecimento da inaplicabilidade do Artigo 264 da Lei das S.A. uma vez que, não havendo aumento de capital nem emissão de ações, não houve relação de substituição de ações a que alude tal dispositivo legal.
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Informações mais detalhadas podem ser encontradas na ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 31 de outubro de 2023, disponíveis no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site de relações com investidores da Companhia (https://www.ri.lets.com.br/documentos-cvm/).

Evento	**Incorporação da EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO - EBEC.**
Descrição	Em 31 de janeiro de 2024 foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a Incorporação da Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S/A – EBEC (“EBEC”), nos termos do “Protocolo e Justificação de Incorporação (“Protocolo”), celebrado entre as administrações das sociedades envolvidas em 01 de janeiro de 2024 (“Incorporação”), o qual tem por objeto a incorporação, pela Let’s Rent a Car S.A, da Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S/A – EBEC (“EBEC”) (“Incorporada”), em decorrência da qual a Incorporada foi extinta e sucedida pela Companhia, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A Incorporação não resultou em aumento de capital da Companhia, o qual permaneceu inalterado, considerando que o investimento que a Companhia possui na Incorporada será cancelado e substituído pelos ativos e passivos constantes da Incorporada pela Companhia. Não houve alteração da participação societária atualmente detida pelos acionistas da Companhia, nem a emissão de novas ações, permanecendo em pleno vigor e efeito todos os artigos do Estatuto Social da Companhia em razão da Incorporação. No contexto da Incorporação não há relação de troca de ações ou aumento de capital. Consequentemente, os acionistas consignaram o expresso reconhecimento da inaplicabilidade do Artigo 264 da Lei das S.A. uma vez que, não havendo aumento de capital nem emissão de ações, não houve relação de substituição de ações a que alude tal dispositivo legal.
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Informações mais detalhadas podem ser encontradas na ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 31 de janeiro de 2024, disponíveis no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site de relações com investidores da Companhia (https://ri.lets.com.br/outros-documentos-entregues-a-cvm/).

1.13 Acordos de acionistas

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, não há qualquer acordo de acionistas vigentes para a Companhia.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Nos últimos três exercícios e no exercício social vigente, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Nos últimos três exercícios e no exercício social vigente, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 1.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Introdução
Os Diretores da Companhia apresentam, neste item 2 do Formulário de Referência, informações destinadas a permitir aos investidores e ao mercado em geral a análise da situação econômico-financeira da Companhia sob a ótica da Administração. A seguir, são abordados, entre outros aspectos, fatos, tendências, compromissos ou eventos relevantes que impactam ou possam vir a impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

As análises foram construídas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2023 e 2024.

As informações aqui apresentadas devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.lets.com.br). As demonstrações financeiras consolidadas auditadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os termos “AH” e “AV”, utilizados nas colunas de determinadas tabelas deste item, correspondem, respectivamente, a “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”. A Análise Horizontal compara valores de uma mesma rubrica nas demonstrações financeiras ao longo do tempo. A Análise Vertical expressa o percentual de uma linha em relação à receita líquida nos períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação ao ativo total, passivo ou patrimônio líquido nas datas correspondentes do balanço patrimonial.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais consolidadas
Os Diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são adequadas para a implementação do plano de negócios e o cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa operacional, aliada às linhas de crédito atualmente disponíveis, é considerada suficiente para financiar suas atividades correntes e suprir as necessidades de capital previstas para a execução de sua estratégia de crescimento.

Endividamento

	Em 31 de dezembro de		
(R$ mil, exceto índice)	**2024**	**2023**	**2022**
Passivo Circulante	355.794	336.264	192.884
Passivo Não Circulante	1.296.077	1.386.481	502.226
Total Passivo	**1.651.871**	**1.722.745**	**695.110**
Patrimônio Líquido	**591.578**	**679.591**	**610.237**
Caixa e equivalentes de caixa	2.204	180.730	1.534
Títulos e valores Imobiliários	253.048	38.058	38.035
Dívida Bruta	1.269.715	1.330.622	452.146
Dívida líquida bancária	1.014.463	1.111.834	412.577
Índice de Endividamento (1)	**2,79**	**2,53**	**1,14**
Índice de Dívida Líquida Bancária sobre o Patrimônio Líquido (2)	**1,71**	**1,64**	**0,68**

(1) O índice de endividamento corresponde à razão entre passivo total e patrimônio líquido
(2) Razão entre dívida líquida bancária e patrimônio líquido

O aumento do índice de endividamento e a diminuição da posição de caixa entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 refletem, principalmente, o encerramento de algumas operações e o cumprimento dos vencimentos de dívidas no período. Adicionalmente, parte da redução do patrimônio líquido decorre do pagamento de dividendos realizado em 2024 com base na reserva de investimentos, o que também contribuiu para o aumento do índice de endividamento nesse exercício.

A redução da dívida líquida bancária entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, acompanhada do aumento do índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido, resulta tanto dos pagamentos realizados no período quanto da diminuição do patrimônio líquido mencionada anteriormente, em razão da distribuição de dividendos.

Já o aumento da dívida líquida bancária e do índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023 é reflexo de novas captações realizadas para suportar novas operações, do reperfilamento das dívidas bancárias da EBEC e da rentabilidade dos contratos já existentes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Índice de Liquidez

Liquidez Corrente	Em 31 de dezembro de		
(R$ mil, exceto índice)	**2024**	**2023**	**2022**
Ativo Circulante	491.839	442.074	142.698
Passivo Circulante	355.794	336.264	192.884
Liquidez corrente (1)	**1,38**	**1,31**	**0,74**

(1) O índice de liquidez corrente corresponde à razão entre ativo circulante e passivo circulante.

Liquidez Geral	Em 31 de dezembro de		
(R$ mil, exceto índice)	**2024**	**2023**	**2022**
Ativo Circulante + Ativo Não Circulante	2.243.449	2.402.336	1.305.347
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	1.651.871	1.722.745	695.110
Liquidez geral (1)	**1,36**	**1,39**	**1,88**

(1) O índice de liquidez geral corresponde à razão entre a soma do ativo circulante e não circulante e o passivo circulante e não circulante.

Em 31 de dezembro de 2023, os índices de liquidez apresentaram melhora em relação a 2022, refletindo uma posição financeira mais equilibrada e a manutenção da capacidade da Companhia de honrar seus compromissos. Em 2024, a liquidez corrente continuou em trajetória de alta, enquanto a liquidez geral permaneceu estável, indicando que a Companhia segue solvente.

Rentabilidade

As tabelas a seguir mostram a evolução do índice de rentabilidade da Companhia:

ROE – Retorno sobre o patrimônio líquido (R$ mil, exceto índice)	Em 31 de dezembro de		
	2024	**2023**	**2022**
Lucro Líquido do período/exercício	25.653	63.754	66.783
Patrimônio Líquido	591.578	679.591	610.237
ROE - Retorno sobre o patrimônio líquido (1)	**4,34%**	**9,38%**	**10,94%**

(1) O retorno sobre o patrimônio líquido corresponde à razão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido do período.

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) recuou de 2022 para 2023, impactado por condições de mercado mais restritivas, com destaque para o aumento das despesas financeiras líquidas e o encerramento de algumas operações. Entre 2023 e 2024, a nova redução no ROE decorreu da reorganização do mercado de seminovos, que afetou os resultados de vendas e o impacto da depreciação sobre o lucro líquido da Companhia.

Lucratividade

A tabela a seguir mostra a evolução do índice de lucratividade da Companhia:

Lucratividade (R$ mil, exceto índice)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2024	**2023**	**2022**
Lucro Líquido do período/exercício	25.653	63.754	66.783
Receita operacional líquida	1.045.323	969.501	412.231
Margem líquida - lucratividade (1)	**2,45%**	**6,58%**	**16,20%**

(1) O índice de lucratividade ou margem líquida, corresponde a razão entre o lucro líquido do período/exercício e a respectiva receita operacional líquida.

A margem líquida apresentou queda em 2023 em relação a 2022, reflexo das condições de mercado mais restritivas e do encerramento de algumas operações, que impactaram a lucratividade da Companhia. Em 2024, a nova redução da margem líquida decorreu, principalmente, dos efeitos da reorganização do mercado de seminovos, que pressionaram os resultados de vendas e aumentaram o impacto da depreciação sobre o lucro líquido.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a Companhia manteve, ao longo dos períodos analisados, uma estrutura de capital compatível com a natureza intensiva de capital de suas operações, equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades e crescimento perante o mercado, na proporção apresentada na tabela abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(R$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	1.651.871	1.722.745	695.110
Capital próprio (patrimônio líquido)	591.578	679.591	610.237
Capital total (terceiros + próprio)	**2.243.449**	**2.402.336**	**1.305.347**
Parcela de capital de terceiros	**73,63%**	**71,71%**	**53,25%**
Parcela de capital próprio	**26,37%**	**28,29%**	**46,75%**

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A tabela a seguir mostra a evolução do caixa, dívida de curto prazo e dívida de longo prazo para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, da Companhia:

(R$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Caixa [1]	255.252	218.788	39.569
Curto prazo [2]	226.443	216.756	30.951
Longo prazo [3]	1.043.272	1.113.866	421.195

[1] Caixa Total corresponde à soma de (i) caixa e equivalente de caixa circulante; (ii) títulos e valores mobiliários circulante; e (iii) títulos e valores mobiliários não circulante

[2] Dívida Curto prazo corresponde à soma de (i) empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais circulantes; e (ii) operações com derivativos circulantes

[3] Dívida Longo Prazo corresponde à soma de (i) empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais não circulantes; e (ii) operações com derivativos não circulantes

Dado o modelo de negócios da Companhia, que envolve a aquisição de veículos contabilizados no ativo imobilizado e de alta liquidez, os tradicionais indicadores de liquidez corrente devem ser analisados em conjunto com essa característica. Os veículos, embora registrados no ativo não circulante, podem ser rapidamente alienados, com prazo médio de venda de 30 dias, o que contribui para reforçar a flexibilidade financeira da Companhia.

A Companhia encerrou o exercício de 2024 com saldo de caixa e aplicações financeiras de R$ 255.252 mil, superior ao registrado em 2023 (R$ 218.788 mil), refletindo a manutenção de uma posição de liquidez confortável. No mesmo período, a dívida total era de R$ 1.269.715 mil, sendo R$ 226.443 mil no curto prazo e R$ 1.043.272 mil no longo prazo.

Adicionalmente, o ativo imobilizado totalizava R$ 1.578.344 mil em 31 de dezembro de 2024, frente a um passivo circulante de R$ 355.794 mil, reforçando a robustez da posição patrimonial e a capacidade de cobertura das obrigações de curto prazo.

Assim, os Diretores consideram que a Companhia possui capacidade adequada de geração de caixa e acesso a crédito suficiente para cumprir com seus compromissos financeiros nos próximos 12 meses. O bom relacionamento com instituições financeiras de primeira linha garante o acesso a novas linhas de crédito, caso necessário, para suportar suas operações e planos de investimento.

A tabela abaixo mostra a posição de dívida líquida/patrimônio líquido da Companhia para as datas indicadas:

(R$ mil, exceto índice)	Em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	1.269.715	1.330.622	452.146
(-) Caixa e equivalentes de caixa	2.204	180.730	1.534
(-) Títulos e valores Imobiliários (Ativo circulante)	253.048	38.058	38.035
Dívida líquida	**1.014.463**	**1.111.834**	**412.577**
Patrimônio líquido	591.578	679.591	610.237
Dívida líquida/patrimônio líquido	**1,71**	**1,64**	**0,68**

Vale mencionar também que o prazo médio dos contratos celebrados entre a Companhia e seus clientes é de 34 meses, o que, somado ao baixo índice de inadimplemento, garante à Companhia uma previsibilidade e estabilidade de receita e fluxo de caixa futuro.

Por fim, a Companhia informa que continuará buscando as melhores condições para suas obrigações financeiras, com prazos de pagamento mais longo e com melhores taxas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Modalidade	Moeda	Ano de Vencimento	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
FINAME e CDI	R$	2027	43.306	24.956	30.221
Empréstimo bancário para investimento	R$	2030	473.677	500.450	241.136
Debêntures e Notas Comerciais	R$	2029	760.283	779.323	165.249
Endividamento Total	**R$**		**1.277.266**	**1.304.729**	**436.606**
Passivo Circulante	**R$**		**355.794**	**336.264**	**192.884**
Passivo Não Circulante	**R$**		**1.296.077**	**1.386.481**	**502.226**

As características particulares de cada uma das operações compreendidas pelas rubricas acima estão descritas a seguir:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Contratante	Tipo de Operação	Contrato	Credor	Taxa de juros contratada (% a.a.)	Data contratação	Data vencimento	Tipo de garantia	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Total	**FINAME/CDC**							**43.306**	**24.956**	**30.221**
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 9271922 PAC 44007110490	BANCO ABC BRASIL S.A	100.00% TLP-IPCA + 7.41% a.a.	05/04/2022	15/04/2027	Garantia Real	-	734	736
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012206 PAC 44007107376	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	23/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	693	905	904
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012213 PAC 44007117770	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	23/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	384	502	501
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012214 PAC 44007117851	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	23/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	429	560	560
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012215 PAC 44007117940	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	23/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	1.072	1.400	1.399
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012217 PAC 44007118165	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	24/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	1.999	2.611	2.609
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012218 PAC 44007118203	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	24/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	1.999	2.611	2.609
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012219 PAC 44007118289	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	24/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	1.599	2.089	2.087
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012252 PAC 44007124254	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	02/06/2022	15/04/2027	Garantia Real	-	741	740

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012253 PAC 44007124270	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	24/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	-	185	185
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012254 PAC 44007124564	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	25/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	173	226	226
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012256 PAC 44007124726	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	25/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	429	560	560
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012257 PAC 44007124815	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	25/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	631	825	824
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012270 PAC 44007188651	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.51% a.a.	10/06/2022	15/04/2027	Garantia Real	264	344	344
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012271 PAC 44007188821	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.53% a.a.	10/06/2022	15/04/2027	Garantia Real	464	607	606
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012291 PAC 44007270706	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.64% a.a.	31/05/2022	15/05/2027	Garantia Real	741	928	932
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012358 PAC 44007490293	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.58% a.a.	04/08/2022	15/07/2027	Garantia Real	114	135	135
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012396 PAC 44007955199	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.78% a.a.	24/08/2022	15/08/2027	Garantia Real	89	101	102
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012400 PAC 44008075842	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.78% a.a.	29/08/2022	15/08/2027	Garantia Real	286	325	326
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 328186601 PAC 44007313227	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.59% a.a.	20/06/2022	15/06/2027	Garantia Real	2.487	2.983	2.987
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 328186619 PAC 44007313421	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.45% a.a.	20/06/2022	15/06/2027	Garantia Real	497	597	597
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 328186627 PAC 44007313430	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.59% a.a.	15/06/2022	15/06/2027	Garantia Real	1.695	2.032	2.035
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 328186635 PAC 44007313456	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.45% a.a.	20/06/2022	15/06/2027	Garantia Real	497	597	597

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 328186651 PAC 44007313570	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.59% a.a.	15/06/2022	15/06/2027	Garantia Real	428	514	514
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 328187038 PAC 44007377268	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.65% a.a.	05/08/2022	15/06/2027	Garantia Real	498	597	597
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 328187046 PAC 44007377292	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.65% a.a.	05/08/2022	15/06/2027	Garantia Real	565	677	678
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012212 PAC 44007117703	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	23/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	-	-	2.065
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012216 PAC 44007118009	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	23/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	-	-	1.720
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 1012255 PAC 44007124653	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	25/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	-	-	688
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 328186643 PAC 44007313537	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.59% a.a.	15/06/2022	15/06/2027	Garantia Real	-	-	1.357
EMPRESA B DE ENG E COMERCIO SA - EBEC	FINAME/CDC	Contrato n° 2909454586	BANCO BRADESCO S A	8,34% a.a.	22/10/2020	05/10/2024	Garantia Real	-	110	-
EMPRESA B DE ENG E COMERCIO SA - EBEC	FINAME/CDC	Contrato n° 3609684182	BANCO BRADESCO S A	7,75% a.a.	26/10/2020	08/03/2024	Garantia Real	-	460	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 2877642/24	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.		17/11/2024	17/02/2025	Garantia Real	2.745	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 2877671/24	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.		20/11/2024	20/02/2025	Garantia Real	4.510	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 2890997/24	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.		09/12/2024	07/03/2025	Garantia Real	4.661	-	-

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 2893708/24	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.		12/12/2024	12/03/2025	Garantia Real	6.264	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 2901414/24	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.		26/12/2024	26/03/2025	Garantia Real	3.040	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 2903183/24	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.		30/12/2024	30/03/2025	Garantia Real	4.053	-	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CDC	Contrato nº 2877642/24	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.		17/11/2024	17/02/2025	Garantia Real	2.745	-	-
Total	**Emprestimos para Financiamentos**							**473.677**	**500.450**	**241.136**
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 313.202.538	BANCO DO BRASIL S A	100.00% CDI + 2.25% a.a.	20/08/2021	10/08/2026	Garantia Quirografária	25.121	37.671	50.366
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 313.202.559	BANCO DO BRASIL S A	100.00% CDI + 1.95% a.a.	13/12/2021	02/12/2026	Garantia Quirografária	49.794	74.619	74.430
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 004 3 015044946	BANCO BRADESCO S A	100.00% CDI + 2.26% a.a.	09/08/2021	10/08/2026	Garantia Quirografária	52.181	50.423	50.397
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 237.3511.7000	BANCO BRADESCO S A	100.00% CDI + 2.16% a.a.	17/01/2023	18/12/2028	Garantia Quirografária	71.088	70.861	-
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 237.511.5000	BANCO BRADESCO S A	100.00% CDI + 2.51% a.a.	02/06/2023	02/05/2029	Garantia Quirografária	51.543	49.723	-
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 4131 69400961	BANCO CITIBANK S A	5.45% a.a.	14/02/2023	14/02/2028	Garantia Quirografária	67.363	58.518	-
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	ITAÚ - RES 4131 LE1224L401	ITAÚ UNIBANCO S A	1.90% a.a.	14/12/2021	16/12/2024	Garantia Quirografária	75.880	63.364	65.943
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	ITAÚ - RES 4131 AGE1357786	ITAÚ UNIBANCO S A	5.00% a.a.	16/02/2023	27/01/2027	Garantia Real	20.925	25.110	-

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 1055995	BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A	100.00% CDI + 2.67% a.a.	19/05/2023	19/05/2025	Garantia Real	50.761	50.781	-
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 1663254561	BANCO ITAU UNIBANCO	6,42	24/08/2020	28/08/2024	Garantia Real	-	1.503	-
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 11677223	BANCO ABC BRASIL S.A	100.00% CDI + 2.80% a.a.	31/01/2023	02/02/2026	Garantia Real	2.167	4.380	
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 8349621	BANCO ABC BRASIL S.A	100.00% CDI + 2.80% a.a.	22/06/2021	23/06/2025	Garantia Real	2.149	6.444	
LET'S Rent a Car SA	Empréstimo bancário para investimento	Contrato nº 603.556	BOCOM - BBM	100.00% CDI + 3.00% a.a.	09/12/2022	09/12/2026	Garantia Real	4.707	7.052	
Total	**Notas Comerciais**							**129.812**	**149.537**	**-**
LET'S Rent a Car SA	Nota Comercial	1ª. NOTA COMERCIAL LETS-U1 - NC	BANCO BTG PACTUAL S.A.	100.00% CDI + 2.55% a.a.	15/03/2023	15/03/2028	Garantia Quirografária	129.812	149.537	-
Total	**Debêntures**							**630.471**	**629.786**	**165.249**
LET'S Rent a Car SA	Debêntures	DEBENTURES - 5ª Emissão	BANCO OLIVEIRA TRUST DTVM S.A	100.00% CDI + 2.10% a.a.	30/06/2022	28/06/2027	Garantia Quirografária	159.067	159.037	158.844
LET'S Rent a Car SA	Debêntures	DEBENTURES - LETS14	BANCO OLIVEIRA TRUST DTVM S.A	100.00% CDI + 1.55% a.a.	25/02/2019	15/02/2023	Garantia Quirografária		-	6.405
LET'S Rent a Car SA	Debêntures	DEBENTURES - EBEC14 - 6ª EMISSÃO LET´S	BANCO OLIVEIRA TRUST DTVM S.A	100% CDI (+) 2,60 a.a.	08/08/2023	27/07/2029	Garantia Quirografária	209.868	209.744	-
LET'S Rent a Car SA	Debêntures	DEBENTURES - EBEC15 - 7ª EMISSÃO LET´S	BANCO OLIVEIRA TRUST DTVM S.A	100% CDI (+) 2,60 a.a.	23/08/2023	11/08/2028	Garantia Quirografária	261.536	261.005	-

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras
Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos últimos três exercícios sociais e ao exercício social vigente, além daquelas já descritas no item 2.1 (f)(i) acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia
Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2024 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.
Alguns dos instrumentos de dívida indicados no item "f" acima possuem cláusulas que imputam à Companhia restrições (*covenants*) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, *cross default* e *cross acceleration*, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos em montante superior ao obrigatório, entre outros. A não observância dessas restrições poderá ensejar o vencimento antecipado dos saldos em abertos dos instrumentos de dívida.

As principais restrições encontram-se descritas abaixo:

- Protesto de títulos: os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item "f" acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, vencerão antecipadamente em caso de protesto de títulos, observado eventuais valores mínimos previstos em cada instrumento;
- Pedido de recuperação judicial ou decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial: os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item "f" acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, vencerão antecipadamente em caso de pedido recuperação judicial da Companhia, decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, bem como em caso de insolvência dos avalistas, conforme aplicável;
- Insuficiência e não formalização de garantias: os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item "f" acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, possuem cláusula de vencimento antecipado na hipótese de insuficiência ou deterioração das garantias prestadas, bem como nas hipóteses de não formalização das referidas garantias, conforme exigências legais;
- Falecimento/substituição dos Avalistas/Fiadores: os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item "f" acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, possuem cláusulas de vencimento antecipado na hipótese de não substituição dos avalistas;
- *Cross-default e cross-acceleration*: trata-se de uma antecipação do prazo de vencimento de um débito em decorrência de outra inadimplência ou decretação de vencimento antecipado. Todos os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item "f" acima, bem como todas as debêntures emitidas pela Companhia, possuem hipóteses de vencimento antecipado cruzado, seja em razão de inadimplência/vencimento antecipado de uma dívida com ele ou com um outro credor;
- Alteração ou Alienação do controle societário: todas as Debêntures emitidas pela Companhia, e os contratos celebrados com o Banco Itaú Unibanco S.A., o Banco Bradesco S.A.; o Banco do Brasil S.A.; o Banco Santander S.A.; o Banco BOCOM BBM S.A., o Banco Safra S.A., o Banco ABC Brasil S.A., Banco Citibank e o Banco BTG Pactual possuem cláusula de vencimento antecipado na hipótese de alteração ou alienação do controle societário da Companhia;
- Reorganização societária: os contratos celebrados com o Banco Bradesco S.A.; Banco do Brasil S.A.; Banco Safra S.A.; o Banco ABC Brasil S.A.; Banco Citibank; e Banco BTG Pactual mencionados na tabela do item "f" acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, vencerão antecipadamente caso a Companhia realiza operações de reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, transformação etc.), observado que em determinados instrumentos algumas operações de reorganização societária podem ser permitidas caso não resulta em alteração do controle da Companhia;
- Inadimplência: todos os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item "f" acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, vencerão antecipadamente caso a Companhia deixe de cumprir com qualquer das obrigações previstas nos referidos instrumentos;
- Índices Financeiros: alguns contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item "f" acima vencerão antecipadamente caso a Companhia não cumpra com determinados índices financeiros, são eles:
    - *5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia*

A Vix Logística S.A., fiadora, durante a vigência das debêntures da 5ª emissão da Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(a) Dívida Líquida / EBITDA, menor ou igual a 4,0x; e
(b) EBITDA / Despesa Financeira Líquida, maior ou igual a 2,0x.

Destaca-se que em setembro de 2022 a fiadora obteve junto aos Debenturistas, a flexibilização para o indicador EBITDA/Despesa Financeira Líquida, e desde então, observa os índices conforme a curva de flexibilização, abaixo:

Período	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	1T24	2T24	3T24
Razão	2,2x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x	2,2x	2,2x	2,3x	**2,5x**

Abaixo, seguem os indicadores de Dívida Líquida / EBITDA e EBITDA / Despesa Financeira Líquida performados pela fiadora no âmbito da 5ª emissão de debênture nos exercícios sociais encerrados 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2021:

Data	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	EBITDA/Despesa Financeira Líquida
31/12/2024	2,72x	2,80x
31/12/2023	2,87x	2,46x
31/12/2022	3,13x	2,46x

- *6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia*

A Vix Logística S.A., fiadora, durante a vigência das debêntures da 6ª emissão da Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros:

(c) Dívida Líquida / EBITDA, menor ou igual a 4,0x; e
(d) EBITDA / Despesa Financeira Líquida, maior ou igual a 2,5x.

Destaca-se que em setembro de 2022 a fiadora obteve junto aos Debenturistas, a flexibilização para o indicador EBITDA/Despesa Financeira Líquida, e desde então, observa os índices conforme a curva de flexibilização, abaixo:

Período	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	1T24	2T24	3T24
Razão	2,2x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x	2,2x	2,2x	2,3x	**2,5x**

Abaixo, seguem os indicadores de Dívida Líquida / EBITDA e EBITDA / Despesa Financeira Líquida performados pela fiadora no âmbito da 6ª emissão de debênture nos exercícios sociais encerrados 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

Data	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	EBITDA/Despesa Financeira Líquida
31/12/2024	2,72x	2,80x
31/12/2023	2,87x	2,46x
31/12/2022	3,13x	2,46x

- *7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia*

A Vix Logística S.A., fiadora, durante a vigência das debêntures da 7ª emissão da Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros:

(e) Dívida Líquida / EBITDA, menor ou igual a 4,0x; e
(f) EBITDA / Despesa Financeira Líquida, maior ou igual a 2,5x.

Destaca-se que em setembro de 2022 a fiadora obteve junto aos Debenturistas, a flexibilização para o indicador EBITDA/Despesa Financeira Líquida, e desde então, observa os índices conforme a curva de flexibilização, abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Período	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	1T24	2T24	3T24
Razão	2,2x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x	2,2x	2,2x	2,3x	**2,5x**

Abaixo, seguem os indicadores de Dívida Líquida / EBITDA e EBITDA / Despesa Financeira Líquida performados pela fiadora no âmbito da 7ª emissão de debênture nos exercícios sociais encerrados 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

Data	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	EBITDA/Despesa Financeira Líquida
31/12/2024	2,72x	2,80x
31/12/2023	2,87x	2,46x
31/12/2022	3,13x	2,46x

- *1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória, de Distribuição Privada, da Companhia*

A Vix Logística S.A., fiadora, durante a vigência das debêntures da 1ª Nota Comercial Escritural da Companhia, deverá observar os seguintes índices financeiros:

(a) Dívida Líquida / EBITDA, menor ou igual a 4,0x; e
(b) EBITDA / Despesa Financeira Líquida, maior ou igual a 2,0x.

Destaca-se que em setembro de 2022 a fiadora obteve junto aos Titulares de Notas Comerciais a flexibilização para o indicador EBITDA/Despesa Financeira Líquida, e desde então, observa os índices conforme a curva de flexibilização, abaixo:

Período	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	1T24	2T24	3T24
Razão	2,2x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x	2,2x	2,2x	2,3x	**2,5x**

Abaixo, seguem os indicadores de Dívida Líquida / EBITDA e EBITDA / Despesa Financeira Líquida performados pela fiadora no âmbito da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais nos exercícios sociais encerrados 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

Data	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	EBITDA/Despesa Financeira Líquida
31/12/2024	2,72x	2,80x
31/12/2023	2,87x	2,46x
31/12/2022	3,13x	2,46x

Para facilitar a visualização das cláusulas restritivas (*covenants*), as quais podem causar o vencimento antecipado dos respectivos contratos de empréstimo ou financiamento, bem como das cláusulas de aceleração da dívida (*cross-acceleration*) e vencimento antecipado cruzado (*cross-default*) existentes em cada contrato de empréstimo ou financiamento relevante, veja a tabela abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Contrato	Protesto de títulos	Pedido de recuperação judicial ou decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial	Insuficiência e não formalização de garantias	Falecimento / substituição dos Avalistas / Fiadores	Alteração ou Alienação do controle societário	Reorganização societária	Inadimplência	Índices Financeiros	Cross-default e cross-acceleration
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 9271922 PAC 44007110490	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012206 PAC 44007107376	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012213 PAC 44007117770	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012214 PAC 44007117851	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012215 PAC 44007117940	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012217 PAC 44007118165	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012218 PAC 44007118203	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012219 PAC 44007118289	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012252 PAC 44007124254	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012253 PAC 44007124270	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012254 PAC 44007124564	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012256 PAC 44007124726	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012257 PAC 44007124815	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012270 PAC 44007188651	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012271 PAC 44007188821	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012291 PAC 44007270706	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012358 PAC 44007490293	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012396 PAC 44007955199	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1012400 PAC 44008075842	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 328186601 PAC 44007313227	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 328186619 PAC 44007313421	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 328186627 PAC 44007313430	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 328186635 PAC 44007313456	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 328186651 PAC 44007313570	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 328187038 PAC 44007377268	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 328187046 PAC 44007377292	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 2877642/24	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 2877671/24	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 2890997/24	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 2893708/24	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 2901414/24	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 2903183/24	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 313.202.538	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 313.202.559	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 004 3 015044946	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 237.3511.7000	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 237.511.5000	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 4131 69400961	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	ITAÚ - RES 4131 LE1224L401	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	ITAÚ - RES 4131 AGE1357786	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1055995	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 1663254561	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 11677223	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 8349621	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
LET'S Rent a Car SA	Contrato nº 603.556	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
LET'S Rent a Car SA	1A. NOTA COMERCIAL LETS-U1 - NC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim (na Fiadora)	Sim
LET'S Rent a Car SA	DEBENTURES - 5ª Emissão	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim (na Fiadora)	Sim
LET'S Rent a Car SA	DEBENTURES - EBEC14 - 6ª EMISSÃO LET´S	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim (na Fiadora)	Sim
LET'S Rent a Car SA	DEBENTURES - EBEC15 - 7ª EMISSÃO LET´S	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim (na Fiadora)	Sim

Para mais informações sobre as emissões de debêntures da Companhia, veja a o item 12.3 deste Formulário de Referência.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpria com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos no acima nos termos repactuados.

Cabe ressaltar que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia encontra-se adimplente com todas as suas obrigações decorrente das escrituras de emissão das debêntures.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados
Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui linhas de crédito de financiamento junto aos bancos “Banco Alfa”, “Banco Safra” e “Banco Toyota” no montante de R$ 43.306.469,46. A utilização destas linhas de crédito está condicionada ao atendimento de determinadas condições contratuais. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as condições contratuais.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, e comparadas conforme especificado a seguir:

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(em R$ mil, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024	AV	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023	AV	AH
Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos	**1.045.323**	**100,0%**	**969.501**	**100,0%**	**7,8%**
Custos com prestação de serviços e venda de ativos	**(834.473)**	**-79,8%**	**(679.728)**	**-70,1%**	**22,8%**
Lucro bruto	**210.850**	**20,2%**	**289.773**	**29,9%**	**-27,2%**
Despesas totais	**(11.416)**	**-1,1%**	**(12.345)**	**-1,3%**	**-7,5%**
Despesas administrativas, gerais e comerciais	(22.449)	-2,1%	(24.194)	-2,5%	-7,2%
Outras receitas (despesas), líquidas	11.033	1,1%	11.849	1,2%	-6,9%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**199.434**	**19,1%**	**277.428**	**28,6%**	**-28,1%**
Resultado financeiro líquido	**(168.440)**	**-16,1%**	**(168.910)**	**-17,4%**	**-0,3%**
Despesas financeiras	(239.682)	-22,9%	(232.494)	-24,0%	3,1%
Receitas financeiras	71.242	6,8%	63.584	6,6%	12,0%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**30.994**	**3,0%**	**108.518**	**11,2%**	**-71,4%**
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	0,0%	1.294	0,1%	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.341)	-0,5%	(46.058)	-4,8%	-88,4%
Lucro líquido do período	**25.653**	**2,5%**	**63.754**	**6,6%**	**-59,8%**

Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos

A receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 1.045.323 mil e de R$ 969.501 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de 7,8%. O crescimento reflete a consolidação dos resultados da EBEC, a partir do segundo trimestre de 2023. O ano de 2024 foi marcado pela busca da eficiência operacional e gestão de portfólio para otimizar a alocação de capital e aumentar a rentabilidade, garantindo a continuidade saudável das operações.

Custos com prestação de serviços e venda de ativos

Os custos com prestação dos serviços e venda de ativos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 834.473 mil e de R$ 679.728 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de 22,8%. Esse custo representou 79,8% da receita líquida de 2024. A Companhia adotou políticas e práticas relacionadas à custos mais severos durante o ano, sendo as contas mais representativas: i) os custos com renovação de frota, naturalmente mais elevados neste negócio; ii) a depreciação, decorrente do realinhamento gradual do valor residual ao mercado; e iii) os insumos, cujos preços acompanham o valor da frota.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 210.850 mil comparativamente a R$ 289.773 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação negativa de 27,2%. A queda decorre, principalmente, do crescimento dos custos em ritmo superior ao da receita líquida.

Despesas totais

Despesas Administrativas, Gerais e Comerciais

As despesas administrativas, gerais e comerciais da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R$ 22.449 mil comparativamente a R$ 24.194 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação negativa de 7,2%. As Despesas administrativas, gerais e comerciais representaram 2,1% e 2,5% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, resultado de uma gestão enxuta, mas eficiente.

Outras receitas/despesas líquidas

As outras receitas/despesas líquidas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R$ 11.033 mil e de R$ 11.849 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma queda de 6,9%. As outras receitas/despesas líquidas representaram 1,1% da receita líquida em 2024. O aumento é atribuído substancialmente ao processo de reembolso e de recuperação de despesas com avarias em veículos locados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro operacional antes do resultado financeiro
O lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 199.434 mil comparativamente a R$ 277.428 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma queda de 28,1%. O lucro operacional antes do resultado financeiro representou 19,1% e 28,6% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. O resultado foi majoritariamente afetado, em 2024, pelas adversidades enfrentadas no mercado de seminovos, que exigiu revisão de estratégias de venda e adequações nos critérios de depreciação dos ativos por parte de vários players do mercado.

Resultado Financeiro Líquido
O resultado financeiro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 168.440 mil ligeiramente abaixo dos R$ 168.910 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma queda de 0,3%. O resultado financeiro líquido representou 16,1% e 17,4% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. Apesar das incertezas relacionadas ao cenário de juros, a Companhia manteve uma gestão rigorosa de seus investimentos, endividamento e alavancagem, o que foi determinante para a estabilidade do custo financeiro ao longo do exercício.

Despesas Financeiras
As despesas financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R$ 239.682 mil comparativamente a R$ 232.494 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de 3,1%. As despesas financeiras representaram 22,9% e 24,0% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. O aumento é atribuído tanto aos financiamentos tomados pela Companhia e ao cenário de taxas de juros praticadas pelo mercado.

Receitas Financeiras
As receitas financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R$ 71.242 mil comparativamente a R$ 63.584 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação de 12,0%. As receitas financeiras representaram 6,8% e 6,6% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao aumento de valores disponíveis para aplicação, bem como taxas de juros maiores praticadas no mercado.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social
Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente)
O imposto de renda e contribuição social corrente da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 ficou zerado, enquanto em 2023 ficou em R$ 1.294 mil. As variações são atribuídas à gestão tributária, em linha com o planejamento estratégico da Companhia, e ao crescimento do lucro em função da diminuição da depreciação com a revisão da vida útil dos carros, em que foi constituída provisão de imposto diferido a curto prazo.

Imposto de Renda e Contribuição Social (diferido)
O imposto de renda e contribuição social diferido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 5.341 mil comparativamente a R$ 46.058 mil no mesmo período de 2023. O imposto de renda e contribuição social diferido representou 0,5% e 4,8% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. As variações são atribuídas à gestão tributária, em linha com o planejamento estratégico da Companhia, e ao crescimento do lucro em função da diminuição da depreciação com a revisão da vida útil dos carros, em que foi constituída provisão de imposto diferido a curto prazo.

Lucro líquido do período
O lucro líquido do período da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 25.653 mil comparativamente a R$ 63.754 mil no mesmo período de 2023, o que representou uma variação negativa de 88,4%. O lucro líquido do exercício representou 2,5% e 6,6% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. O Lucro Líquido foi duramente impactado pelo resultado nas vendas de ativos da Companhia, que apresentou uma curva acentuada de queda em função da reorganização do mercado.

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em R$ mil, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023	AV	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022	AV	AH
Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos	969.501	100,0%	412.231	100,0%	135,2%
Custos com prestação de serviços e venda de ativos	(679.728)	-70,1%	(259.939)	-63,1%	161,5%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro bruto	**289.773**	**29,9%**	**152.292**	**36,9%**	**90,3%**
Despesas totais	**(12.345)**	**-1,3%**	**(5.900)**	**-1,4%**	**109,2%**
Despesas administrativas, gerais e comerciais	(24.194)	-2,5%	(10.783)	-2,6%	124,4%
Outras receitas (despesas) líquidas	11.849	1,2%	4.883	1,2%	142,7%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**277.428**	**28,6%**	**146.392**	**35,5%**	**89,5%**
Resultado financeiro líquido	**(168.910)**	**-17,4%**	**(45.607)**	**-11,1%**	**270,4%**
Despesas financeiras	(232.494)	-24,0%	(90.426)	-21,9%	157,1%
Receitas financeiras	63.584	6,6%	44.819	10,9%	41,9%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**108.518**	**11,2%**	**100.785**	**24,4%**	**7,7%**
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.294	0,1%	749	0,2%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(46.058)	-4,8%	(34.751)	-8,4%	32,5%
Lucro líquido do período	**63.754**	**6,6%**	**66.783**	**16,2%**	**-4,5%**

Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos
A receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 969.501 mil e de R$ 412.231 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 135,2%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento nas receitas com aluguel de carros e venda de veículos seminovos, em linha com o plano estratégico de expansão da Companhia, além da consolidação dos resultados da EBEC durante o período.

Custos com prestação de serviços e venda de ativos
Os custos com prestação dos serviços e venda de ativos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 679.728 mil e de R$ 259.939 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 161,5%. Este resultado é atribuído substancialmente ao aumento da frota de veículos da Companhia e da necessidade de manutenção, diretamente ligada ao perfil e idade média da frota.

Lucro bruto
O lucro bruto da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 289.773 mil comparativamente a R$ 152.292 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 90,3%. O lucro bruto representou 29,9% e 36,9% da receita líquida no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao crescimento nas receitas com aluguel de carros e venda de veículos seminovos, bem como à diminuição da depreciação com a revisão da vida útil dos veículos de propriedade da Companhia.

Despesas Totais
Despesas administrativas, gerais e comerciais
As despesas administrativas, gerais e comerciais da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R$ 24.194 mil comparativamente a R$ 10.783 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 124,4%. As Despesas administrativas, gerais e comerciais representaram 2,5% e 2,6% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao crescimento orgânico da Companhia, o que exige mais investimento em consultorias e contratação de novos funcionários.

Outras receitas (despesas) líquidas
As outras receitas/despesas líquidas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R$ 11.849 mil e de R$ 4.883 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 142,7%. As outras receitas/despesas líquidas representaram 1,2% da receita líquida em ambos os exercícios, 2023 e 2022. O aumento é atribuído substancialmente ao processo de reembolso e de recuperação de despesas com avarias em veículos locados

Lucro operacional antes do resultado financeiro
O lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 277.428 mil comparativamente a R$ 146.392 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 89,5%. O lucro operacional antes do resultado financeiro representou 28,6% e 35,5% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao crescimento nas receitas com aluguel de carros e venda de veículos seminovos, além da consolidação dos resultados da Companhia adquirida durante o período

Resultado Financeiro Líquido
O resultado financeiro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 168.910 mil comparativamente a R$ 45.607 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 270,4%. O resultado financeiro líquido representou 17,4% e 11,1% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente aos novos financiamentos tomados pela Companhia e ao cenário de taxas de juros praticadas pelo mercado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas Financeiras
As despesas financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R$ 232.494 mil comparativamente a R$ 90.426 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 157,1%. As despesas financeiras representaram 24,0% e 21,9% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente aos novos financiamentos tomados pela Companhia e ao cenário de taxas de juros praticadas pelo mercado.

Receitas Financeiras
As receitas financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R$ 63.584 mil comparativamente a R$ 44.819 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 41,9%. As receitas financeiras representaram 6,6% e 10,9% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao aumento de valores disponíveis para aplicação, advindos das receitas de aluguel de veículos e venda de seminovos, bem como a melhores taxas de juros praticadas no mercado.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social
Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente)
O imposto de renda e contribuição social corrente da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi positivo em R$ 1.294 mil comparativamente a R$ 749 mil negativos no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de 72,8%. O imposto de renda e contribuição social corrente representou 0,1% e 0,2% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. As variações são atribuídas à gestão tributária, em linha com o planejamento estratégico da Companhia, e ao crescimento do lucro em função da diminuição da depreciação com a revisão da vida útil dos carros, em que foi constituída provisão de imposto diferido a curto prazo.

Imposto de Renda e Contribuição Social (diferido)
O imposto de renda e contribuição social diferido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 46.058 mil comparativamente a R$ 34.751 mil no mesmo período de 2022. O imposto de renda e contribuição social diferido representou 4,8% e 8,4% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. As variações são atribuídas à gestão tributária, em linha com o planejamento estratégico da Companhia, e ao crescimento do lucro em função da diminuição da depreciação com a revisão da vida útil dos carros, em que foi constituída provisão de imposto diferido a curto prazo.

Lucro líquido do período
O lucro líquido do período da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 63.754 mil comparativamente a R$ 66.783 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação negativa de 4,5%. O lucro líquido do exercício representou 6,6% e 16,2% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O aumento é atribuído substancialmente ao crescimento nas receitas com aluguel de carros e venda de veículos seminovos, além da consolidação dos resultados da companhia adquirida durante o período.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(em R$ mil, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023
Caixa líquido aplicado / originado em atividades operacionais	34.894	(63.243)
Caixa líquido aplicado / originado em investimentos	(7.097)	(138.808)
Caixa líquido aplicado / originado em financiamentos	(206.323)	381.247
Aumento / redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(178.526)	179.196

Caixa líquido aplicado em atividades operacionais
O caixa líquido aplicado em atividades operacionais totalizou R$ 34.894 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a R$ 63.243 mil negativos no mesmo período de 2023. Este aumento de R$ 98.137 mil é justificado pela busca da eficiência operacional e gestão de portifólio da Companhia, o que gerou o aumento do caixa operacional e pela gestão rigorosa de seus investimentos, endividamento e alavancagem, o que foi determinante para a menor necessidade de desembolso.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento
O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R$ 7.097 mil negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado aos R$ 138.808 no mesmo período de 2023, também

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

negativos. Esta variação de R$ 131.711 mil é justificada pela não necessidade de desembolso em aquisição de controladas.

Caixa líquido originado em financiamentos
O caixa líquido originado em financiamentos totalizou R$ 206.323 mil negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a R$ 381.247 positivos mil no mesmo período de 2023. Esta queda de R$ 587.570 mil é justificada pela gestão de endividamento e alavancagem da Companhia, em que observou menor necessidade de captação ao longo do exercício.

Aumento/redução líquida de caixa e equivalentes de caixa
A queda líquida de caixa e equivalentes de caixa totalizou R$ 178.526 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparada ao aumento de R$ 179.196 mil no mesmo período de 2023. Esta variação negativa de R$ 357.722 mil é justificada pela gestão de endividamento e alavancagem da Companhia, em que observou menor necessidade de captação ao longo do exercício.

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em R$ mil, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
Caixa líquido aplicado / originado em atividades operacionais	(63.243)	(158.986)
Caixa líquido aplicado / originado em investimentos	(138.808)	(10.019)
Caixa líquido aplicado / originado em financiamentos	381.247	111.970
Aumento / redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	179.196	(57.035)

Caixa líquido aplicado em atividades operacionais
O caixa líquido aplicado em atividades operacionais totalizou R$ 63.243 mil negativos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R$ 158.986 mil no mesmo período de 2022, também negativos. Este aumento de R$ 95.746 mil é justificado pelo aumento na demanda de frota, justificada pelo crescimento orgânico da Companhia, em linha com seu planejamento estratégico.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento
O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R$ 138.808 mil negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado a R$ 10.019 no mesmo período de 2022, também negativos. Este aumento de R$ 128.789 mil é justificado em razão dos investimentos realizados no período, para garantir o crescimento da Companhia, em linha com seu planejamento estratégico.

Caixa líquido originado em financiamentos
O caixa líquido originado em financiamentos totalizou R$ 381.247 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a R$ 111.970 mil no mesmo período de 2022. Este aumento de R$ 267.277 mil é justificado em razão das captações em prol do crescimento da Companhia.

Aumento/redução líquida de caixa e equivalentes de caixa
O aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa totalizou R$ 179.196 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a uma redução de R$ 57.035 mil no mesmo período de 2022. Esta variação de R$ 236.231 mil é justificada pelas captações realizadas no período, decorrentes do crescimento da Companhia, em linha com seu planejamento estratégico.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, foram determinados pela composição da receita de locação de veículos e receita de venda de veículos após sua desmobilização. A receita de venda de veículos é complementar à receita de locação e é essencial para maximização da geração de caixa para renovação da frota.

Dessa forma, a receita líquida da Companhia é mensurada pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos descontos, abatimentos e impostos sobre vendas, e reconhecida na extensão em que for provável a geração de benefícios econômicos para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. O detalhamento referente a cada categoria dessas receitas é como segue:

- Gestão de frotas: as receitas de gestão de frotas são reconhecidas em bases mensais durante o período do contrato de aluguel, pelo regime de competência, a partir do momento em que os veículos são disponibilizados aos clientes da Companhia para uso. O cumprimento da obrigação de performance e consequente reconhecimento da receita se dá com base nas medições mensais realizadas pela Companhia a partir das condições comerciais contratuais firmadas junto aos clientes, que incluem o aluguel fixo mensal somado à quilometragem mensal rodada pelo veículo e o serviço de administração da manutenção.
- Venda de seminovos: as receitas provenientes da venda dos carros desativados (veículos seminovos) para a renovação da frota são reconhecidas quando ocorre a transferência da sua propriedade para o comprador a partir da assinatura do contrato de compra e venda entre a Companhia e seu cliente e o recebimento do valor correspondente à venda do carro por parte da Companhia.

As receitas de vendas de bens e locação de veículos são reconhecidas líquidas de descontos, benefícios comerciais concedidos, garantias e impostos sobre as vendas (ISS, ICMS, PIS e Cofins).

Abaixo, seguem informações financeiras a respeito dos segmentos da receita da Companhia:

(em R$ mil, exceto %)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022
Receita com locação de veículos	695.841	625.522	296.722
Receita com prestação de serviços	5.998	514	664
Receita com venda de ativos	413.132	405.658	142.378
Impostos sobre serviços	**(69.648)**	**(62.193)**	**(27.533)**
Serviços cancelados	0	0	0
Receita líquida	**1.045.323**	**969.501**	**412.231**

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As receitas auferidas pela Companhia são provenientes, principalmente, da locação de veículos e da venda de veículos seminovos. Os resultados dos últimos três exercícios foram influenciados por diferentes fatores macroeconômicos e operacionais, incluindo os efeitos residuais da pandemia no mercado de seminovos, a incorporação de nova controlada e estratégias de gestão adotadas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a receita líquida de locação da Companhia foi impactada pelo aumento da demanda do mercado de locação de veículos e valor médio do preço de locação, bem como o aumento da quantidade de veículos vendidos e aumento do valor de venda de veículos. Os custos operacionais da Companhia aumentaram pela depreciação decorrente do aumento do valor do veículo e custos de manutenção pelo aumento dos preços. Por fim, o resultado financeiro também foi impactado pelo aumento da SELIC que refletiram diretamente nas despesas financeiras da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita líquida de locação da Companhia foi impactada negativamente pelo encerramento de alguns contratos já previstos, mas, majoritariamente, pela consolidação dos resultados da companhia adquirida durante o período, que praticamente dobrou o faturamento da Companhia. Esse movimento refletiu uma mudança relevante na estrutura e escala operacional da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a receita líquida da Companhia foi impulsionada pela consolidação da EBEC e por uma gestão voltada à eficiência operacional e otimização de portfólio. No entanto, os custos apresentaram crescimento de 22,8%, em grande parte devido à renovação da frota, ao realinhamento dos valores de depreciação aos preços de mercado e à elevação nos custos dos insumos. Esses fatores pressionaram as margens operacionais, exigindo ajustes na gestão para preservar a rentabilidade.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Por fim, para melhor explicitar os entendimentos acima, as informações sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidos nas demonstrações do resultado da Companhia são como segue:

(em R$ mil, exceto %)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022
Mão de obra e encargos	(48.200)	(36.719)	(14.219)
Insumos	(59.241)	(52.666)	(19.261)
Depreciação e amortização	(243.934)	(151.108)	(75.680)
Aluguel de imóveis e equipamentos	(18.076)	(19.446)	(11.189)
Serviços de terceiros	(29.648)	(30.317)	(19.019)
Agregados e terceiros	(1.180)	(2.142)	-
IPVA/Licenciamento/Seguros	(31.716)	(33.569)	(14.631)
Manutenção da Frota	(20.947)	(18.986)	(18.237)
Pedágio/Rastreamento	(7.315)	(5.559)	(3.828)
Perdas Diversas	(4.793)	(3.711)	(1.252)
Créditos de PIS/COFINS	58.405	54.065	24.377
Outros custos	(18.440)	(15.021)	(5.331)
Custos com venda de ativos	(409.388)	(364.549)	(101.669)

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Nos últimos três exercícios sociais, ainda devido aos efeitos da pandemia, a Companhia identificou um aumento substancial do valor de veículos novos e usados. Com isso, as receitas de locação foram impactadas diretamente pela elevação do custo dos veículos, refletindo diretamente no aumento da tarifa média cobrada dos clientes. Além disso, a inflação do período também impacta as receitas da Companhia, ocasionando o seu aumento, uma vez que os contratos de locação possuem cláusula de ajuste pelos índices de IGPM ou IPCA, conforme o caso.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as receitas com locação de veículos e prestação de serviços da Companhia apresentaram aumento de 54,1% em relação às receitas auferidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, passando de R$193.012 mil para R$297.386 mil em razão do crescimento orgânico da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia auferiu receitas com locação de veículos e prestação de serviços no montante de R$ 626.036 mil, aumento de 110,5% em relação às receitas registradas em 31 de dezembro de 2022, majoritariamente impactada pelos novos contratos iniciados no período e pela consolidação de resultados da EBEC.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia auferiu receitas com locação de veículos e prestação de serviços no montante de R$ 701.839 mil, aumento de 12,1% em relação às receitas registradas em 31 de dezembro de 2023, ano marcado pela busca da eficiência operacional e gestão de portfólio para otimizar a alocação de capital e aumentar a rentabilidade, garantindo a continuidade saudável das operações.

Adicionalmente, as receitas de venda de veículos da Companhia também são impactadas pelas variações da tabela FIPE. Nos últimos anos, foi observada uma valorização dos preços médios da FIPE, o que contribuiu positivamente para a receita com a venda de seminovos. No entanto, ao longo de 2024, esse movimento se inverteu, com uma tendência de queda nos preços médios praticados, o que pressionou as margens de revenda e exigiu maior eficiência na gestão de ativos e estratégia de desmobilização da frota.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as receitas com venda de ativos da Companhia foram de R$ 142.378 mil e apresentaram aumento de 99,2%, em relação às receitas auferidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando foram de R$ 71.460 mil, em virtude dos altos preços de seminovos praticados pelo mercado, ainda impactado pela crise de peças e insumos dos anos anteriores, bem como pela realização de parte das renovações retidas no ano anterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia auferiu receitas com venda de ativos no montante de R$ 405.658 mil, aumento de 184,9% em relação às receitas registradas em 31 de dezembro de 2022, em virtude da realização de algumas renovações contratuais com perfil de frota de valor mais elevado no mercado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia auferiu receitas com venda de ativos no montante de R$ 413.132 mil, aumento de 1,8% em relação às receitas registradas em 31 de dezembro de 2023. Apesar do trabalho de eficiência operacional da Companhia ter reduzido sua frota, os esforços do time de vendas foram suficientes para manter o faturamento semelhante ao ano de 2023.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Taxa de Juros

Ainda, a Companhia utiliza os recursos oriundos das atividades operacionais para gerir as suas operações e para garantir a renovação de sua frota e parte do seu crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do país, assim como emite títulos de dívida (debêntures e notas promissórias), que são substancialmente indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem aumentos relevantes no CDI, isso porque o aumento das taxas de juros poderá impactar tanto no custo de captação de empréstimos e financiamentos pela Companhia, como também no custo do endividamento, acarretando o aumento das suas despesas financeiras.

Dessa maneira, os Diretores da Companhia esclarecem que os aumentos sequenciais da SELIC e, consequentemente, do CDI, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023, impactaram negativamente a Companhia em razão do maior custo da dívida. Apesar de uma breve trajetória de queda em 2023, a taxa voltou a subir ao longo de 2024, mantendo os juros em patamares elevados e pressionando o resultado financeiro. Para melhor explicitar os entendimentos acima, as informações sobre a relação entre as despesas financeiras líquidas e a receita líquida com locação e venda de ativos nas demonstrações do resultado da Companhia estão abaixo:

(em R$ mil, exceto %)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022
Receita Operacional Líquida	1.045.323	969.501	412.231
Despesas Financeiras Líquidas	(168.440)	(168.910)	(45.607)
Var Des. Fin. Líquida / Receita Operacional Líquida	16,1%	17,4%	11,1%

Inflação

A inflação tem um impacto direto na receita operacional da Companhia decorrente da locação de veículos. Contudo, esse impacto é coberto pelo reajuste anual definido nos contratos da Companhia, como explicitado em item anterior. O eventual descasamento pode ocorrer nos primeiros 12 meses após o início da locação, mas este risco é mitigado pelo fato de corresponder ao período em que o veículo apresenta cobertura pela garantia de fábrica e menores necessidades de manutenção.

Custos com prestação de serviços e venda de ativos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os Custos com prestação de serviços e venda de ativos da Companhia aumentaram 57,7%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e a inflação, medida pelo IGP-M, calculado pela FGV, diminuiu 5,36 pontos percentuais para o mesmo período. Nota-se que os Custos com prestação de serviços e venda de ativos para este período também sofreram um aumento em razão da implantação de novas operações de crescimento orgânico da Companhia, mas também foram impactados pela menor demanda de manutenção da frota que foi renovada, para além dos efeitos da inflação.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os Custos com prestação de serviços e venda de ativos da Companhia aumentaram 161,5% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, e a inflação, medida pelo IGP-M, calculado pela FGV, acumulada apresentada até esta data foi de -3,18%. Nota-se que os Custos com prestação de serviços e venda de ativos para este período também sofreram um aumento em razão da implantação de novas operações de crescimento orgânico da Companhia e dos custos de desmobilização e desmobilização provocados pelas renovações contratuais, bem como pela incorporação da EBEC, para além dos efeitos da inflação.

Já no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, os custos com prestação de serviços e venda de ativos cresceram 22,8% em comparação a 2023, em um cenário de inflação acumulada de 6,54% pelo IGP-M, com alta mais acentuada nos últimos meses do ano. Nota-se que os Custos com prestação de serviços e venda de ativos para este período também sofreram um aumento em razão da revisão dos critérios de depreciação dos ativos e aumento da participação de veículos com perfil de frota 4x4, que possuem custos significativamente mais elevados, para além dos efeitos inflacionários.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis indicadas nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não há opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor independente referente às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com efeitos relevantes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, qualquer evento ou operação não usual com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

2.7 Destinação de resultados

	2024
Regras sobre retenção de lucros	O estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Após as devidas retenções, conforme descrito acima, o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, se houver, será distribuído na forma de dividendos, conforme previsão legal.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, a Assembleia Geral poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não obstante o previsto na política de distribuição de dividendos da Companhia, que estabelece a periodicidade de distribuição dos seus dividendos, a Companhia, na data deste Formulário de Referência, possui as seguintes restrições a distribuição de dividendos: 7ª Emissão de Debêntures da Companhia: pagamento, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu estatuto social, caso a emissora esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação relativa aos respectivos instrumentos de dívida, ressalvado o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios previstos em lei, que atualmente correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício. 6ª Emissão de Debêntures da Companhia: pagamento, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu estatuto social, caso a emissora esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação relativa aos respectivos instrumentos de dívida, ressalvado o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios previstos em lei, que atualmente correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício. 5ª Emissão de Debêntures da Companhia: pagamento, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu estatuto social, caso a emissora esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação relativa aos respectivos instrumentos de dívida, ressalvado o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios previstos em lei, que atualmente correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício. 1ª Emissão de Notas Comerciais da Companhia: pagamento, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu estatuto social, caso a Emissora esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação relativa às Notas Comerciais Escriturais, ressalvado o pagamento de dividendos correspondentes a 25% (trinta por cento) do lucro líquido apurado no exercício.
Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como:

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

(ii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada no balanço patrimonial da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados na demonstração financeira da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

b) natureza e propósito da operação
Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados na demonstração financeira da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação
Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados na demonstração financeira da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

2.10 Planos de negócios

a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Os recursos provenientes dos resultados operacionais da Companhia são destinados, prioritariamente, à aquisição de novos veículos, à melhoria da estrutura de capital e à inovação e tecnologia.

A Companhia possui um planejamento estratégico de investimentos para os próximos exercícios sociais, com foco na expansão e renovação de sua frota, seja para manutenção da frota existente ou para atender ao crescimento orgânico das operações, conforme as necessidades contratuais específicas de cada cliente.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia investiu o montante de R$ 435.654 mil em suas operações, sendo que a maior parte desses recursos foi direcionada à aquisição de veículos, com políticas distintas de renovação, conforme as características e exigências de cada contrato.

Ao final de 2024, a frota da Companhia era composta por 16.734 veículos e um imobilizado líquido de R$ 1.578.344 mil. Para fins de gestão e reporte, a Companhia define “investimentos” como: (i) a aquisição e renovação da frota de veículos; (ii) a aquisição de outros ativos imobilizados e intangíveis; e (iii) transações não monetárias, que incluem: a) FINAME e passivos de arrendamento relacionados a máquinas, equipamentos e bens; e b) passivos de arrendamento de imóveis; todos com reflexos na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Nesse sentido, os Diretores esclarecem que o plano de investimentos da Companhia permanece concentrado, majoritariamente, na expansão e renovação de ativos móveis. Não há, até o momento, previsão de alteração dessa estratégia, que seguirá focada nos mesmos três pilares descritos acima.

Adicionalmente, a Companhia projeta investimentos contínuos para os próximos anos, destinados tanto à manutenção da frota existente quanto ao atendimento da demanda gerada pelo crescimento orgânico de suas operações. Considerando que o prazo médio dos contratos de locação de frotas varia entre 24 e 36 meses, a Companhia atualmente renova aproximadamente um terço de sua frota anualmente.

As necessidades de investimento são parcialmente supridas pela geração de caixa operacional e pela venda de veículos seminovos, sendo o restante financiado por meio de captações junto a instituições financeiras ou no mercado de capitais. Dessa forma, com base na frota atual e em seu plano de crescimento, a Companhia estima os montantes necessários para renovação e expansão, sempre observando as necessidades contratuais. Importante destacar que os investimentos para expansão são realizados apenas após a formalização dos contratos, evitando, assim, a imobilização de capital em ativos ociosos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia utiliza os recursos oriundos das atividades operacionais para gerir as suas operações e para garantir a renovação de sua frota e parte do seu crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos majoritariamente pós fixados junto às principais instituições financeiras do país, assim como emite debêntures, que são substancialmente indexados à variação do CDI.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Até a data deste Formulário de Referência, a Companha não havia realizado a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não espera realizar investimentos relevantes em novos produtos e serviços.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não espera realizar investimentos relevantes em novos produtos e serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

2.10 Planos de negócios

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não espera realizar investimentos relevantes em novos produtos e serviços.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços
Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não espera realizar investimentos relevantes em novos produtos e serviços.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG
Não há, até a data de 31 de dezembro de 2024, oportunidades relevantes relacionadas a questões ambientais, sociais e de governança, que a Companhia julgue adição relevante a seu plano de negócios. No entanto, a Companhia reconhece seu papel na sociedade e busca, constantemente, abordar a pauta nos devidos fóruns, buscando sempre o melhor relacionamento com a sociedade em que está inserida.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional que não tenham sido tratados nos itens anteriores.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Desta forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às suas atividades e às de suas controladas.

a) objeto da projeção
Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção
Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão
Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Desta forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às suas atividades e às de suas controladas.

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário
Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções
Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas
Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira e patrimonial, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. Além disso, o preço de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os investidores da Companhia poderão perder parte ou até mesmo a totalidade de seu investimento.

Os riscos descritos abaixo são aqueles a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente, ou que a Companhia considera irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também podem vir a afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá, “efeito adverso” ou “efeito negativo, ou expressões similares, para a Companhia, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e patrimonial, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens desta seção “4. Fatores de Risco”. Ainda, destaca-se que os riscos desta seção estão expostos conforme sua ordem de relevância, do mais relevante para o menos relevante, dentro de cada subitem.

a) Riscos relacionados ao emissor

O nível de endividamento da Companhia pode vir a afetar negativamente a sua capacidade de refinanciar o endividamento existente ou de colocar capital adicional para financiar suas operações, limitar sua capacidade de reagir às mudanças na economia ou em seu setor de atuação e impedir que a Companhia atenda às suas obrigações nos termos dos acordos relacionados ao endividamento da Companhia, sendo que descumprimentos dos termos de tais acordos podem afetá-la adversamente

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em 31 de dezembro de 2022, a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de arrendamento no passivo circulante e não circulante da Companhia era de R$ 452.146 mil. Em 31 de dezembro de 2023 a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de arrendamento no passivo circulante e não circulante era de R$ 1.330.622 mil e em 31 de dezembro de 2024, a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de arrendamento no passivo circulante e não circulante da Companhia era de R$ 1.269.715 mil. A Companhia pode vir a buscar empréstimos, por exemplo, para financiar sua estratégia de expansão, elevando o atual nível de endividamento. Um alto grau de alavancagem da Companhia pode ter consequências materiais, incluindo:

- aumento da vulnerabilidade a desacelerações ou mudanças adversas em condições econômicas, setoriais ou competitivas gerais e mudanças adversas nos regulamentos governamentais;
- exigência de parcela substancial dos fluxos de caixa das operações a serem dedicados ao pagamento de principal e juros sobre seu endividamento, reduzindo a capacidade de usar seus fluxos de caixa para financiar suas operações, despesas de capital e oportunidades futuras de negócios;
- exposição ao risco de aumento das taxas de juros, pois a maioria de seus empréstimos são contratados em taxas de juros pós fixadas;
- limitação da sua capacidade de fazer aquisições estratégicas ou em fazendo tais aquisições ser obrigada a realizar desinvestimentos não estratégicos;
- limitação da sua capacidade de obter financiamento adicional para capital de giro, despesas de capital, recompra de ações, desenvolvimento de linha de produtos ou serviços, requisitos de serviço da dívida, aquisições e propósitos corporativos ou outros; e
- limitação da sua capacidade de se ajustar a mudanças nas condições de mercado, colocando a Companhia em desvantagem competitiva em comparação com os seus concorrentes que são menos alavancados ou que possuam menor risco de crédito.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita ao cumprimento de obrigações nos contratos de financiamento vigentes, bem como em possíveis novos contratos, as quais, se descumpridas, poderão resultar no vencimento antecipado de tais dívidas, bem como na consequente aceleração de outras dívidas (*cross default* e *cross acceleration*), o que poderá impactar adversamente a situação financeira e os negócios da Companhia. Para mais informações, vide item 2.1 deste Formulário de Referência.

Em razão de sua estratégia de expansão, a Companhia pode vir a contratar novas dívidas no futuro. A Companhia não tem como garantir que a sua capacidade de geração de caixa decorrente da exploração de suas atividades comerciais evoluirá proporcionalmente ao crescimento do seu endividamento e será suficiente para cumprir as obrigações financeiras estabelecidas nos instrumentos de dívida em que é parte, sendo que, em 31 de dezembro de 2022, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era negativo em R$ 158.986 mil, em 31 de dezembro de 2023 o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era também negativo em R$ 63.243 mil e em 31 de dezembro de 2024, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era positivo em R$ 34.894 mil.

A Companhia pode vir a buscar empréstimos adicionais, por exemplo, para financiar sua estratégia de expansão, elevando o atual nível de endividamento. O aumento do endividamento e a insuficiência do fluxo de caixa, o qual fora negativo nos períodos citados podem impactar de forma adversa o resultado de suas operações e a capacidade da Companhia de arcar com suas obrigações financeiras.

O valor de venda dos veículos utilizados nas operações da Companhia é fundamental para o retorno esperado de seus contratos, sendo que seus resultados poderão ser afetados por falhas na determinação de preços de venda dos referidos veículos.
O modelo de negócios da Companhia consiste em um ciclo que se inicia com a compra financiada de ativos a serem utilizados na prestação de serviços a seus clientes e sua posterior revenda ao final dos contratos. A precificação destes contratos leva em consideração a vida útil e o preço por quilometro rodado, conforme patamares orçados, sendo o seu volume e preço na revenda determinantes para que a Companhia alcance o retorno mínimo esperado de cada operação.

O valor de venda dos veículos utilizados nas operações da Companhia é fundamental para o retorno esperado de seus contratos, sendo que seus resultados poderão ser afetados por falhas na determinação de preços de venda dos referidos veículos. O modelo de negócios da Companhia consiste em um ciclo que se inicia com a compra de veículos a serem utilizados para locação a seus clientes e termina com sua posterior venda ao final do período que a Companhia entender adequado para tanto, considerando-se

4.1 Descrição dos fatores de risco

fatores como condições de mercado, vida útil do veículo, critérios de quilometragem, condição do veículo no momento da desmobilização e histórico de sinistralidade.

O valor do aluguel e da diária de cada veículo leva em consideração o seu valor de venda ao término do referido ciclo, sendo o seu volume e preço na venda determinantes para se alcançar o retorno mínimo esperado de cada operação. Além disso, os preços praticados no mercado de locação de veículos também podem eventualmente influenciar o valor do aluguel.

A restrição ao crédito e o aumento da taxa de juros, por exemplo, podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses veículos e reduzir de forma significativa a liquidez destes. A volatilidade de preços de mercado pode também reduzir o valor de venda dos veículos, criando um maior deságio em relação ao preço pelo qual são adquiridos. Caso a estimativa de depreciação efetiva futura não seja adequadamente realizada pela Companhia, seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais poderão ser afetados negativamente. Além disso, como a Companhia não pode assegurar o comportamento do mercado na absorção desses veículos, o valor de depreciação estimado — calculado com base na diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado projetado na data de venda — poderá, eventualmente, ser inferior ao efetivamente realizado. Tal situação poderá impactar negativamente os resultados e os negócios da Companhia.

A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.
A capacidade de crescimento da Companhia depende de diversos fatores, incluindo: (a) a habilidade de captar novos clientes ou aumentar receitas de clientes existentes em seus setores de atuação; (b) a capacidade de financiar investimentos para crescimento da frota (seja por meio de endividamento ou não); e (c) o aumento da capacidade operacional e expansão da capacidade atual para atendimento de novos clientes. Um desempenho insatisfatório da Companhia no que tange aos referidos fatores, entre outros, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo ou ainda limitação à capacidade de fazer investimentos, pode limitar a implementação com sucesso da sua estratégia de crescimento. É possível que, para a implementação de sua estratégia de crescimento, a Companhia precise financiar seus novos investimentos por meio de endividamentos adicionais.

O crescimento e a expansão da Companhia, tanto em seus mercados atuais quanto em novos mercados, poderão demandar adaptações em sua estrutura operacional, incluindo, mas não se limitando, a realização de investimentos significativos para a expansão e gestão de sua frota de veículos. Caso a Companhia não consiga responder de forma rápida e adequada a tais exigências, seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais poderão ser adversamente impactados.

Uma falta de liquidez no mercado local de debêntures pode comprometer a capacidade ou condições de financiamento da Companhia.
A Companhia capta recursos, predominantemente, por meio de emissões de debêntures no mercado doméstico. Em um cenário de redução da liquidez ou de deterioração das condições no mercado de capitais brasileiro, a Companhia poderá ser obrigada a buscar outras fontes de financiamento em condições menos favoráveis, o que pode prejudicar sua capacidade de captação. Esse contexto pode impactar negativamente o volume de recursos levantados, os prazos de pagamento e/ou o custo das novas emissões, afetando, consequentemente, a capacidade de crescimento e a saúde financeira da Companhia.

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (covenants).
A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants*) de acordo com os termos e as condições de contratos de empréstimos, que imputam à Companhia restrições (*covenants*) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, vencimento antecipado cruzado (*cross default e cross acceleration)*, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos em montante superior ao dividendo obrigatório, entre outros.

A não observância dessas restrições poderá ensejar o vencimento antecipado dos saldos em abertos dos instrumentos de dívida contratados pela Companhia. Além disso, os contratos contêm disposições de vencimento antecipado e restrições a novas captações em certas condições, como, por exemplo, a manutenção de certos índices financeiros. Adicionalmente, a existência de limitações sobre seu endividamento poderá impedir a Companhia de celebrar novos contratos para financiamento de suas operações ou para refinanciamento de suas obrigações existentes, o que poderá afetar adversamente seu negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Caso precise incorrer em novo endividamento em razão de sua estratégia de expansão ou por quaisquer outras necessidades de capital, a Companhia poderá ser impedida de contratá-lo em virtude dessas restrições ou ser obrigada a pagar antecipadamente o endividamento a respeito do qual as restrições serão

4.1 Descrição dos fatores de risco

aplicadas, o que poderá afetar negativamente seu fluxo de caixa e seus resultados operacionais. Para mais informações a respeito do tema, vide seção 2.1 (f) deste Formulário de Referência.

Os resultados da Companhia podem ser afetados pelo aumento do custo de aquisição de veículos novos.
A frota da Companhia é periodicamente renovada, conforme o desgaste natural decorrente da utilização dos veículos disponibilizados para locação. Assim, os resultados da Companhia estão fortemente vinculados às condições de aquisição de veículos junto aos seus fornecedores, especialmente em razão da escala significativa dessas compras, realizadas individualmente ou em conjunto com outras empresas do mesmo grupo econômico.
Caso ocorra um aumento na demanda por veículos novos que limite a capacidade dos fabricantes de atender ao mercado e/ou eleve os preços praticados, e caso a Companhia não consiga manter os atuais níveis de desconto negociados, ou ainda enfrente alterações desfavoráveis na política de vendas das montadoras para empresas de locação, poderá haver aumento de custos e consequente redução de margens. Como os preços cobrados dos clientes consideram o custo de aquisição de novos veículos, tais fatores podem afetar negativamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não mantém seguro contra certos riscos.
Os veículos da Companhia possuem seguro contra terceiros, com cobertura limitada para danos materiais, morais e corporais durante o período de locação pelos clientes. Contudo, a Companhia poderá ser responsabilizada pelo ressarcimento de danos a terceiros que excedam os limites da cobertura contratada. Assim, permanece exposta a riscos para os quais não possui seguro, relacionados a danos morais, corporais ou materiais decorrentes da utilização dos veículos alugados, seja acima dos valores cobertos, seja em relação a veículos não segurados.

Adicionalmente, as práticas de contratação de seguros poderão ser ajustadas para atender eventuais exigências de autoridades brasileiras ou para preservar o equilíbrio financeiro das operações de locação. Caso a Companhia não consiga reaver esses valores dos usuários/clientes responsáveis pelos danos, seus resultados operacionais poderão ser negativamente impactados.

A Companhia depende de sistemas automatizados e informatizados.
A Companhia é dependente de sistemas automatizados para operar os negócios, inclusive sistema computadorizado de reserva, sistemas de telecomunicações e site na *internet*. O desempenho de vendas pela *internet* pode ser impactado em caso de interrupções ou falhas de sistema que venham a tornar o site indisponível, ou que o impeçam o atendimento das reservas. Falhas substanciais no sistema de reservas ou sistema de telecomunicações podem reduzir a atratividade dos serviços e podem levar os clientes a alugarem em concorrentes. Além disso, a tecnologia da informação é essencial para manter o sistema de controles internos da Companhia.

Adicionalmente, os sistemas de informação estão expostos a vírus, *softwares* mal-intencionados e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação, além de falhas nos controles de segurança de rede que podem também afetar o desempenho, uma vez que os servidores estão vulneráveis a vírus, quebras ou panes, que podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de aceitar e atender as reservas dos clientes. Qualquer interrupção nos sistemas ou sua infraestrutura subjacente poderia resultar em um efeito material adverso sobre os negócios como perdas financeiras, aumento dos custos e prejudicar de forma geral a Companhia.

Os sistemas da Companhia (e os sistemas de seus parceiros comerciais e prestadores de serviços terceirizados) estão sujeitos a numerosas e em constante evolução ameaças e ataques cibernéticos, incluindo *ransomware* e outros *malwares*, esquemas de *phishing* e engenharia social, que podem culminar, inclusive, em desembolsos milionários, em razão de extorsão praticada por criminosos cibernéticos, o quem que pode comprometer a capacidade da Companhia de operar e a confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados em seus sistemas ou nos sistemas de seus parceiros comerciais e prestadores de serviços terceirizados. Essas e outras ameaças cibernéticas podem ter origem em criminosos, atores patrocinados pelo estado ou erros ou má conduta de funcionários. Como as técnicas usadas para obter acesso não autorizado, desativar ou degradar sistemas continuamente evoluem e se tornaram cada vez mais complexas e sofisticadas, e podem permanecer indetectadas por um período de tempo, apesar dos esforços para detectar e responder de maneira oportuna, a Companhia (e seus parceiros comerciais e prestadores de serviços terceirizados) estão sujeitos ao risco de ciberataques.

***Falhas na proteção de dados pessoais podem afetar a Companhia de forma adversa*.**
A Companhia administra e retém informações relacionadas a seus clientes, identificados ou passíveis de identificação, e seus empregados no curso regular de suas operações. Divulgações não autorizadas ou brechas de segurança podem sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, bem como impactar negativamente sua reputação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os negócios da Companhias estão expostos ao risco de uma possível não observância das políticas, má conduta, negligência ou fraudes cometidas por funcionários de modo que informações pessoais de clientes se tornem disponíveis a terceiros, o que poderá resultar em sanções regulatórias e prejuízo de reputação e financeiro. Além disso, os sistemas da Companhia podem sofrer violações resultando no acesso não autorizado, apropriação indébita de informações ou dados, supressão ou modificação de informações sobre clientes, ou ataques de negação de serviço ou outra interrupção das operações comerciais. A Companhia pode não ser capaz de prevenir ou impedir a má conduta de funcionários ou de terceiros.

O governo brasileiro promulgou, em 14 de agosto de 2018, a Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – "LGPD") com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, de forma a trazer mais transparência e autonomia para os proprietários de dados pessoais. O texto da lei dispõe sobre limites e condições para tratamento de dados pessoais, tanto por meio físico ou eletrônicos, por pessoa jurídica de direito público ou privado, e, portanto, impactará a Companhia. Entende-se por tratamento de dados pessoais, assim classificado pela lei como toda operação que envolva coleta, utilização, acesso, reprodução, processamento, armazenamento e transferência de dados que identifiquem ou torne identificável determinada pessoa. Falhas de segurança cibernética da informação devido a ações externas, intencionais ou não, como malwares, hackers, ciberterrorismo, ou internas, tais como negligência ou má conduta dos funcionários e prestadores de serviços da Companhia podem gerar impacto negativo na reputação da Companhia, prejuízo imaterial que a marca pode sofrer em decorrência de má publicidade e impactos no relacionamento com entes externos (governo, órgãos reguladores, consumidores, fornecedores, entre outros), prejuízos financeiros decorrentes de multas por órgãos fiscalizadores e ações judiciais que os donos dos dados pessoais que se sentirem lesados moverem contra a Companhia.

Em razão da promulgação da Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020 ("MP 959"), a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, após o projeto de lei de conversão da MP 959 ter sido sancionado pelo Presidente da República. Em 29 de abril de 2020, o Presidente da República editou a MP 959, que estabelecia a operacionalização do benefício emergencial mensal pago em razão da pandemia do COVID-19 e prorrogava a entrada em vigor da LGPD para 3 de maio de 2021. Em 26 de agosto de 2020, na sessão extraordinária deliberativa do Congresso Nacional, por meio da qual foi apreciada a conversão da MP 959 em lei ordinária, o Senado Federal reconheceu como prejudicada a disposição da MP 959 que tratava da prorrogação da LGPD. Com isso, referida disposição da MP 959 foi retirada do texto e a efetiva entrada em vigor da LGPD se deu após a sanção presidencial do projeto de lei de conversão que alterou o texto original da MP 959, conforme artigo 62, parágrafo 12 da Constituição Federal. Os artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas, somente entrarão em vigor a partir de 1º de agosto de 2021, na forma de Lei nº 14.010/2020.

Também em 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 14.474/2020, aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"). O Decreto entrará em vigor na data de publicação da nomeação do diretor-presidente da ANPD no Diário Oficial da União.

Além disso, a Companhia poderá incorrer em penalidades em função do vazamento de informações ou o seu uso indevido, em virtude da LGPD. Se a Companhia não for capaz de adequar seus processos e implantar as medidas requeridas para o pleno atendimento da LGPD, a Companhia poderá sofrer as sanções administrativas aplicáveis pela ANPD previstas em lei, quais sejam (i) advertência com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração, (iii) multa diária, observado o limite total a que se refere ao item imediatamente anterior, (iv) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência, (v) bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização, (vi) eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.

Quaisquer eventos em que informações de clientes possam ser comprometidas, sujeitas ao acesso não autorizado e outras violações de segurança poderão reduzir a demanda pelos serviços e produtos da Companhia, ocasionando um impacto substancial e adverso em seus negócios e resultados operacionais, o que poderá resultar em investimentos adicionais na sua implementação.

A Companhia está sujeita ao risco de processos baseados em alegações de infração de direitos autorais de propriedade intelectual de terceiros e isso poderá acarretar despesas significativas com litígios, licenciamentos ou gerar o impedimento de vendas de determinados produtos ou serviços da Companhia, o que poderá afetar de maneira relevante e adversa a reputação da Companhia e sua situação financeira.

Como a Companhia utiliza uma variedade de propriedades intelectuais para seus negócios, clientes, autoridades/órgãos regulatórios ou outros terceiros podem alegar que a Companhia está infringindo direitos de propriedade intelectual de terceiros, fazendo com que a Companhia passe a ocupar o polo passivo de

4.1 Descrição dos fatores de risco

eventual litígio cível ou criminal relacionado à propriedade intelectual. Nesse sentido, determinadas melhorias tecnológicas, aperfeiçoamento, incremento de novas soluções e desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços feitos pela Companhia, com padrões já desenvolvidos e registrados por outras empresas do setor de tecnologia da informação, como, por exemplo, a utilização de modelos e métodos de gestão, podem submeter a Companhia a processos judiciais e arbitrais por violação de marcas, programas de computador, patentes e direitos autorais.

Nesses casos, a Companhia pode sofrer danos relacionados à sua reputação e imagem e pode ser que tenha que alocar recursos significativos para a defesa de seus interesses em eventuais processos relacionados ao tema. Caso a Companhia tente obter licenças de tais terceiros para cessar quaisquer disputas, não há como garantir que tais licenças estarão disponíveis para a Companhia em termos aceitáveis, em cujo caso a Companhia pode ter que alterar suas marcas ou mudar sua forma de operação. O registro de programas de computador perante o INPI não é obrigatório, porém tal registro é aconselhável, pois concede maior segurança jurídica ao titular do programa de *software* em caso de autoria e/ou reivindicação de propriedade. Caso os programas de *software* próprios da Companhia não sejam registrados perante o INPI, terceiros podem reivindicar mais facilmente os direitos sobre os programas de softwares desenvolvidos pela Companhia.

A Companhia pode ser forçada, ainda, a revisar, total ou parcialmente, produtos que eventualmente tenham infringido direito de propriedade intelectual de terceiros e/ou pagar quantias significativas de indenização, *royalties* ou licenciamento pelo uso de patentes ou materiais com direitos autorais de terceiros. A propositura de uma ação ou a revisão de um produto que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual e/ou industrial de terceiros poderá afetar adversamente os resultados operacionais, imagem e a demanda pelos produtos da Companhia.

Ademais, novas ações exigem a atenção da administração, bem como custos adicionais para a defesa e, em determinados casos, a constituição de provisões que podem afetar adversamente a Companhia.

Assim, quaisquer infrações a direitos de propriedade intelectual cometidas pela Companhia poderão resultar em disputas judiciais e administrativas, bem como na celebração de acordos e/ou contratos de licença pela Companhia, que podem ser onerosos e restritivos, ou ainda, impedir que a Companhia realize a prestação de determinados serviços, gerando impactos adversos relevantes em seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de controles poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente seus negócios.
Os sistemas, políticas e procedimentos da Companhia de controles internos podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes.

Conforme apontado nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, para o cálculo da depreciação dos veículos naquele período, a Companhia estimava o valor depreciável pela diferença entre o custo de aquisição e o valor estimado de venda ao final da vida útil do ativo, deduzido dos descontos comerciais e das despesas de venda, que são definidos com base no histórico da Companhia. As deficiências no desenho dos controles internos relativos ao cálculo da despesa de depreciação a partir da estimativa do valor depreciável e vida útil dos veículos podem resultar em uma apuração equivocada da depreciação para mais ou menos, além de impactar no valor residual do veículo que, com base na definição do valor depreciável, poderá ser maior ou menor. Nesse contexto, o resultado da Companhia pode ser diretamente afetado para mais ou para menos, a depender da eventual apuração equivocada da depreciação, não refletindo corretamente a situação da Companhia.

Adicionalmente, as deficiências no desenho dos controles internos relativos ao reconhecimento da receita proveniente dos contratos de locação de frota podem resultar na apuração incorreta da receita da Companhia para mais ou para menos, impactando diretamente no seu resultado, não refletindo corretamente a situação da Companhia.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. A falha ou a ineficácia nos controles internos, tais como aquelas apontadas pelos auditores da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios. Para mais informações a respeito do tema, vide Seção 5.2.(d) deste Formulário de Referência.

***Os controles internos da Companhia podem não ser suficientes para evitar violações às leis anticorrupção, às leis de infrações à concorrência, prevenção de lavagem de dinheiro, fraudes ou práticas irregulares por parte de seus administradores, funcionários, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que atuem em nome da Companhia*.**
A Companhia está sujeita ao risco de que suas coligadas, seus administradores, empregados ou terceiros, que atuem em seu nome ou benefício, pratiquem atos que violem as leis e as regulamentações

4.1 Descrição dos fatores de risco

anticorrupção de países em que opera ou faz negócios, como, por exemplo, a Lei n° 12.846, de 1º de agosto de 2014 ("Lei Anticorrupção"), Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei nº 12.529/2012 e a Lei nº 9.613/1998. No Brasil, a Lei Anticorrupção introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos contra a administração pública, sujeitando a pessoa jurídica infratora à sanções civis e administrativas, que incluem multas, perdimento de bens, direitos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com a administração pública ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, sanções essas que, se aplicadas, podem afetar adversamente os resultados e a reputação da Companhia. Ademais, a Lei Anticorrupção determinou que as sociedades controladoras, controladas, ou coligadas da infratora serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos nela previstos.

A Companhia não pode garantir que suas coligadas, seus administradores, empregados e terceiros que agem em seu nome ou benefício ou representantes atuarão em estrita observância às regras e determinações aplicáveis à Companhia, ao seu programa de integridade e/ou às leis anticorrupção, o que pode resultar em multas, perda ou rescisão antecipada de autorizações, alvarás e/ou licenças e danos à reputação da Companhia e, consequentemente, em um efeito adverso nos negócios, na condição financeira e nos seus resultados operacionais.

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser eficazes, e seus controles internos podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia são baseados no histórico do comportamento de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As atividades de auditoria interna, controles internos e de gestão de riscos, bem como as estruturas de governança da Companhia, como o Conselho de Administração, pode impossibilitar ou aumentar as chances de falha na identificação, tratamento e monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.
As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes, e os controles internos podem ser insuficientes para prevenir ou detectar possíveis práticas inapropriadas, violações, erros ou fraude, o que pode afetar adversamente a Companhia. Assim, tais falhas podem afetar adversamente os negócios, a reputação, a situação financeira e patrimonial, e o preço dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Dificuldades na gestão dos riscos de crédito e liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o crescimento da Companhia.
A Companhia possui créditos com prazos variáveis e seus clientes possuem diversos graus de solvabilidade, o que expõe a Companhia ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de seus contratos e outros acordos com eles. Caso um número significativo de clientes inadimpla suas obrigações de pagamento para com a Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa podem ser adversamente afetados.

Além disso, eventuais dificuldades da Companhia em obter capital de giro junto a investidores e instituições financeiras para suas atividades operacionais podem causar descasamento de prazo ou de volume para atender às necessidades operacionais e, desse modo, limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para honrar os compromissos, impactando adversamente os resultados financeiros e operacionais e, por consequência, o crescimento da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a disputas judiciais e administrativas, as quais podem afetar de forma adversa seus resultados
A Companhia (incluindo seus administradores e afiliados) é, ou pode ser no futuro, parte em diversos processos administrativos, judiciais, arbitrais ou inquéritos envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, ambientais e criminais, além de processos administrativos sancionadores, no âmbito de órgãos reguladores tais como Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) ou Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no curso de nossos negócios. Os valores provisionados ou retidos podem não ser suficientes para cobrir todas as eventuais condenações que a Companhia venha a sofrer.

A Companhia mantém provisões para demandas judiciais, as quais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, em valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos externos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Decisões ou acordos contrários aos seus prognósticos de perda e/ou desfavoráveis com relação a processos judiciais ou arbitrais ou, ainda, procedimentos administrativos, poderão resultar em desembolsos de caixa relevantes para a Companhia e impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados, e ainda, resultar em restrições de direitos, podendo afetar adversamente sua reputação, seus negócios ou resultados.

Na data deste Formulário, a Companhia possuía provisões para os processos não sigilosos relevantes, bem como figurava como parte passiva em ações trabalhistas e cíveis. As provisões são realizadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, bem como de acordo como o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Para mais informações sobre os processos relevantes, os critérios para que o processo seja considerado relevante e os montantes provisionados para processos cuja chance de perda é considerada provável, veja os itens 4.4 e 4.5 deste Formulário de Referência.

O sucesso da Companhia depende de sua habilidade de atrair, treinar e reter profissionais capacitados.
O sucesso da Companhia depende da sua habilidade de atrair, treinar e reter profissionais capacitados para a condução de seu negócio. Há competição na contratação de profissionais qualificados no setor de aluguel de veículos e carência de mão de obra especializada e qualificada. Ainda que seja capaz de contratar, treinar e manter profissionais qualificados, a Companhia não pode garantir que não incorrerá em custos substanciais para tanto. Adicionalmente, os negócios da Companhia são altamente dependentes dos membros de sua alta administração, os quais tem desempenhado papel fundamental para sua construção. Caso algum deles venha a não mais integrar o quadro de funcionários, a Companhia poderá ter dificuldades para substituí-los, o que poderá prejudicar os negócios e resultados operacionais.

A redução na demanda de veículos seminovos pode impactar adversamente os negócios da Companhia.
A venda de veículos seminovos é um importante fator do ciclo de negócios, sendo o seu volume e preço elementos importantes para o atingimento do retorno esperado de cada operação. Uma redução na demanda pelos ativos desmobilizados da Companhia, bem como restrições à concessão de crédito e aumento das taxas de juros aplicáveis a financiamentos de aquisição de veículos podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses ativos e reduzir de forma significativa sua liquidez. A volatilidade de preços de mercado pode, ainda, reduzir o preço dos ativos desmobilizados da Companhia ou de seu valor de venda, criando um maior deságio em relação ao preço em que são adquiridos. Todos estes fatores podem afetar a capacidade de venda destes ativos desmobilizados aos preços incialmente estimados, o que pode afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Os resultados da Companhia poderão ser afetados por erros no estabelecimento de preços em decorrência de falhas no cálculo da desvalorização estimada de sua frota em relação à sua desvalorização efetiva no futuro.
Os preços do segmento dos veículos que a Companhia utiliza para suas operações inclui uma estimativa do valor futuro das vendas e, consequentemente, de sua depreciação efetiva (ou seja, custo dos veículos menos o preço de venda da receita adicional obtida da venda menos despesas com vendas). Superestimar o valor de venda futuro dos veículos resultará em custos de depreciação supervalorizados, que poderão impactar no aumento das tarifas de aluguel, impactando a competitividade da Companhia no segmento de mercado de locação de veículos. Por outro lado, subestimar o valor de venda futuro dos veículos resultará em custos de depreciação menores e custos de venda de veículos maiores, podendo causar uma redução na margem operacional da Companhia. Em qualquer um dos casos, o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados adversamente por estimativas imprecisas da depreciação efetiva.

Aumentos significativos nos custos dos insumos necessários às atividades da Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.
A Companhia está sujeita a aumentos, por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como, peças de reposição ou mão de obra. A Companhia não pode prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão aumentos ou reajustes, inclusive aqueles provocados por aumento de demanda ou das políticas de venda praticadas pelos fabricantes. Caso haja um aumento na demanda ou uma mudança desfavorável na política de venda, a Companhia poderá enfrentar aumento de custos e consequente diminuição de suas margens. Como os preços cobrados pela Companhia de seus clientes nas atividades de locação de veículos levam em consideração o custo de aquisição dos seus insumos, caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos custos aos clientes, os negócios, sua condição financeira e resultados podem ser impactados material e adversamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação trabalhista brasileira. Além disso, uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia pode afetar as suas operações.
A Companhia depende do uso da força de trabalho nas suas atividades. Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações pode ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

Adicionalmente, a Companhia pode apresentar imperfeições nos registros de proventos de colaboradores em decorrência da ausência de adequações salariais e de benefícios, bem como ser responsabilizada por eventuais deficiências ou omissões relativas à saúde e segurança do trabalhador, o que pode resultar em fiscalizações pelos órgãos competentes, com a consequente aplicação de multas e outras penalidades.

A Companhia possui transações com partes relacionadas celebradas quando inexistiam procedimentos ou políticas formais internos que visassem demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados no tocante à tais transações
Conforme reportado no item 11.2, na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui 6 transações mercantis em virgor com partes relacionadas. A Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia atualmente em vigor foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de setembro de 2023. No entanto, a Companhia pode ter aprovado operações com partes relacionadas antes da aprovação da referida política. Neste sentido, não é possível assegurar que se tivessem sido celebradas após a entrada em vigor da mencionada política as mesmas transações seriam celebradas, ou seriam celebradas nos mesmos termos e condições.

A determinação de consolidação substancial de eventuais processos de liquidação de uma empresa do grupo econômico da Companhia, podem causar efeitos adversos aos negócios da Companhia
O Poder Judiciário brasileiro ou os próprios credores da Companhia e/ou de empresas do seu grupo econômico podem determinar a condução de eventual processo de liquidação de empresas de seu grupo econômico como se fossem uma única sociedade, resultando na consolidação substancial de ativos e passivos das integrantes do grupo econômico (Teoria da Consolidação Substancial).

A consolidação substancial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, conforme alterada ("Lei de Recuperação de Empresas e Falência"), poderá ser declarada pelo Poder Judiciário, caso seja constatada a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos das sociedades do mesmo grupo econômico, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses: (i) existência de garantias cruzadas; (ii) relação de controle ou dependência; (iii) identidade total ou parcial do quadro societário; e (iv) atuação conjunta no mercado.

Caso isso aconteça, os acionistas da Companhia poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de outras empresas do grupo econômico da Companhia.

b) Riscos relacionados aos seus acionistas, em especial os acionistas controladores
A Companhia possui um acionista controlador definido, cujo interesse poderá divergir daqueles de outros acionistas, o que poderá afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia
O Grupo Águia Branca, por meio da Águia Branca Participações S.A., controladora indireta da Companhia, tem o poder de controlar a Companhia, inclusive com poderes para: (i) eleger e destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração; (ii) estabelecer a política administrativa; (iii) exercer o controle geral sobre a administração e subsidiárias; (iv) vender ou de alguma forma transferir ações que representem o controle da Companhia por ele detidas; (v) determinar o resultado de qualquer deliberação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, submetidos à aprovação dos acionistas, incluindo a venda de todos ou de parte substancial dos ativos, e (vi) determinar a época de distribuição e o pagamento de quaisquer dividendos futuros. Os interesses do acionista controlador poderão não coincidir com os interesses dos demais acionistas, gerando um impacto adverso na condução dos negócios da Companhia

c) Riscos relacionados à suas controladas e coligadas
Não aplicável.

d) Riscos relacionados aos seus administradores

4.1 Descrição dos fatores de risco

O nosso crescimento e desempenho dependem em grande parte dos esforços e da capacidade de nossa alta administração formada por experientes executivos e colaboradores-chave que detêm amplo conhecimento do negócio.
A perda de membros de nossa alta administração poderá afetar de modo adverso nossos negócios e resultados operacional e financeiro. Além disso, se perdermos algum desses profissionais-chave, podemos não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los.

O nosso sucesso depende de nossa capacidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Além disso, nossa estratégia para atração, retenção e sucessão de pessoas chave pode exigir que alteremos nossa política de remuneração e nossos planos incentivos baseados em ações. Se a Companhia não conseguir atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, poderemos não ter capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, consequentemente, os nossos resultados operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados.

e) Riscos relacionados aos seus fornecedores
As atividades da Companhia dependem de seu relacionamento com seus fornecedores.
O sucesso das atividades da Companhia relacionadas à aquisição e venda de ativos depende, em grande medida, da condição financeira, da reputação, do marketing, da estratégia gerencial e, principalmente, do relacionamento comercial da Companhia com tais fornecedores e da capacidade de seus fornecedores de projetarem, produzirem e distribuírem ativos desejados pelo público.

As atividades da Companhia relacionadas ao setor de locação de veículos dependem de seu relacionamento com as montadoras desses ativos e fornecedores de peças. Ainda, os fornecedores da Companhia, exercem grande influência sobre parte de suas atividades, podendo requerer que atendamos a determinados padrões de estética, qualidade, satisfação do consumidor, critérios financeiros como capital mínimo de giro, padrões de manutenção e preservação dos estoques, bem como restringir a liberdade da Companhia de associar suas atividades e produtos às suas imagens e marcas, o que pode acarretar custos substanciais. Caso seus fornecedores rescindam ou não renovem os contratos, por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência e controle societário da Companhia que não contem com suas aprovações, ou por outros critérios, a Companhia pode não ser contemplada com programas de benefícios e outras vantagens como, por exemplo, a consolidação de um estoque atraente, e, como consequência, suas atividades, resultados operacionais e financeiros, podem ser prejudicados.

f) Riscos relacionados aos seus clientes
A Companhia está sujeita ao risco de não renovação de contratos com seus clientes, bem como de rescisão antecipada dos contratos existentes.
O plano de negócios e estratégia da Companhia é baseado em contratos de longo prazo com clientes e a ampliação e diversificação desta carteira é um elemento importante na estratégia de negócios da Companhia. Dessa forma, a Companhia depende da manutenção e renovação de contratos com seus clientes de locação de veículos leves, caminhões, máquinas e equipamentos após seus respectivos vencimentos. Assim, a redução do nível de renovações por qualquer motivo, inclusive por crise econômica do setor, dificuldades financeiras do cliente, ou ainda outras circunstâncias alheias ao controle da Companhia, poderá resultar em uma redução de sua receita e afetar negativamente sua estratégia de crescimento.

A Companhia não pode garantir que será bem-sucedida na renovação de todos ou parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes, em termos razoáveis, e nem que seus clientes não irão migrar para outros concorrentes do mercado, o qual ainda não é consolidado e é pouco explorado, ou que seus clientes não irão rescindir antecipadamente os contratos existentes, de forma a impactar a sua receita futura. A rescisão ou a não renovação de parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes poderá resultar na redução da receita da Companhia e impactar adversamente seus negócios, condição financeira e seus resultados.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, o que pode afetar desfavoravelmente sua condição financeira e resultados operacionais.
A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado aos pagamentos de seus clientes em contrapartida ao aluguel de veículos. Caso os clientes da Companhia venham a descumprir suas obrigações de forma a acarretar perdas acima das expectativas, sua condição financeira e resultados operacionais poderão ser negativamente afetados. A taxa de inadimplência dos clientes da Companhia foi de 11,0%, 6,6% e 2,50%, respectivamente, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, considerando faturas vencidas há mais de 180 dias.

g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue

4.1 Descrição dos fatores de risco

O mercado brasileiro de fabricação de automóveis é marcado por uma forte concentração de montadoras de veículos.
Os principais fornecedores da Companhia são as montadoras de veículos. O setor brasileiro de fabricação de automóveis leves e de autopeças é fortemente controlado por seis montadoras – FCA, GM, Volkswagen, Toyota, Hyundai e Renault – que juntas foram responsáveis por mais de 75% dos licenciamentos de automóveis e comerciais leves no mercado doméstico em 2024, conforme dados da ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Caso ocorra uma mudança na capacidade instalada e nas políticas e condições de vendas de veículos pelas montadoras, a capacidade da Companhia de renovar e expandir sua frota de veículos e, consequentemente, seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas poderão ser afetados negativamente.

A forte concorrência no segmento de aluguel de veículos pode afetar os resultados operacionais da Companhia.
O segmento de aluguel de veículos é altamente competitivo e pulverizado. Segundo a Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis, em 2024 o setor de locação de veículos contava com cerca de 31.487 locadoras, que apresentaram faturamento total de mais de R$ 52 bilhões, com uma frota de 1.617.216 veículos. O segmento de aluguel de veículos tem poucas barreiras de entrada e as tarifas de locação consistem em um dos fatores importantes na decisão de contratação destes serviços pelos clientes. O ambiente altamente competitivo e as estratégias de crescimento dos competidores podem afetar de forma material o resultado operacional da Companhia.

h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue
Mudanças na legislação fiscal podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos.
O governo brasileiro implementa regularmente mudanças no regime tributário, representando potencial aumento na carga tributária da Companhia e na de seus clientes e fornecedores. Tais mudanças incluem alterações em alíquotas, alterações de interpretação sobre a incidência tributária e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários, cuja arrecadação é vinculada a finalidades governamentais especificas. Mudanças implementadas na legislação fiscal brasileira com propósitos específicos, como por exemplo a regulamentação pelos estados de questões relacionadas ao registro e licenciamento de veículos automotores e à cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores ("IPVA"), a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos novos ocorrida em 2012 ou eventual incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na venda de veículos seminovos com menos de 1 (um) ano de idade, podem impactar na depreciação da frota e no valor de mercado dos ativos da Companhia. Aumentos na carga tributária da Companhia ou efeitos de mudanças na legislação tributária podem causar limitações operacionais no que se refere ao livre remanejamento da frota, causar um aumento na carga tributária e ainda impactar adversamente os seus negócios e resultados operacionais.

i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue
Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros.

j) Riscos relacionados às questões sociais
A Companhia está sujeita a regras trabalhistas, e ao cumprimento estrito da legislação trabalhista brasileira. Além disto, uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia pode afetar as suas operações.
A Companhia depende do uso da força de trabalho nas suas atividades. A maioria dos trabalhadores é representada por sindicatos, e seus contratos de trabalho são regulamentados por convenções e acordos coletivos de trabalho. Novos acordos coletivos podem ter prazos mais curtos do que os anteriormente firmados e, se não for possível negociar acordos coletivos em termos aceitáveis para a Companhia, esta pode suportar um aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações com trabalhadores, diminuição do ritmo de trabalho ou interrupções no trabalho, que podem gerar um efeito adverso relevante nos resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Adicionalmente, segundo as leis e os regulamentos trabalhistas existentes, é dever da Companhia prover e assegurar o uso adequado de equipamentos de segurança para os seus funcionários e outros indivíduos realizando atividades em seus locais de trabalho. No caso de omissão da Companhia em prover todos os equipamentos de segurança necessários ou de assegurar o seu uso adequado, a Companhia pode ser responsabilizada por quaisquer acidentes que venham a ocorrer em seus locais de trabalho. Qualquer acidente nos locais de trabalho pode expor a Companhia ao pagamento de indenizações, multas e penalidades. Além disso, qualquer alteração nas leis, regulamentos ou entendimento jurisprudencial pode submeter a Companhia a obrigações adicionais e acarretar o aumento das despesas relativas a equipamentos e procedimentos de segurança. A título de exemplo, alterações que imponham uma jornada de trabalho diária reduzida por razões de segurança, ou o trabalho em duplas ou supervisionado para determinadas atividades de campo, podem resultar na redução da produtividade, forçando a contratação de empregados adicionais. Da mesma forma, disposições legais que requeiram a instalação ou a compra de equipamentos de segurança adicionais poderiam aumentar os custos da Companhia relativos à mão de obra e afetar adversamente seus resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados em qualquer um dos fornecedores terceirizados da Companhia, podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

k) Riscos relacionados às questões ambientais

A Companhia está sujeita à regulamentação ambiental e caso não observe a regulamentação aplicável ou fique sujeita à regulamentação mais rigorosa, os seus negócios poderão sofrer efeitos adversos.

As atividades exercidas pela Companhia estão sujeitas à regulamentação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal, envolvendo, dentre outros assuntos, temas relacionados a licenciamento ambiental e gerenciamento de resíduos sólidos. Novas leis ou regulamentos aprovados ou implementados podem afetar, de modo adverso, os negócios e os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Para desenvolver suas atividades em determinadas localidades, a Companhia é obrigada a obter e renovar, periodicamente, licenças e autorizações de natureza ambiental, seja por si ou por empresas terceirizadas especializadas na elaboração e implantação dos projetos para a construção das estruturas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Na hipótese de violação ou descumprimento das leis, regulamentos, licenças, autorizações e respectivas condicionantes técnicas, quando aplicáveis, a legislação ambiental prevê a possibilidade de aplicação de sanções administrativas pelos órgãos ambientais competentes, tais como multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades e revogação de autorizações, sanções criminais, além da obrigação de reparação ou compensação de eventuais danos ambientais causados, na esfera civil. Quaisquer desses eventos podem afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia, além de gerar reflexos negativos à imagem e à reputação da Companhia.

Na esfera criminal, a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente no Brasil tem como preceito fundamental a Lei Federal nº 9.605/98 (“Lei de Crimes Ambientais”). Referida Lei, além das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e as respectivas sanções, prevê regras e circunstâncias específicas de aplicação das penas por crimes ambientais, adaptando as regras de direito penal às exigências que a proteção ao meio ambiente exige. A responsabilidade criminal é subjetiva, pessoal e intransferível e, diferentemente da responsabilidade civil, depende de dolo e/ou culpa para estar caracterizada.

A violação à Lei de Crimes Ambientais pode caracterizar crime ambiental, atingindo as pessoas físicas na figura dos administradores, diretores, membros do conselho de administração e de órgãos técnicos, auditores, gerentes, prepostos ou mandatários e a própria pessoa jurídica. A pessoa jurídica pode ser punida com a aplicação de uma multa criminal ou com penas restritivas de direitos, que podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária do estabelecimento, da obra ou da atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações. Pessoas físicas podem ser punidas com reclusão e/ou multa.

Vale ressaltar que a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Dessa forma, verifica-se ser abrangente a responsabilização criminal por danos ambientais, havendo a possibilidade de, pela prática de uma única conduta prevista como criminosa, serem responsabilizados diversos sujeitos, inclusive administradores.

Ademais, referida lei prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da causadora do dano ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Já a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos. A contratação de terceiros para realização de quaisquer das etapas de gerenciamento dos resíduos sólidos gerados pela Companhia não a exime de responsabilidade, sobretudo na esfera civil (dever de reparar e indenizar), caso esses prestadores de serviço causem danos ao meio ambiente e/ou a terceiros no exercício de suas atividades.

A inobservância das regras de gerenciamento de resíduos pela própria Companhia, de qualquer natureza, inclusive a eventual ausência de elaboração e de implementação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), pode expor a Companhia a sanções administrativas, civis e criminais.

A responsabilização da Companhia por infrações, danos e crimes ambientais poderá afetar adversamente sua imagem, operações e situação financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda, o Ministério Público e órgãos regulatórios poderão fiscalizar e instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais irregularidades que possam ser atribuídos às atividades da Companhia. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou Termos de Compromissos (TC) entre a Companhia e as respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas, que podem acarretar no desembolso de valores adicionais pela Companhia para cumprimento de tais obrigações.

Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento, total ou parcial, dos termos convencionados em referidos instrumentos de compromisso, a Companhia pode ficar sujeita a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário. Além disso, o Poder Público pode editar novas normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais para a Companhia, de modo a adequar suas atividades a estas regras.

A Companhia não pode garantir que conseguirá obter, manter ou renovar tempestivamente suas licenças e autorizações ambientais, bem como não pode assegurar que a legislação ambiental não se tornará cada vez mais restritiva e complexa, o que pode exigir da Companhia investimentos adicionais na melhoria e adequação de suas atividades. Os gastos para cumprimento das atuais e futuras leis e regulamentos, além de demoras ou indeferimentos na emissão de licenças ambientais ou dispensas, podem prejudicar as atividades, resultados operacionais ou a situação financeira da Companhia.

A eventual não obtenção, não renovação tempestiva ou cancelamento de licenças ambientais, registros, outorgas, autorizações, aprovações e anuências de natureza ambiental podem afetar significativamente os resultados e imagem da Companhia.
Dificuldades na obtenção ou a falha em obter as licenças, registros, outorgas, autorizações, aprovações e anuências necessárias, conforme aplicável, podem atrasar ou impedir o pleno funcionamento das atividades da Companhia. A falta (em razão da não obtenção, não renovação tempestiva ou cancelamento) de qualquer licença ou o descumprimento, parcial ou total, dos regulamentos e condicionantes técnicos ambientais, podem acarretar em efeito adverso para as atividades da Companhia, bem como na imposição de penalidades nas esferas administrativa e criminal, sem prejuízo da reparação de danos na esfera civil, situações em que os nossos resultados e imagem poderão ser adversamente afetados. A Companhia possui uma área específica para acompanhamento e emissão de todas as licenças ambientais aplicáveis para o desenvolvimento de suas atividades.

Adicionalmente, no tocante às instalações físicas necessárias às atividades da Companhia (sejam pontos de atendimento, pontos de presença ou data centers), qualquer interrupção significativa, fechamento parcial ou total ou mau funcionamento devido ao gerenciamento de eventuais áreas contaminadas, ou qualquer outra razão, como desastres naturais, incêndios, falhas sistêmicas, acidentes ou outras causas imprevistas, podem nos impedir da Companhia de continuar prestando os nossos serviços a determinados grupos de clientes, o que poderá, por sua vez, e a depender do volume de clientes afetados, impactar os seus resultados de forma significativa. Nessas hipóteses, os resultados financeiros e operacionais, bem como a imagem da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A Companhia pode ser considerada solidariamente responsável pelos danos ambientais causados por seus terceiros contratados
A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Nesse cenário, podem ser considerados responsáveis pela sua reparação todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo e/ou culpa. Sendo assim, a responsabilidade civil pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, mesmo que indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que possuir mais recursos financeiros, pode ser obrigada a repará-lo, resguardado o direito de regresso em relação aos demais envolvidos.

Portanto, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia não atendam às exigências da legislação ambiental, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelos eventuais danos ambientais por elas causados, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de processos ou procedimentos administrativos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, além de incorrer em eventuais custos para cumprimento de obrigações de fazer e implementação de medidas para recuperação do dano ambiental. Caso seja responsabilizada solidariamente por danos causados por terceiros contratados, os resultados, as atividades e a imagem da Companhia podem ser adversamente afetados.

Incêndios, chuvas fortes ou outros desastres naturais ou de origem humana podem afetar adversamente as instalações da Companhia e a sua estrutura de custos, o que pode causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais

4.1 Descrição dos fatores de risco

Incêndios, chuvas fortes e danos ambientais causados por desastres naturais ou humanos, podem danificar ou destruir as instalações da Companhia, bem como danificar sua frota de veículos e ocasionar atrasos em suas operações, o que pode causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

l) Riscos relacionados às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa, seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa. No caso do Brasil, a lei que regula o mercado de carbono foi sancionada em 2024, estabelecendo diretrizes para a precificação das emissões e o funcionamento de um sistema nacional de comércio de emissões. A atual regulamentação sobre Gases de Efeito Estufa, ou, ainda, a regulamentações que eventualmente venham a ser aprovadas, poderá aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tais efeitos podem afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

m) Riscos relacionados à outras questões não compreendidas nos itens anteriores

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente nos emergentes ou nos Estados Unidos, pode afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Companhia.

O crescimento da Companhia está diretamente atrelado à expansão do mercado interno brasileiro e seus negócios estão fortemente integrados a economia e às operações de seus clientes, distribuídos em diversos setores econômicos. Os resultados operacionais da Companhia, principalmente os relacionados ao mercado de aluguel de carros, são fortemente afetados pelo nível de confiança e de atividade econômica no Brasil. Uma redução na atividade econômica, incluindo em razão do COVID-19, resulta na diminuição nas viagens de turismo, negócios, investimentos e aumento do desemprego e, consequentemente, em redução na demanda de aluguéis de veículos. A redução do ritmo de crescimento econômico do país, com retração da demanda no atacado e varejo, e a redução de investimentos em bens de capital e infraestrutura podem afetar diretamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Adicionalmente, o mercado de títulos e valores mobiliários e a economia brasileira são afetados por condições de mercado e econômicas internacionais em geral, especialmente as condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são tradicionalmente sensíveis a flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e ao comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão da Companhia***.***

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a do coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o valor das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como coronavírus, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença pode vir a ter um impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, inclusive no Brasil. Durante o mês de março de 2020, por exemplo, houve oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3. A

4.1 Descrição dos fatores de risco

cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundial pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro. A Companhia pode vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuação cambial;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- racionamento de água e energia;
- políticas sanitárias;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação; e
- instabilidade social e política.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente os negócios e resultados das operações da Companhia.

A economia brasileira foi e continua a ser afetada por eventos políticos no Brasil, que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, afetando adversamente o desempenho da economia brasileira e aumentando a volatilidade dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro passou por altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do Produto Interno Bruto (PIB), fortes oscilações do real em relação ao dólar americano, aumento do desemprego e menores níveis de gastos e confiança do consumidor. brasileiro.

Os mercados brasileiros têm sofrido maior volatilidade devido às incertezas derivadas das investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, e ao impacto dessas investigações na economia brasileira e no ambiente político. Numerosos membros do governo brasileiro e do poder legislativo, bem como altos funcionários de grandes empresas estatais e privadas foram condenados por corrupção política relacionada a subornos através de propinas em contratos concedidos pelo governo a diversas infraestruturas, petróleo e gás e construtoras, entre outras.

Essas investigações tiveram um impacto adverso na imagem e reputação das empresas envolvidas e na percepção geral do mercado brasileiro. Em particular, a indústria brasileira de petróleo e gás foi adversamente afetada por essas investigações no passado. A Companhia não pode prever se desenvolvimentos e investigações futuras causarão volatilidade econômica e política no Brasil, o que pode

4.1 Descrição dos fatores de risco

afetar adversamente o preço de negociação de títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo da Companhia.

Além disso, o presidente do Brasil pode determinar políticas e emitir atos governamentais relativos à economia brasileira que afetem as operações e o desempenho financeiro das empresas no Brasil, incluindo a Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o presidente adotará ou se essas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso sobre a economia brasileira ou sobre a Companhia. A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas da Companhia.

Os esforços do governo brasileiro para conter a inflação podem desacelerar a economia brasileira, o que pode afetar adversamente a Companhia.
Historicamente, o Brasil registrou elevados índices de inflação, que, juntamente com as medidas adotadas pelo governo brasileiro para seu controle, bem como especulações acerca de potenciais políticas públicas, tiveram efeitos negativos sobre a economia, aumentando a volatilidade do mercado de capitais e a incerteza econômica.

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as taxas de inflação no Brasil foram de 4,83%, 4,62% e 5,79% nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente. Já o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) apresentou variação positiva de 6,54% em 2024, deflação de 3,18% em 2023 e inflação de 5,45% em 2022.

As medidas de controle inflacionário implementadas pelo governo brasileiro, tradicionalmente pautadas por políticas monetárias restritivas e elevação das taxas de juros, impactam a disponibilidade de crédito e podem resultar na desaceleração do crescimento econômico.

Uma das consequências desse combate à inflação é a variação significativa da taxa de juros oficial no Brasil, que variou de 14,25% ao ano em 31 de dezembro de 2015 para 2,00% ao ano em 31 de dezembro de 2020 e 9,25% ao ano em 31 de dezembro de 2021, conforme estabelecido pelo Banco Central. Na data deste Formulário de Referência, a taxa de juros oficial no Brasil estava em 12,25% ao ano. O Comitê de Política Monetária (COPOM) frequentemente ajusta a taxa de juros para atender às metas definidas pela política econômica do governo.

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, como alterações na taxa de juros, intervenções no mercado cambial ou a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem provocar pressões inflacionárias adicionais, afetando negativamente o desempenho da economia.

Embora a Companhia realize reajustes anuais de preços com base na inflação, caso o Brasil enfrente novamente um ambiente de inflação elevada, a Companhia pode não ser capaz de repassar integralmente tais aumentos aos preços praticados, comprometendo sua capacidade de mitigar os efeitos inflacionários sobre sua estrutura de custos, o que pode impactar negativamente suas margens operacionais e líquidas.

Adicionalmente, um cenário de elevação das taxas de juros pode afetar adversamente a Companhia, não apenas pelo aumento do custo de novos financiamentos, mas também pelo encarecimento de sua dívida existente, bem como pela redução da rentabilidade de seu caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, além de contratos de arrendamento a pagar, que possuem remuneração atrelada a taxas de juros.

Dessa forma, a inflação e a consequente volatilidade das taxas de juros podem impactar negativamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.
O real flutuou significativamente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. O governo brasileiro utilizou no passado diferentes planos econômicos e regimes de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), um sistema de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e mercados de taxa de câmbio dupla. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar americano e outras moedas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia não pode prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuarão a permitir que o real flutue livremente ou intervirão no mercadode outra forma. Além disso, a legislação brasileira prevê que, sempre que houver um sério desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões substanciais para prever um sério desequilíbrio, restrições temporárias podem ser impostas às remessas de capital estrangeiro para o exterior. A Companhia não pode garantir que tais medidas não serão tomadas pelo governo brasileiro no futuro.

A instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. O real pode se desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras, o que poderia criar pressões inflacionárias no Brasil por meio do aumento geral dos preços e causar aumentos nas taxas de juros. Essa desvalorização ou valorização pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira, geralmente restringir o acesso de emissores brasileiros, incluindo a Companhia, aos mercados de capitais internacionais e pode ter um efeito significativo nos resultados operacionais e condição financeira da Companhia. A valorização do real em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras também pode afetar negativamente as contas públicas do Brasil e o balanço de pagamentos, o que pode causar uma redução no crescimento econômico. A Companhia não pode prever ou influenciar quaisquer políticas cambiais adotadas pelo governo brasileiro e pode ser adversamente afetada por essas políticas.

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender os valores mobiliários de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.
O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados na medida em que o mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. A volatilidade e falta de liquidez limitam substancialmente a capacidade dos detentores de valores mobiliários de emissão da Companhia de vendê-los ao preço e na ocasião em que desejem e, consequentemente, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência ou por motivos relacionados ao desempenho da Companhia.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos da América e países emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira e o preço de negociação de títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Companhia.
O valor de mercado de valores mobiliários de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes escalas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo outros países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica nesses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas e de mercado internacionais de modo geral, especialmente condições econômicas e de mercado dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, historicamente foram sensíveis a flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como às variações dos principais índices de ações norte-americanos. Ainda, reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, podem prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de mercados emergentes resultou, em geral, na saída de recursos do Brasil e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em uma recessão global, com vários efeitos que, direta ou indiretamente, prejudicaram os mercados financeiros e da economia brasileira.

O Brasil está sujeito à acontecimentos que incluem, por exemplo, (i) a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, (ii) o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, que desencadeou a invasão pela Rússia em determinadas áreas do território ucraniano, dando início a uma crise militar e geopolítica com reflexos mundiais, (iii) a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, e (iv) crises na Europa e em outros países, que afetam a economia global, que estão produzindo e/ou poderão produzir uma série de

4.1 Descrição dos fatores de risco

efeitos que afetam, direta ou indiretamente, os mercados de capitais e a economia brasileira, incluindo as flutuações de preços de títulos de empresas cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, flutuação em taxas de câmbio e inflação, entre outras.

Esses acontecimentos podem afetar adversamente o preço de negociação de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia e também pode dificultar o acesso da Companhia aos mercados de capitais, bem como o financiamento das operações da Companhia em termos aceitáveis.

Qualquer rebaixamento adicional da classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente a Companhia.
As classificações de crédito afetam as percepções de risco dos investidores e, como resultado, os rendimentos exigidos nas emissões de dívida nos mercados financeiros. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, considerando uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, endividamento e a perspectiva de mudança nesses fatores.

Na data deste Formulário de Referência, as classificações de crédito soberano do Brasil eram BB com perspectiva estável, Ba1 com perspectiva positiva e BB com perspectiva estável pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente, que está abaixo do grau de investimento.

A Companhia não pode garantir que as agências de classificação manterão as classificações de crédito soberano do Brasil. Qualquer rebaixamento nas classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar adversamente o preço dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Companhia, afetando adversamente a classificação de risco da Companhia e, consequentemente, sua situação financeira.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A Companhia está sujeita ao risco de não renovação de contratos com seus clientes, bem como de rescisão antecipada dos contratos existentes.
O plano de negócios e estratégia da Companhia é baseado em contratos de longo prazo com clientes e a ampliação e diversificação desta carteira é um elemento importante na estratégia de negócios da Companhia. Dessa forma, a Companhia depende da manutenção e renovação de contratos com seus clientes de locação de caminhões, máquinas e equipamentos após seus respectivos vencimentos. Assim, a redução do nível de renovações por qualquer motivo, inclusive por crise econômica do setor, dificuldades financeiras do cliente, ou ainda outras circunstâncias alheias ao controle da Companhia, poderá resultar em uma redução de sua receita e afetar negativamente sua estratégia de crescimento.

A Companhia não pode garantir que será bem-sucedida na renovação de todos ou parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes, em termos razoáveis, e nem que seus clientes não irão migrar para outros concorrentes do mercado, o qual ainda não é consolidado e é pouco explorado, ou que seus clientes não irão rescindir antecipadamente os contratos existentes, de forma a impactar a sua receita futura. A rescisão ou a não renovação de parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes poderá resultar na redução da receita da Companhia e impactar adversamente seus negócios, condição financeira e seus resultados.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, o que pode afetar desfavoravelmente sua condição financeira e resultados operacionais.
A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado aos pagamentos de seus clientes em contrapartida ao aluguel de veículos. Caso os clientes da Companhia venham a descumprir suas obrigações de forma a acarretar perdas acima das expectativas, sua condição financeira e resultados operacionais poderão ser negativamente afetados. A taxa de inadimplência dos clientes da Companhia foi de 11,0%, 6,6% e 2,50% respectivamente, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, considerando faturas vencidas há mais de 180 dias.

As atividades da Companhia dependem de seu relacionamento com seus fornecedores.
O sucesso das atividades da Companhia relacionadas à aquisição e venda de ativos depende, em grande medida, da condição financeira, da reputação, do marketing, da estratégia gerencial e, principalmente, do relacionamento comercial da Companhia com tais fornecedores e da capacidade de seus fornecedores de projetarem, produzirem e distribuírem ativos desejados pelo público.

As atividades da Companhia relacionadas ao setor de locação de veículos dependem de seu relacionamento com as montadoras desses ativos e fornecedores de peças. Ainda, os fornecedores da Companhia, exercem grande influência sobre parte de suas atividades, podendo requerer que atendamos a determinados padrões de estética, qualidade, satisfação do consumidor, critérios financeiros como capital mínimo de giro, padrões de manutenção e preservação dos estoques, bem como restringir a liberdade da Companhia de associar suas atividades e produtos às suas imagens e marcas, o que pode acarretar custos substanciais.

Caso seus fornecedores rescindam ou não renovem os contratos, por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência e controle societário da Companhia que não contem com suas aprovações, ou por outros critérios, a Companhia pode não ser contemplada com programas de benefícios e outras vantagens como, por exemplo, a consolidação de um estoque atraente, e, como consequência, suas atividades, resultados operacionais e financeiros, podem ser prejudicados.

Os esforços do governo brasileiro para conter a inflação podem desacelerar a economia brasileira, o que pode afetar adversamente a Companhia.
Historicamente, o Brasil registrou elevados índices de inflação, que, juntamente com as medidas adotadas pelo governo brasileiro para seu controle, bem como especulações acerca de potenciais políticas públicas, tiveram efeitos negativos sobre a economia, aumentando a volatilidade do mercado de capitais e a incerteza econômica.

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as taxas de inflação no Brasil foram de 4,83%, 4,62% e 5,79% nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente. Já o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) apresentou variação positiva de 6,54% em 2024, deflação de 3,18% em 2023 e inflação de 5,45% em 2022.

As medidas de controle inflacionário implementadas pelo governo brasileiro, tradicionalmente pautadas por políticas monetárias restritivas e elevação das taxas de juros, impactam a disponibilidade de crédito e podem resultar na desaceleração do crescimento econômico.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Uma das consequências desse combate à inflação é a variação significativa da taxa de juros oficial no Brasil, que variou de 14,25% ao ano em 31 de dezembro de 2015 para 2,00% ao ano em 31 de dezembro de 2020 e 9,25% ao ano em 31 de dezembro de 2021, conforme estabelecido pelo Banco Central. Na data deste Formulário de Referência, a taxa de juros oficial no Brasil estava em 12,25% ao ano. O Comitê de Política Monetária (COPOM) frequentemente ajusta a taxa de juros para atender às metas definidas pela política econômica do governo.

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, como alterações na taxa de juros, intervenções no mercado cambial ou a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem provocar pressões inflacionárias adicionais, afetando negativamente o desempenho da economia.

Embora a Companhia realize reajustes anuais de preços com base na inflação, caso o Brasil enfrente novamente um ambiente de inflação elevada, a Companhia pode não ser capaz de repassar integralmente tais aumentos aos preços praticados, comprometendo sua capacidade de mitigar os efeitos inflacionários sobre sua estrutura de custos, o que pode impactar negativamente suas margens operacionais e líquidas.

Adicionalmente, um cenário de elevação das taxas de juros pode afetar adversamente a Companhia, não apenas pelo aumento do custo de novos financiamentos, mas também pelo encarecimento de sua dívida existente, bem como pela redução da rentabilidade de seu caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, além de contratos de arrendamento a pagar, que possuem remuneração atrelada a taxas de juros.

Dessa forma, a inflação e a consequente volatilidade das taxas de juros podem impactar negativamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

O nível de endividamento da Companhia pode vir a afetar negativamente a sua capacidade de refinanciar o endividamento existente ou de colocar capital adicional para financiar suas operações, limitar sua capacidade de reagir às mudanças na economia ou em seu setor de atuação e impedir que a Companhia atenda às suas obrigações nos termos dos acordos relacionados ao endividamento da Companhia, sendo que descumprimentos dos termos de tais acordos podem afetá-la adversamente

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Em 31 de dezembro de 2022, a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de arrendamento no passivo circulante e não circulante da Companhia era de R$ 441.128 mil. Em 31 de dezembro de 2023 a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de arrendamento no passivo circulante e não circulante era de R$ 1.311.048 mil e em 31 de dezembro de 2024, a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e contratos de arrendamento no passivo circulante e não circulante da Companhia era de R$ 1.285.422 mil. A Companhia pode vir a buscar empréstimos, por exemplo, para financiar sua estratégia de expansão, elevando o atual nível de endividamento. Um alto grau de alavancagem da Companhia pode ter consequências materiais, incluindo:

- maior vulnerabilidade a cenários econômicos ou regulatórios adversos;
- comprometimento de parcela significativa do fluxo de caixa com pagamento de juros e principal, reduzindo recursos disponíveis para investimentos e expansão;
- exposição ao risco de aumento da taxa de juros, dada a predominância de dívida atrelada a taxas pós-fixadas;
- limitação à realização de aquisições estratégicas ou necessidade de desinvestimentos para manter equilíbrio financeiro;
- restrição à captação de novos recursos para capital de giro, despesas operacionais ou estratégicas;
- redução da flexibilidade para reagir a mudanças de mercado, podendo gerar desvantagem competitiva frente a empresas com menor alavancagem.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita ao cumprimento de obrigações nos contratos de financiamento vigentes, bem como em possíveis novos contratos, as quais, se descumpridas, poderão resultar no vencimento antecipado de tais dívidas, bem como na consequente aceleração de outras dívidas (*cross default* e *cross acceleration*), o que poderá impactar adversamente a situação financeira e os negócios da Companhia. Para mais informações, vide item 2.1 deste Formulário de Referência.

Em razão de sua estratégia de expansão, a Companhia pode vir a contratar novas dívidas no futuro. A Companhia não tem como garantir que a sua capacidade de geração de caixa decorrente da exploração de suas atividades comerciais evoluirá proporcionalmente ao crescimento do seu endividamento e será suficiente para cumprir as obrigações financeiras estabelecidas nos instrumentos de dívida em que é parte, sendo que, em 31 de dezembro de 2022, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era negativo em R$ 158.986 mil, em 31 de dezembro de 2023 o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era negativo em R$ 66.107 mil e em 31 de dezembro de 2024, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia era positivo em R$ 34.894 mil.

A Companhia pode vir a buscar empréstimos adicionais, por exemplo, para financiar sua estratégia de expansão, elevando o atual nível de endividamento. O aumento do endividamento e a insuficiência do fluxo de caixa, podem impactar de forma adversa o resultado de suas operações e a capacidade da Companhia de arcar com suas obrigações financeiras.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

O risco de mercado ao qual a Companhia está exposta compreende os seguintes riscos: (i) risco de crédito; (ii) risco de liquidez; (iii) risco de mercado; e (iv) risco de taxa de juros.

- **Riscos de Crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A Companhia estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados anualmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem são discutidas pelo Conselho de Administração.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um e três meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando a prevenir perdas por inadimplência. A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna e externa de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes.

Avaliação da perda esperada de crédito para clientes

A Companhia classifica internamente toda carteira de acordo com o risco de crédito que se entende para cada potencial cliente/credor. A avaliação e classificação são definidas pelo comportamento de pagamento de cada cliente e o seu potencial dentro do negócio da Companhia, além de uma avaliação comercial feita pelas diretorias operacionais e o histórico de inadimplência.

A tabela abaixo fornece a exposição de perda de crédito esperada do contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Controladora

	31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2023			
	Taxa média ponderada de perda	**Saldo contábil bruto**	**Provisão para perda**	**Problemas de recuperação de crédito**	**Taxa média ponderada de perda**	**Saldo contábil bruto**	**Provisão para perda**	**Problemas de recuperação de crédito**
A faturar	0,22%	40.491	(164)	Não	0,33%	16.749	(39)	Não
A vencer	2,39%	81.244	(1.125)	Não	19,14%	63.200	(294)	Não
Vencidos até 30 dias	1,04%	9.131	(427)	Não	4,41%	4.382	(14)	Não
Vencidos de 31 a 90 dias	7,37%	4.965	(763)	Não	22,84%	1.536	(66)	Não
Vencidos de 91 a 180 dias	12,99%	2.038	(515)	Não	48,44%	862	(418)	Não
Vencidos há mais de 180 dias	92,30%	15.333	(15.333)	Sim	49,60%	7.768	(7.735)	Sim
		153.202	**(18.327)**			**94.497**	**(8.566)**	

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2023			
	Taxa média ponderada de perda	Saldo contábil bruto	Provisão para perda	Problemas de recuperação de crédito
A faturar	1,49%	35.068	(274)	Não
A vencer	0,50%	86.120	(816)	Não
Vencidos até 30 dias	1,60%	7.474	(154)	Não
Vencidos de 31 a 90 dias	8,89%	2.819	(183)	Não
Vencidos de 91 a 180 dias	26,22%	2.433	(716)	Não
Vencidos há mais de 180 dias	67,92%	8.861	(8.395)	Sim
		142.775	**(10.538)**	

Caixa equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos
A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas e externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes.

Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (S&P, Fitch e Moody's).

- **Risco de Liquidez**

Risco de liquidez é definido pela possibilidade da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui recursos em conta corrente disponíveis para utilização imediata.

O quadro a seguir demonstra o vencimento dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratados pela Companhia nas demonstrações financeiras (fluxos de caixa não descontados contratados):

Controladora	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Saldo
Em 31 de dezembro de 2024					
Empréstimos e financiamentos	199.670	281.087	118.327	47.531	646.615
Debêntures e Nota Comercial	141.212	636.021	239.461	-	1.016.694
Passivo de arrendamento - Imóveis	1.950	4.220	1.244	742	8.156
Fornecedores	51.755	-	-	-	51.755
Fornecedores com partes relacionadas	-	-	-	-	-
Contas a pagar	50.772	16.924	56.798	-	124.494
Dividendos	16.000	-	-	-	16.000
Em 31 de dezembro de 2023					
Empréstimos e financiamentos	172.737	273.899	94.902	-	541.538
Debêntures e Nota Comercial	62.224	223.649	140.428	-	426.301
Passivo de arrendamento - imóveis	682	1.033	989	1.865	4.569
Fornecedores	23.168	-	-	-	23.168
Fornecedores - partes relacionadas	1.066	-	-	-	1.066
Contas a pagar	45.055	60.073	50.402	-	155.530
Dividendos	-	-	-	-	-

Consolidado	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Saldo
Em 31 de dezembro de 2023					
Empréstimos e financiamentos	201.526	353.659	96.841	-	652.026
Debêntures e Nota Comercial	124.376	448.350	453.664	108.700	1.135.090
Passivo de arrendamento - Imóveis	1.392	2.074	989	1.865	6.320
Fornecedores	51.981	-	-	-	51.981
Fornecedores com partes relacionadas	1.087	-	-	-	1.087
Contas a pagar	45.055	60.073	50.402	-	155.530

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras Companhia do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos e derivativos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023
Total de debêntures, empréstimos e financiamentos, derivativos e arrendamentos	1.269.715	764.909	1.336.941
Menos: Caixa e equivalentes de caixa/ Títulos e valores mobiliários	255.252	40.062	218.788
Dívida líquida	**1.014.463**	**724.847**	**1.118.153**
Total do patrimônio líquido	591.578	679.591	679.591
Total do capital	**1.606.041**	**1.404.438**	**1.797.744**
Índice de alavancagem financeira - % (*)	**63%**	**52%**	**62%**

(*) o Cálculo do índice de alavancagem financeira é Dívida liquida/capital total.

- **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros afetarão os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração.

- **Risco de Taxa de Juros**

Risco de taxas de juros decorre da oscilação de taxas de juros incidentes em um instrumento financeiro em sofrer perdas ou ganhos. Os riscos de taxas de juros da Companhia referem-se, principalmente, aos títulos de valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e arrendamentos por direito de uso, aplicadas como taxa de juros.

O risco cambial decorre da variação entre dois momentos, da relação existente entre a moeda nacional e uma moeda internacional sofrendo perdas ou ganhos em operações no exterior. Conforme política financeira, a Companhia e contrata instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de reduzir sua exposição às mudanças na taxa de câmbio com swap cambial para contratos nesta modalidade.

Os empréstimos bancários para investimentos estão contratados com taxas de juros pós-fixadas pela variação do CDI. Os empréstimos que estão na modalidade 4.131, em moeda estrangeira e, assim, sujeita à variação cambial, e o risco de variação na taxa de câmbio desses empréstimos é mitigado com a contratação de operações de swap realizadas com as mesmas instituições financeiras que concederam os empréstimos.

Os empréstimos para investimentos contratados com negociação com taxas de juros pré-fixados são protegidos do risco de variação nas taxas de juros do mercado com a contratação de operações de swap pós-fixados realizadas com as mesmas instituições financeiras que concederam os empréstimos.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023
TLP/IPCA/TPL	18.035	24.389	24.389
SELIC/CDI	1.069.792	591.870	1.131.275
Dólar/USD Libor/EURO	164.167	121.883	146.992
	1.251.994	**738.142**	**1.302.656**

	Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023
Empréstimos Pós Fixados	1.251.994	738.142	1.302.656
Empréstimos Pré-Fixados	25.272	-	2.073
	1.277.266	**738.142**	**1.304.729**

O risco da variação do CDI é parcialmente mitigado pelas aplicações financeiras feitas no caixa, conforme descrito a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023
Empréstimos em CDI	1.069.792	591.870	1.131.275
Empréstimo em moeda estrangeira + SWAP	156.617	144.081	172.885
Total Dívida em CDI (a)	**1.226.409**	**735.951**	**1.304.160**
Aplicações Financeiras (b)	254.929	39.091	211.841
Saldo em CDI (a - b)	**971.480**	**696.860**	**1.092.319**

Análise de sensibilidade:

A Companhia realizou para as dívidas atreladas à taxa de câmbio (R$/US$) e (R$/EUR) a mesma variação de 25% e 50%, considerando para esse risco a mitigação pela exposição inversa em relação à dívida. A Companhia considerou as projeções da taxa de câmbio na data do balanço e que o Dólar provável para o próximo ano seja de R$ 56,7175/US$ e o Euro provável, R$ 7,1383/EUR. No cenário I + deterioração de 25%, o Dólar a R$ 8,3969/US$ e o Euro a R$ 8,9228/EUR; e no cenário I + deterioração de 50%, o Dólar a R$ 10,0762/US$ e o Euro a R$ 10,7074/EUR, conforme abaixo:

						Controladora
Operação	Exposição	Risco	Ganho/ (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário I + deterioração de 50%
Dívida atrelada ao CDI				18,34%	22,29%	26,24%
Posição em 31/12/2024	1.069.792	CDI	-	1.266.007	1.308.267	1.350.528
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(perda)	(196.215)	(238.475)	(280.736)
Dívida atrelada à IPCA				14,38%	16,11%	17,84%
Posição em 31/12/2024	18.035	IPCA	-	20.628	20.940	21.252
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			**(perda)**	**(2.593)**	**(2.905)**	**(3.217)**

						Controladora
Operação	Exposição	Risco	Ganho/ (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário I + deterioração de 50%
Instrumentos em moeda estrangeira Euro						
Dívida				0,00%	30,52%	56,63%
Posição Passiva em 31/12/2024	96.804	R$	-	101.083	126.354	151.625
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(perda)	(4.279)	(29.550)	(54.821)
SWAP						
Posição Ativa - em €	99.796	R$	-	99.796	99.796	99.796
Posição Passiva - em CDI	100.199	CDI	-	119.393	123.379	127.364
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			**(Ganho)**	**(19.597)**	**(23.583)**	**(27.568)**
Instrumentos em moeda estrangeira Dolar						
Dívida				0,00%	0,00%	56,67%
Posição Passiva em 31/12/2024	67.363	R$	-	70.360	87.950	105.540
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(perda)	(2.997)	(20.587)	(38.177)

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

SWAP						
Posição Ativa - em US$	67.923	R$	-	72.277	90.346	108.415
Posição Passiva - em CDI	59.968	CDI	-	71.078	73.450	75.823
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			**(Perda/ Ganho)**	**1.199**	**16.896**	**32.592**

Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos unicamente com o propósito de se proteger de riscos de mercado. Os testes de efetividade estão devidamente documentados ficando confirmado que os *derivativos* designados são efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos itens objeto de *hedge*.

A Companhia utiliza contratos de swap para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa decorrentes de variações nas taxas de câmbio relacionadas com empréstimos em moeda estrangeira. Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, líquida de imposto de renda e contribuição social diferido.

A parcela efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer parcela não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Swap de variação cambial
As operações de swap de variação cambial foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes para eliminar a exposição à variação cambial.

As operações de swap são contratadas para converter dívidas e empréstimos denominados em Dólares ou Euros para Reais. Veja quadro abaixo:

31 de dezembro de 2024 — **Controladora**

			Indexador médio		Juros (Accrual)				Marcação a Mercado (mark-to-market)				
Instrumento	**Tipo de instrumento financeiro derivativo**	**Moeda**	**Posição ativa**	**Posição passiva**	**Valor Nocional**	**Posição ativa**	**Posição passiva**	**Ganho/ (perda)**	**Posição ativa**	**Posição passiva**	**Ganho/ (perda)**	**Movimento Resultado**	**Movimento Ora***
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	USD	6,41% a.a	2,70% a.a.	63.180	67.448	57.820	9.628	67.923	59.968	7.955	(11.360)	352
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	EUR	9,59% a.a.	CDI+3,24% a.a.	90.901	97.066	96.888	178	99.796	100.200	(404)	(6.120)	(3.131)
					154.081	**164.514**	**154.708**	**9.806**	**167.719**	**160.168**	**7551**	**(17.480)**	**(2.779)**

31 de dezembro de 2023 — **Controladora**

			Indexador médio		Juros (Accrual)				Marcação a Mercado (mark-to-market)				
Instrumento	**Tipo de instrumento financeiro derivativo**	**Moeda**	**Posição ativa**	**Posição passiva**	**Valor Nocional**	**Posição ativa**	**Posição passiva**	**Ganho/ (perda)**	**Posição ativa**	**Posição passiva**	**Ganho/ (perda)**	**Movimento Resultado**	**Movimento Ora***
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	USD	6,41% a.a	2,70% a.a.	63.180	58.592	64.313	(5.720)	60.465	67.506	(7.041)	10.077	1.321
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	EUR	2,24% a.a.	CDI+2,60 % a.a.	75.000	63.374	75.405	(12.031)	62.083	77.240	(15.157)	12.688	(2.816)
					138.180	**121.966**	**139.178**	**(17.751)**	**122.548**	**144.746**	**(22.198)**	**22.765**	**(1.495)**

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

31 de dezembro de 2023

			Consolidado										
			Indexador médio			Juros (Accrual)			Marcação a Mercado (mark-to-market)				
Instrumento	**Tipo de instrumento financeiro derivativo**	**Moeda**	**Posição ativa**	**Posição passiva**	**Valor Nocional**	**Posição ativa**	**Posição passiva**	**Ganho/ (perda)**	**Posição ativa**	**Posição passiva**	**Ganho/ (perda)**	**Movimento Resultado**	**Movimento Ora***
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	USD	5,15% a.a	2,50% a.a.	63.180	58.592	64.313	(5.720)	60.465	67.506	(7.041)	10.077	1.321
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	EUR	3,43% a.a.	CDI+2,87 % a.a.	175.000	88.687	103.827	(15.139)	88.736	107.588	(18.852)	9.056	(2.231)
					238.180	**147.279**	**168.140**	**(20.859)**	**149.201**	**175.094**	**(25.893)**	**19.133**	**(910)**

*Os valores nesta tabela estão brutos de tributos sobre o lucro.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.4 foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia figura como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou seja, cujo valor envolvido seja superior a R$3.000.000,00 (três milhões de reais); ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Para os processos cíveis, a expectativa de perda é baseada na média histórica de valores de acordos e condenações em processos similares e conforme competência (juizado especial ou vara cível).

Para os processos trabalhistas, a expectativa de perda considera as provas a serem produzidas para defesa, bem como a jurisprudência sobre a matéria.

Para os processos tributários, a expectativa de perda considera os fatos específicos de cada processo, a legislação tributária vigente e a jurisprudência sobre o tributo em discussão.

Após o provisionamento inicial, os valores indicados podem ser revistos e, se for o caso, reajustados nos casos de decisão favorável ou desfavorável proferida em primeiro ou segundo grau.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 31 de dezembro de 2024, segregados conforme sua natureza.

Contingências Cíveis

Ação de Indenização n.º 0052371-50.2010.8.13.0034	
a. Juízo	Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Teófilo Otoni-MG
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	02/12/2010
d. Partes no processo	Autores: Pedro de Araújo Correa e Joana Rodrigues Correa Réus: Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S/A – EBEC (incorporada por Lets Rent a Car, controlada da Companhia) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.210.500,00
f. Principais fatos	A Companhia mantinha um contrato de locação de veículos com o IBGE. Em 31/07/2010 um funcionário do IBGE, conduzindo o veículo alugado e de propriedade da Companhia, colidiu na motocicleta conduzida pela parte Autora Pedro de Araújo Correa, que veio a óbito. Os pais do *de cujus* ajuizaram ação de indenização por danos morais e materiais em virtude do acidente.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em sentença, o juízo *a quo* decidiu por declarar extinto o processo sem análise do mérito, pois o advogado constituído renunciou o mandato. O juízo buscou intimar os autores para comunicação de novo mandatário, porém os autores mudaram de endereço sem comunicação ao juízo, estando em local incerto e não sabido.
h. estágios do processo	Os autores recorreram da decisão da 1ª instância. Houve contrarrazões à apelação tanto da Companhia quanto do IBGE. Os autos estão conclusos para decisão no TRF-1, 2º grau.
i. chances de perda	Possível
j, motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão da matéria discutida no processo.
k. análise do impacto em casos de perda	Em caso de perda, o valor da indenização deverá ser depositado em juízo, de modo que a Companhia sofrerá um impacto financeiro.

Ação de Indenização n.º 1057845-19.2023.8.26.0114	
a. Juízo	12 Vara Cível de Campinas
b. Instância	1 instancia
c. Data de instauração	14/12/2204

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Ação de Indenização n.º 1057845-19.2023.8.26.0114	
d. Partes no processo	Rafael da Costa Pereira x Pablo do Amaral Ferreira e Let´s Rent a Car
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 3.532.164,42
f. Principais fatos	Trata-se de ação de reparação de danos materiais e morais causados em decorrência de acidente de trânsito, em que objetiva a condenação dos réus em danos materiais, morais e estéticos, decorrentes de um acidente automobilístico ocorrido em 26/10/2023. A vítima teve lesão grave, em especial em seu braço direito, com fratura em três ligares do úmero, cuja consequências continua sofrendo, vez que após o acidente se tornou impossibilitada de exercer plenamente suas funções laborais.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	O processo está em fase de instrução, não foi proferido sentença.
h. estágios do processo	Conhecimento
i. chances de perda	Possível
j, motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão dos valores envolvidos
k. análise do impacto em casos de perda	Em caso de perda, o valor da indenização deverá ser depositado em juízo, de modo que a Companhia sofrerá um impacto financeiro.

Processos tributários

Processo no A.I. 13136-723.115/2024-68	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. Instância	Administrativa
c. Data de instauração	03/12/2024
d. Partes no processo	Autuante: Receita Federal o Brasil
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Autuada: Lets Rent a car
f. Principais fatos	R$ 17.157.868,78 (dezessete milhões, cento e cinquenta e sete mil, oitocentos e sessenta e oito reais e setenta e oito centavos) (valor atualizado em 31.03.2025)
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Trata-se de auto de infração por meio do qual o fisco entendeu que a companhia apresentou Escrituração Contábil Fiscal (ECF), relativas aos anos calendário de 2019, 2020, 2021 e 2022, com informações inexatas, incorretas ou omissas. Apresentada impugnação, aguardando julgamento da Junta Fiscal da RFB.
h. estágios do processo	Aguardando julgamento 1ª Instância RFB.
i. chances de perda	1ª INSTÂNCIA - Aguardando julgamento.
j, motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Possível
k. análise do impacto em casos de perda	Valor da discussão material.

Além das ações listadas acima, não há, na data de 31 de dezembro de 2024, outros processos cíveis ou tributários considerados relevantes, isto é, que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou seja, cujo valor envolvido seja superior a R$3.000.000,00 (três milhões de reais); ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Na data desse Formulário de Referência, a Companhia não havia registrado provisões para os processos individualmente relevantes descritos no item 4.4 deste documento.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário, a Companhia não foi notificada e/ou citada em relação a processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.7 Outras contingências relevantes

Não há outras contingências que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 4.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

5.2 Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las
Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

b) as estruturas organizacionais envolvidas
Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento
Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente
Os auditores externos da Companhia, quando da execução de seus trabalhos de auditoria das informações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme relatório de auditoria e de acordo com o previsto no inciso II do artigo 25 da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, não apresentaram deficiências significativas no que tange aos controles internos.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas
A Administração da Companhia concorda com a avaliação dos auditores independentes em relação à ausência de deficiências significativas no relatório de controles internos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A Administração avaliou as recomendações dos auditores independentes e adotou, quando necessário, planos de ação para endereçá-las. No entendimento da Administração da Companhia tais planos são suficientes para endereçar as recomendações dos auditores independentes.

5.3 Programa de integridade

a) ***se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:***

A controladora da Companhia possui um Código de Conduta, aplicado desde 2012, revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em 2021, o qual é aplicável às suas controladas. Juntamente ao Código de Conduta, a VIXPar adotou o seu Programa de Integridade, o qual tem por objetivo prevenir, detectar e remediar práticas inadequadas, que contrariem o Código de Conduta, normas e políticas internas e a legislação vigente.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Consolidando práticas já adotadas pela VIXPar e suas controladas, incluindo a Companhia e reafirmando o compromisso com ações futuras, o Programa de Integridade, tem por objetivo prevenir, detectar e remediar fraudes e ilícitos ao Código de Conduta, Política Anticorrupção e a legislação vigente. Por meio do Programa de Integridade, a VIXPar e suas controladas buscam fortalecer cada vez mais a cultura ética, combater a corrupção, promover um melhor padrão de governança e liderança consciente, além de engajar as pessoas para o bem e alavancar os negócios.

Alinhado com as diretrizes corporativas e aos valores organizacionais, o Programa de Integridade está sustentado sob os seguintes pilares:

- O comprometimento da Alta Administração;
- Instância responsável pelo desenvolvimento e monitoramento das ações;
- Análise de riscos;
- Normas e procedimentos internos;
- Comunicação;
- Treinamentos periódicos;
- Canal de denúncia;
- Ações de remediação;
- Medidas disciplinares;
- Due Diligence de terceiros;
- Monitoramento contínuo;

Tendo como referências as melhores práticas do mercado, bem como as disposições contidas na Lei n.º 12.846/13, no Decreto n.º 8.420/15 e, quando aplicável, nas legislações internacionais, nas recomendações do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União – CGU, o Programa de Integridade se aplica à VIXPar e a todas as empresas controladas, bem como aos seus acionistas, membros do Conselho de Administração, comitês de assessoramento, investidores, fornecedores e prestadores de serviços e demais terceiros que com elas mantenham relacionamento.

Dentre as normas e procedimentos internos, destacamos o Código de Conduta corporativo e a Política Anticorrupção, os quais estabelecem os princípios éticos e a conduta esperada nos casos de relacionamento com agentes públicos, mas também nas relações entre agentes privados.

Em dezembro de 2020 a VIXPar se tornou signatária do Pacto Global da ONU e do Pacto Empresarial pela Integridade do Instituto Ethos. Em janeiro de 2021, foi aceita como membro signatário do Pacto Global da ONU e, em fevereiro de 2021, foi formalizada sua associação ao Instituto Ethos, demonstrando mais um passo da VIXPar e, por consequência, suas controladas no sentido de melhorar seus padrões de governança corporativa e integridade.

Para a gestão da cultura ética, a VIXPar conta ainda com mecanismos de integridade, dentre os quais destacamos:

Comprometimento da Alta Administração

O comprometimento da Alta Administração é o principal pilar do Programa de Integridade da VIXPar e está presente por meio da destinação de recursos, do apoio manifesto à instituição e desenvolvimento das ações do Programa, e das manifestações expressas realizadas através dos meios de comunicação utilizados. Além disso, o reporte das ações do Programa de Integridade compõe pauta específica do Conselho de Administração e do Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Estratégia, que possui agendas específicas para avaliação dos temas pertinentes à evolução do Programa de Integridade, indicadores do Canal de Denúncia e funcionamento do Comitê de Ética.

Comitê de Ética

5.3 Programa de integridade

Composto por Gerentes Operacionais e Corporativos da Companhia, compete-lhe zelar pelo cumprimento do Código de Conduta, garantindo que sejam considerados e respeitados os seus princípios e normas em todos os processos de negócio e atividades da VIXPar e suas controladas, tendo seus trabalhos orientados por regimento específico.

Auditoria Interna
Compete à Auditoria Interna elaborar, planejar e aplicar auditoria interna por meio da metodologia padrão estabelecida em atendimento aos requisitos normativos, legais e de clientes, bem como atuar, nos casos específicos definidos em instrução de trabalho interna, nas apurações de desvios ao Código de Conduta e demais normativos internos da VIXPar.

Análise de riscos
Em 2020 foi iniciado novo ciclo de revisão da matriz de riscos estratégicos, listando os principais riscos e fatores, bem como categorizando os controles existentes, a fim de reduzir a probabilidade ou de atenuar os impactos. O diagnóstico dos riscos e do nível de maturidade balizam a definição do modelo de gestão, baseado no modelo de três linhas, conforme o *International Internal Audit*.

Para gestão dos riscos, a VIXPar possui em sua estrutura uma equipe dedicada ao tema, bem como uma Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados pela VIXPar e suas controladas, no programa de gestão de riscos, de forma a possibilitar a identificação, análise, avaliação, tratamento, registro, comunicação e monitoramento dos riscos, visando minimizar incertezas e maximizar oportunidades e, consequentemente, proteger e criar valor para a VIXPar e suas controladas, garantindo a perpetuidade dos negócios assim como a preservação de sua imagem.

Códigos, Políticas e Normativos Internos
Código de Conduta
A VIXPar possui um Código de Conduta, implantado desde o ano de 2012, revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em 2021, o qual estabelece os valores e princípios éticos da VIXPar e suas controladas, bem como as diretrizes aplicáveis a todos os colaboradores, fornecedores, parceiros, comunidade, acionistas, investidores, clientes e imprensa, nas relações mantidas com a VIXPar e suas controladas. Os princípios éticos nele estabelecidos devem fundamentar a relação com agentes públicos e privados, a negociação de contratos, acordos, propostas de alteração do estatuto social, bem como as políticas adotadas pela VIXPar e suas controladas. Após o lançamento do Programa de Integridade, o Código de Conduta passou por revisão, realizada em 2021, para adequação ao Regulamento do Novo Mercado.

Política Anticorrupção
A VIXPARPar possui uma Política Anticorrupção, implantada em 2017, que se destina aos acionistas, executivos, membros do Conselho de Administração, empregados, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores e demais stakeholders que se relacionem com a VIXPar, suas coligadas e/ou subsidiárias. A Política Anticorrupção tem como objeto nortear as ações e decisões de todos os gestores e colaboradores por meio da capacidade de agir com integridade e transparência, priorizando a honestidade nas relações pessoais e profissionais. A partir do lançamento do Programa de Integridade, a Política Anticorrupção passa por revisões, em periodicidade não superior a 2 anos. A política foi objeto de revisão no ano de 2020, sendo aprovada pelo Conselho de Administração em 2021.

Política de Negociação de Valores Mobiliários
A Companhia adota uma política específica de negociação de valores mobiliários, a qual estabelece as regras que deverão ser observadas pela Companhia, seus acionistas controladores, pelos Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal (caso instalado), e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, bem como seus cônjuges não separados judicialmente, companheiro ou dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda, e sociedades por elas controladas, direta ou indiretamente, bem como por quaisquer empregados e terceiros contratados pela Companhia que tenham acesso permanente ou eventual a informações relevantes (“Pessoas Vinculadas”), visando coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários.

Tais regras também visam coibir a prática de *insider trading* (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e *tipping* (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações dos valores mobiliários. As regras da Política de Negociação definem ainda os períodos nos quais as Pessoas Vinculadas devem se abster de negociar com valores mobiliários, de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de informações relevantes não divulgadas ao público.

5.3 Programa de integridade

Comunicação e Treinamento
Comunicação e treinamento são importantes pilares do Programa de Integridade da VIXPar, através dos quais são desenvolvidos programas e projetos específicos, que tem como objetivo fortalecer a cultura ética, os princípios e valores que compõem o Programa de Integridade. Este mapeamento é revisado anualmente, dando origem ao Plano Anual de Comunicação e Treinamento. Para sua construção, são considerados a realidade das operações, o público interno e externo da Companhia e o mapeamento dos riscos. Todos os colaboradores recebem treinamento sobre o Código de Conduta e a Política Anticorrupção, bem como a todas as formas de acesso ao Canal de Denúncias.

Como parte de sua estratégia de comunicação e treinamento, a Companhia realiza ações presenciais e online, mediante o uso de ferramentas que permitam o maior e mais adequado alcance dos colaboradores, dentre as quais citamos a ferramenta "VAPT" de educação corporativa à distância, permitindo ampliar o quantitativo de colaboradores treinados pelo Programa de Integridade.

Canal de Denúncias
Implantado em 2015, tendo por objetivo prevenir, detectar e sanar os desvios ao Código de Conduta, a Política Anticorrupção, à legislação vigente e normas internas da VIXPar e suas controladas, incluindo fraudes, irregularidades praticadas contra a administração pública e nas relações entre agentes privados.
O canal de denúncias é operado por uma empresa independente e imparcial, dotado de credibilidade tanto pelo público interno quanto pelo público externo, aos quais está disponível, sendo assegurados em todo o caso o anonimato, a confidencialidade e a não retaliação. As análises e decisões quanto as denúncias recepcionadas pela VIXPar são baseadas em suas diretrizes organizacionais, dentre elas o propósito, princípios e valores, bem como as diretrizes do Código de Conduta, Lei Anticorrupção, Lei Antitrutes, Lei das Sociedades Anônima, práticas internas de anticorrupção e ética da VIXPar e serão avaliadas pelo Comitê de Ética independente e imparcial, da VIXPar.

Os relatos poderão ser comunicados por meio do Canal de Denúncias, mediante qualquer dos seguintes acessos: (i) e-mail: denuncias@vix.com.br, site da Companhia www.vixpar.com/denuncias, ligação telefônica 0800-777- 1112, ou por cartas ou outros impressos enviados para o endereço Av. Jerônimo Vervloet, nº 345, Goiabeiras, Vitória – ES, CEP 29.075-140, aos cuidados do "CANAL DE DENÚNCIA". Seguindo as recomendações de melhores práticas, o canal de denúncias é operado por uma empresa terceirizada, estando em funcionamento durante os 7 dias da semana, 24h por dia.

As investigações relacionadas aos casos recepcionados pelo canal de denúncias são sigilosas e realizadas tendo como referência uma Instrução de Trabalho específica que orienta o fluxo do processo. Os resultados apurados são avaliados pelo Comitê de Ética, que se reporta ao Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Estratégia e ao Conselho de Administração da VIXPar e é dotado de autoridade para solicitar revisões e/ou complementações das tratativas realizadas.

Monitoramento do Programa de Integridade
O monitoramento do Programa de Integridade é realizado pela Gerência Executiva Jurídico, GRC e Sustentabilidade, designada pela Alta Administração da VIXPar, a quem compete implementar e monitorar anualmente sua evolução. As ações do Programa de Integridade são revisadas anualmente.

Periodicamente, conforme agenda estabelecida, a evolução do Programa de Integridade é reportada ao Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Estratégia e ao Conselho de Administração.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes:
O desenvolvimento, implementação e monitoramento do Programa de Integridade da VIXPar é de responsabilidade da Gerência Executiva Jurídico, GRC e Sustentabilidade, contando com uma equipe dedicada ao desenvolvimento do tema. Compete-lhe, sem prejuízo de outras funções, implementar ações definidas pela Alta Administração da VIXPar, dentre elas o plano anual de comunicação abrangente a todos os stakeholders; propor e executar diretrizes de treinamentos; desenvolver, implementar e monitorar o cumprimento do Programa de Integridade, Código de Conduta, Política Anticorrupção e demais políticas internas aplicáveis, de acordo com diretrizes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e com o Código Brasileiro de Governança Corporativa - CBGC; fazer a gestão do canal de denúncias e prestar apoio ao Comitê de Ética; prestar informações periódicas ao Conselho de Administração da VIXPar, comitês de assessoramento e à diretoria; realizar análise de risco no processo de contratação quanto a clientes e fornecedores; monitorar, junto as demais áreas, o cumprimento de obrigações previstas no Plano Anual de Integridade.

A Gerência Executiva Jurídico, GRC e Sustentabilidade reporta-se à Diretoria Administrativa da VIXPar quanto aos temas jurídicos e operacionais e, no que se refere aos temas de Governança Corporativa e

5.3 Programa de integridade

Compliance, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Estratégia da VIXPar e ao Conselho de Administração da VIXPar.

Comitê de Ética
O Comitê de Ética da VIXPar é dotado de independência e autonomia, reportando-se à Diretora Executiva da VIXPar e, periodicamente ao Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Estratégia e ao Conselho de Administração da VIXPar. É composto por Gerentes Operacionais e Corporativos da VIXPar, que possuam ao menos 02 (dois) anos de serviço e sobre os quais não se registrem notas desabonadoras, indicados pelo Diretores, em lista homologada pelo Conselho de Administração da VIXPar e aprovados pela Diretora Executiva da VIXPar.

O Comitê é regido por diretrizes descritas em regimento próprio, competindo-lhe zelar pelo cumprimento do Código de Conduta, garantindo que sejam considerados e respeitados os seus princípios e normas em todos os processos de negócio e atividades da VIXPar. Dentre as atribuições do Comitê de Ética da VIXPar, está ainda a análise das tratativas realizadas aos casos encaminhados pelo Canal de Denúncias, estando revestido de autoridade para solicitar complementações e/ou propor recomendações.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
A VIXPar possui, desde 2012, um Código de Conduta, aplicável a todos os membros dos órgãos da Administração (diretor executivo, diretores, conselheiros e membros de comitês), colaboradores da VIXPar e de suas controladas, bem como a seus fornecedores e prestadores de serviços. O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da VIXPar, tendo passado por revisão no ano de 2021.

Nos casos em que houver violação de qualquer dos dispositivos do Código de Conduta da Companhia, poderão ser aplicadas as medidas disciplinares nele previstas, conforme a gravidade da situação: (a) advertência por escrito; (b) suspensão; (c) demissão/desligamento; e/ou (d) ajuizamento de ações judiciais cabíveis

Para fortalecer as diretrizes do Código de Conduta e do Programa de Integridade a Companhia desenvolve projetos e campanhas, que partem de um Plano Anual de Comunicação estruturado anualmente que tem como base os principais indicadores do Canal de Denúncia, assim como os temas de maior relevância na Companhia, elencados conforme uma análise de riscos e tendências, a Companhia desenvolve campanhas específicas que tem como objetivo fortalecer a cultura ética e o Programa de Integridade, dentre os quais:

Semana de Combate ao Assédio: principal iniciativa do Programa de Integridade, é realizada anualmente e tem como objetivo o fortalecimento do propósito e de um dos princípios e valores da Companhia: Integridade. A Campanha reforça a cultura ética, trazendo maior conscientização do tema, com a participação da Alta Administração, sendo disseminada na Matriz e nas bases operacionais. No ano de 2024 o evento celebrou os 5 anos do Programa de Integridade.

Trilha da Integridade: Desde o ano de 2020, a Companhia aplica um treinamento específico e obrigatório, dedicado a todos os colaboradores, para disseminação de seu Código de Conduta e do Programa de Integridade , por meio da plataforma online de educação corporativa da Companhia, o VAPT, acessível ao público interno e às operações, reforçando a conduta esperada de todos aqueles que se relacionam com a Companhia, inclusive no que diz respeito às práticas anticorrupção, treinamento este que foi replicado para todo o time de colaboradores. Em 2023 foi lançada a “Trilha da Integridade”, um treinamento robusto, de caráter obrigatório, direcionado a todos os colaboradores, que tem como objetivo conscientizar e reforçar o Programa de Integridade, bem como todos os pilares e principais iniciativas que o compõem.

Papo de Integridade: esse momento em como principal objetivo o debate de questões éticas e o papel da liderança no desenvolvimento do Programa de Integridade. No ano de 2024 foram realizadas 14 edições em formato on line e presencial, com o compartilhamento de temas como “Liderança Inspiradora”, “Combate ao assédio”, “Relacionamento com agente públicos”, “Corrupção”, e “Doações e “Canal de Denúncia”.

Dia da Ética e Campanha de combate ao assédio: realizada anualmente, esta campanha reforça o fortalecimento e disseminação da cultura ética, associada ao respeito, integridade, transparência e relacionamento duradouro, bem como o combate à todas as formas de assédio.

Aniversário do Canal de Denúncias: realizada desde o ano de 2017, esta campanha reforça a importância do Canal de Denúncias, as premissas de confidencialidade, anonimato e não retaliação que o regem, além de orientar em relação ao uso e fluxo de atuação.

5.3 Programa de integridade

Campanha da Cidadania: campanha realizada nos anos eleitorais, reforça as diretrizes conditas no Código de Conduta em relação ao tema, orientando ainda em relação às condutas esperadas no ambiente de trabalho, durante o período.

Fórum de Fornecedores: Reconhecendo a importância da disseminação do Código de Conduta também junto à sua cadeia de valor, em 2024 a Companhia realizou o I Fórum de Fornecedores, com o tema “Elo VIXPar – Fortalecendo conexões sustentáveis”. O evento reuniu mais de 70 participantes e teve como objetivo fortalecer as parcerias, incentivar práticas sustentáveis e promover a integridade nas relações comerciais. Na oportunidade, foram conduzidos diálogos sobre temas relevantes como Governança, Compliance, Contratos e Sustentabilidade, além de abordar desafios e identificar oportunidades de crescimento conjunto. Durante o encontro, também foi reforçada a importância do Canal de Denúncias da Companhia como ferramenta essencial para garantir a ética, a transparência e o cumprimento dos princípios estabelecidos no Código de Conduta.

b) se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A VIXPar possui um canal de denúncia, o qual é aplicável às suas controladas, e por meio do qual os relatos são recebidos e processados por uma empresa independente e especializada.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Os canais para recebimento de denúncias são disponíveis para o público interno e externo.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

São assegurados o anonimato, a confidencialidade e a não retaliação.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As tratativas dos relatos recepcionados pelo Canal de Denúncias são avaliadas pelo Comitê de Ética da VIXPar, podendo contar com apoio da Auditoria Interna ou empresa contratada para apurações mais específicas. Os indicadores do Canal de Denúncias são reportados ao Conselho de Administração e ao Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Estratégia da VIXPar, conforme agenda estabelecida.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, a Companhia não possui registros de casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, conforme indicado nos itens anteriores. A Companhia possui Código de Conduta e Ética que regula as relações com a Administração Pública, bem como um Canal de Denúncias, operado por empresa independente e imparcial, como instrumento de monitoramento.

5.4 Alterações significativas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 5.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
VIX LOGÍSTICA S.A.					
32.681.371/0001-72	Brasil	Não	Sim	12/04/2023	
Não					
548.986.461	100,000	0	0,000	548.986.461	100,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
548.986.461	100,000	0	0,000	548.986.461	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
VIX LOGÍSTICA S.A.				**32.681.371/0001-72**	

AGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S/A					
31.469.364/0001-49	Brasil	Não	Sim	23/12/2014	
Não					
84.705.660	95,490	0	0,000	84.705.660	95,490
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

KAUMER CHIEPPE					
769.327.617-34	Brasil	Não	Sim	17/04/2012	
Não					
6	0,000	0	0,000	6	0,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

RIO NOVO LOCAÇÕES					
04.373.710/0001-18	Brasil	Não	Não	14/02/2025	
Não					
4.000.655	4,510	0	0,000	4.000.655	4,510
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

AÇÕES EM TESOURARIA

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
VIX LOGÍSTICA S.A.				**32.681.371/0001-72**	
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
88.706.321	100,000	0	0,000	88.706.321	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
AGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S/A				**31.469.364/0001-49**	
AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.					
31.708.852/0001-61	Brasil	Não	Não	31/12/2009	
Não					
22.879.607	27,407	0	0,000	22.879.607	27,407
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
LWM PARTICIPAÇÕES S.A.					
01.193.177/0001-14	Brasil	Não	Não	31/12/2009	
Não					
1.764.581	2,114	0	0,000	1.764.581	2,114
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A.					
31.710.106/0001-02	Brasil	Não	Sim	31/12/2009	
Não					
33.310.990	39,902	0	0,000	33.310.990	39,902
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
AGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S/A				**31.469.364/0001-49**	
NCC INVESTIMENTOS LTDA.					
31.774.441/0001-74	Brasil	Não	Não	31/12/2009	
Não					
2.646.980	3,171	0	0,000	2.646.980	3,171
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A.					
31.710.189/0001-30	Brasil	Não	Sim	31/12/2009	
Não					
22.879.608	27,407	0	0,000	22.879.608	27,407
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
8	0,000	0	0,000	8	0,000
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
AGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S/A				**31.469.364/0001-49**	
83.481.774	100,000	0	0,000	83.481.774	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.				**31.708.852/0001-61**	

ARTHUR GOMES CHIEPPE

160.294.207-20	Brasil	Não	Sim	30/08/2021	
Não					
3.169	16,664	0	0,000	3.169	16,664

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

AYLMER CHIEPPE

014.462.317-04	Brasil	Não	Não	14/07/1990	
Não					
1	0,005	0	0,000	1	0,005

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

AYLMER CHIEPPE NETTO

100.763.217-89	Brasil	Não	Sim	30/08/2021	
Não					
3.169	16,664	0	0,000	3.169	16,664

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.	**31.708.852/0001-61**	

FELIPE CHIEPPE DE SALDANHA

144.249.457-31	Brasil	Não	Sim	18/11/1987	
Não					
2.134	11,222	0	0,000	2.134	11,222

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

JULIA CHIEPPE

100.763.167-85	Brasil	Não	Sim	30/08/2021	
Não					
3.169	16,664	0	0,000	3.169	16,664

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

LARA GOMES CHIEPPE

160.292.557-70	Brasil	Não	Sim	30/08/2021	
Não					
3.169	16,664	0	0,000	3.169	16,664

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.	**31.708.852/0001-61**	

LUIZA CHIEPPE DE SALDANHA

144.248.627-98	Brasil	Não	Sim	30/08/2021	
Não					
2.071	10,890	0	0,000	2.071	10,890

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

MARIA LUIZA ZACCHÉ CHIEPPE

024.558.297-58	Brasil	Não	Sim	14/07/1990	
Não					
1	0,005	0	0,000	1	0,005

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

NELSON CHIEPPE DE SALDANHA

144.248.447-06	Brasil	Não	Sim	30/08/2021	
Não					
2.134	11,222	0	0,000	2.134	11,222

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

AÇÕES EM TESOURARIA

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.				**31.708.852/0001-61**	
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
19.017	100,000	0	0,000	19.017	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
LWM PARTICIPAÇÕES S.A.	**01.193.177/0001-14**	

BERNARDO PRETTI CHIEPPE

109.640.627-63	Brasil	Não	Sim	20/06/1996	
Não					
305.196	25,000	0	0,000	305.196	25,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

BRUNO PRETTI CHIEPPE

087.088.967-20	Brasil	Não	Sim	20/06/1996	
Não					
305.196	25,000	0	0,000	305.196	25,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

CARLOS CHIEPPE NETTO

053.773.437-60	Brasil	Não	Sim	20/06/1996	
Não					
305.196	25,000	0	0,000	305.196	25,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
LWM PARTICIPAÇÕES S.A.				**01.193.177/0001-14**	
GIULIANA PRETTI CHIEPPE					
102.300.547-65	Brasil	Não	Sim	20/06/1996	
Não					
305.196	25,000	0	0,000	305.196	25,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.220.784	100,000	0	0,000	1.220.784	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A.	**31.710.106/0001-02**	

ANDRÉ LUIZ CHIEPPE

059.320.357-73	Brasil	Não	Não	26/11/2018	
Não					
2.970	25,385	2.581	11,030	5.551	15,815

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

ANNA KARLA CHIEPPE

117.390.787-48	Brasil	Não	Não	26/12/2018	
Não					
2.970	25,385	2.581	11,030	5.551	15,815

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

CAROLINA CHIEPPE KROEFF

056.190.347-63	Brasil	Não	Não	16/10/2017	
Não					
960	8,205	2.739	11,706	3.699	10,539

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A.	**31.710.106/0001-02**	

CLÁUDIO MÁRIO CHIEPPE

056.747.047-40	Brasil	Não	Não	31/12/2009	
Não					
960	8,205	2.739	11,706	3.699	10,539

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

DECIO LUIZ CHIEPPE

576.171.987-87	Brasil	Não	Não	31/12/2009	
Não					
0	0,000	1.802	7,701	1.802	5,134

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

EDILENE CHIEPPE DE CASTRO

897.340.687-68	Brasil	Não	Não	31/12/2009	
Não					
2.880	24,615	8.218	35,121	11.098	31,619

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A.				**31.710.106/0001-02**	
ESPÓLIO DE NASCIR G. G. CHIEPPE					
053.400.737-69	Brasil	Não	Não	16/10/2017	
Não					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
GABRIEL CHIEPPE KROEFF					
104.348.417-57	Brasil	Não	Não	16/10/2017	
Não					
960	8,205	2.739	11,706	3.699	10,539
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A.				**31.710.106/0001-02**	
11.700	33,334	23.399	66,666	35.099	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
NCC INVESTIMENTOS LTDA.	**31.774.441/0001-74**	

CLARICE P. CHIEPPE					
074.963.477-44	Brasil	Não	Sim	09/12/2003	
Não					
746.675	25,000	0	0,000	746.675	25,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

ISABELA P. CHIEPPE					
073.083.437-90	Brasil	Não	Sim	09/12/2003	
Não					
746.675	25,000	0	0,000	746.675	25,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

LETÍCIA P. CHIEPPE					
054.799.647-04	Brasil	Não	Sim	09/12/2003	
Não					
746.675	25,000	0	0,000	746.675	25,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
NCC INVESTIMENTOS LTDA.				**31.774.441/0001-74**	
PATRÍCIA POUBEL CHIEPPE					
020.238.047-52	Brasil	Não	Sim	09/12/2003	
Não					
746.675	25,000	0	0,000	746.675	25,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
2.986.700	100,000	0	0,000	2.986.700	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A.				**31.710.189/0001-30**	

CASSILDA CECCATO

983.365.767-20	Brasil	Não	Não	18/11/1987	
Não					
1	0,000	0	0,000	1	0,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

DENISE CHIEPPE

378.215.986-15	Brasil	Não	Não	30/04/1988	
Não					
368.025	13,000	1.373.643	25,480	1.741.668	21,183

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

FILIPE GONÇALVES CHIEPPE

102.893.447-51	Brasil	Não	Sim	21/08/2002	
Não					
283.096	10,000	539.113	10,000	822.209	10,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A.				**31.710.189/0001-30**	

GABRIELA DA MATTA CHIEPPE LEAL

057.567.927-16	Brasil	Não	Não	31/12/2023	
Não					
0	0,000	326.100	6,049	326.100	3,966

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

JÉSSICA DA MATTA CHIEPPE THOMAZINI

057.567.917-44	Brasil	Não	Não	31/12/2023	
Não					
0	0,000	326.100	6,049	326.100	3,966

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

JOSIANE CHIEPPE

557.721.027-53	Brasil	Não	Não	18/11/1987	
Não					
368.025	13,000	1.373.643	25,480	1.741.668	21,183

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A.	**31.710.189/0001-30**	

MÁRCIA CHIEPPE					
674.464.427-00	Brasil	Não	Não	18/11/1987	
Não					
368.025	13,000	1.373.643	25,480	1.741.668	21,183
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

RENAN CHIEPPE					
674.438.187-34	Brasil	Não	Sim	18/11/1987	
Não					
1.443.791	51,000	78.890	1,463	1.522.681	18,519
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

TOTAL

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A.				**31.710.189/0001-30**	
2.830.963	34,431	5.391.132	65,569	8.222.095	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2025
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

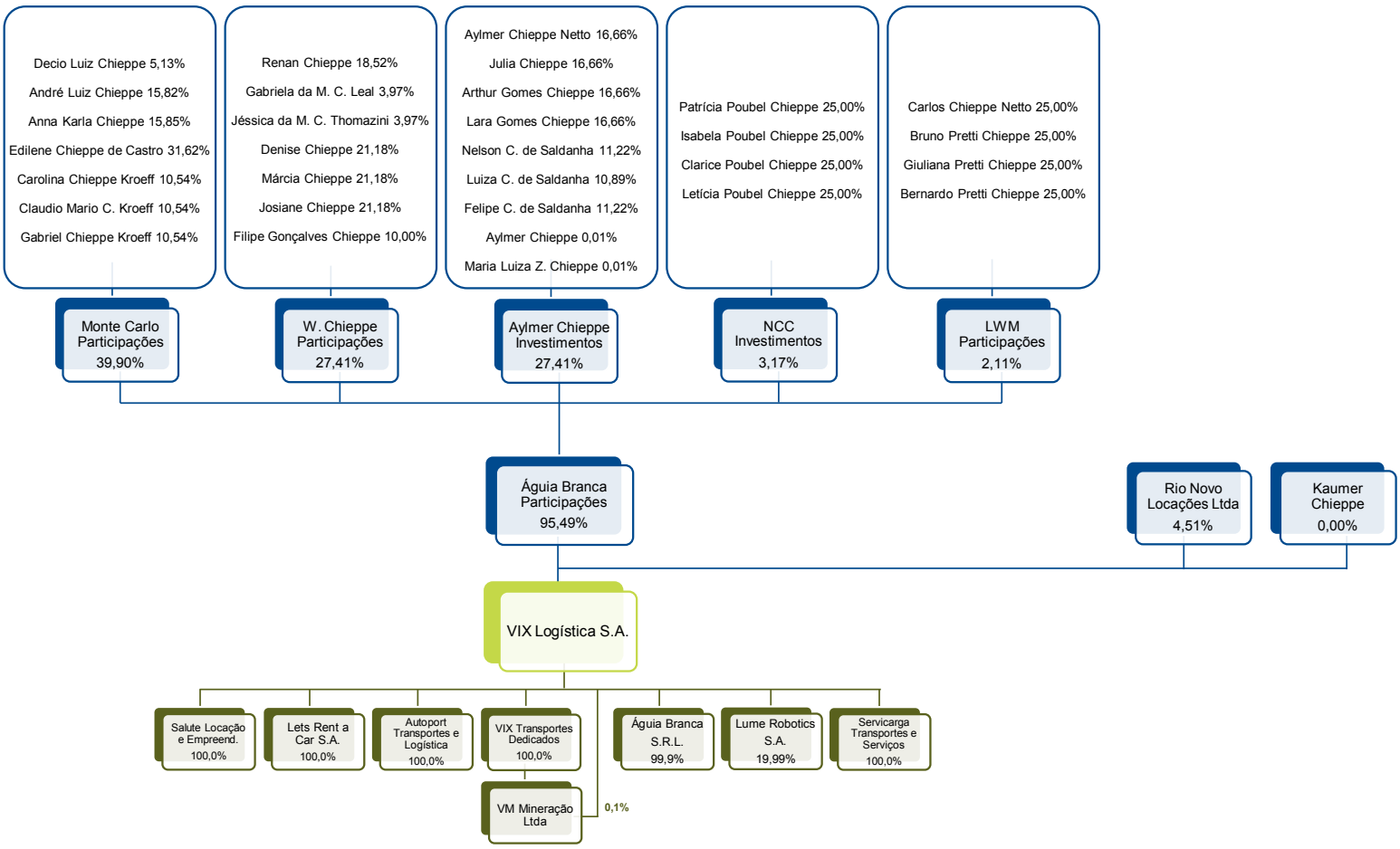
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

A Companhia declara que não possui participação em sociedades.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 6.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

b) Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal:

Atualmente a Companhia não possui objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal. No entanto, a sua Controladora (VIXPar), a partir de uma matriz de materialidade, definiu os pilares e temas prioritários a serem trabalhados, dentre os quais destacam-se o pilar “Pessoas”, onde estão alocadas as iniciativas relacionadas a diversidade e inclusão, objetivos, entregas e indicadores de sucesso, o que, consequentemente, contemplam suas subsidiárias.

f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima:

O combate às mudanças climáticas é uma agenda a ser cada vez mais incluída nas atividades e debates da Companhia, o que a torna um dos temas base para a construção da estratégia de seu crescimento sustentável. Por meio de reuniões e implementação de projetos, os órgãos da administração da Companhia têm como principal função debater e traçar metas e objetivos para os compromissos de longo, médio e curto prazo da Companhia quanto às questões climáticas. Sendo assim, a administração da Companhia considera as mudanças climáticas um elemento prioritário, integrando-o à estratégia e ao processo de tomada de decisão.

A Companhia participa do inventário de emissões de gases do efeito estufa de sua controladora desde 2021, por meio da metodologia GHG Protocol, e contribui ativamente para a construções dos Relatórios de Sustentabilidade de sua controladora, orientado para divulgação mais ampla de informações, fornecendo estrutura e padrões para uma compreensão mais abrangente dos impactos da organização alinhados aos temas materiais, definidos conforme engajamento dos stakeholders, indicadores complementares relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e Sustainability Accounting Standards Board - SASB.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	2	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	2	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	**3**	**4**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	**0**	**7**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	**0**	**7**	**0**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

---

Nome ANA SILVIA CALEGARI GAVA **CPF:** 886.541.417-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 24/03/1968

Experiência Profissional: Ana Silvia Gava é graduada em Ciência Contábeis pela FACON, com pós-graduação em Contabilidade Gerencial pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida e MBA em Mercado de Capitais pela Fucape. Atua no
Grupo Águia Branca desde 1990, primeiramente como sub-contadora na Vitória-Diesel. Desde 1997, integra a Gerência de Controladoria da VIX Logística, tendo sob sua responsabilidade as áreas Contábil,
Financeira e Arquivo Central. É Diretora da Vix Logística S.A. Adicionalmente, é Diretora da Águia Branca Logística LTDA, Autorport Transportes e Logística LTDA, Vixlog Transportes e Logística LTDA., Lets Rent a Car S.A. e Salute Locação e Empreendimentos Ltda., todas sociedades parte do Grupo Econômico da Vix Logística S.A. A Sra. Ana não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM n° 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/09/2023	27/09/2026	Outros Diretores	Não aplicável	27/09/2023		27/09/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ANDRÉ LUIZ CHIEPPE **CPF:** 059.320.357-73 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 28/04/1988

Experiência Profissional: O Sr. André Luiz Chieppe é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, conforme eleito em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 27/09/2023, tendo firmado termo de posse em 27/09/2023. Seu mandato como membro efetivo do Conselho de Administração será encerrado na data da AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2025, tendo sido eleito ao cargo pelo Acionista Controlador. O Sr. André Luiz Chieppe não assumiu o cargo de conselheiro consecutivamente e não é enquadrado como conselheiro independente da Companhia. Graduado em Administração de Empresas pela FGV-EAESP com MBA pela IESE Business School. Na sua trajetória profissional na VIX Logística, ocupou os cargos de TRAINEE, Supervisor Operacional,
Supervisor Administrativo, Gerente Financeiro e Gerente Geral de Controladoria e Finanças. Atualmente André ocupa o cargo de Diretor de Relações com Investidores da Vix Logística S.A. O Sr. André não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM n° 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/09/2023	27/09/2026	Diretor de Relações com Investidores		27/09/2023		27/09/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CIRO FERREIRA DA ROCHA **CPF:** 008.101.047-84 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 05/11/1969

Experiência Profissional: Ciro Rocha é graduado em Administração de Empresas e com MBA em Investimentos e Mercado Financeiro pela FUCAPE. Com vasta experiência na área de administração e finanças, tem em sua trajetória
profissional quase 30 anos dedicados ao Grupo Águia Branca, em especial à VIX, quando iniciou atuação em 1990, já tendo ocupado os cargos nos Setores Financeiro, Administração de Pessoal e Orçamento e Custos. Desde 2018 ocupa a posição de Diretor de Administração, responsável pelas áreas de Suprimentos, Recursos Humanos, Comunicação Externa, Assessoria Técnica, Qualidade e Meio Ambiente, Jurídico, Governança, Auditoria Interna e Gerenciamento de Riscos da VIX Logística. É Diretor da Vix Logística S.A., e Diretor da Autoport Transportes e Logística Ltda., Vixlog Transportes e Logística Ltda. e da Lets Rent a Car S.A., sociedade que fazem parte do Grupo Econômico da Vix Logística S.A. O Sr. Ciro não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM n° 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/09/2023	27/09/2026	Outros Diretores	Não aplivcável	27/09/2023		27/09/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome KAUMER CHIEPPE **CPF:** 769.327.617-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 24/10/1963

Experiência Profissional: Kaumer Chieppe é graduado em administração de empresas pela FAESA - Faculdades Integradas Espírito-Santenses, além de ter realizado um STC Executivo na J.L Kellog Graduate School of Management, curso em parceria com a Fundação Dom Cabral. Iniciou sua carreira na Viação Águia Branca, empresa do Grupo Águia Branca, em 1984, local onde ocupou o cargo de diretor regional da Bahia em 1990. Em 1997, foi eleito presidente da Associação das Empresas de Transporte Coletivo Rodoviário do Estado da Bahia - ABEMTRO. Também foi diretor de transportes na modalidade de fretamento contínuo do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Espírito Santo ±SETPES, presidente do Sindicato das Empresas de Fretamento de Veículos de Transporte Rodoviário da Região da Grande Vitória - SINFREVI e diretor financeiro da FETRANSPORTES. O Sr. Chieppe trabalha na companhia desde 1998, onde acumula o cargo de principal executivo (diretor presidente) e de membro do conselho de administração. Adicionalmente, ocupa posição no conselho de administração da Viação Sul Bahiano, de diretor adjunto da Aylmer Chieppe Investimentos S.A. É Diretor da Águia Branca Participações S.A., da Autoport Transportes e Logística LTDA., Vix Transportes Dedicados LTDA, Vixlog Transportes e Logística LTDA e Águia Branca Logística LTDA; sociedades as quais fazem parte do grupo econômico da Companhia.
O Sr. Kaumer não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM n° 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/09/2023	Data da AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2025	Presidente do Conselho de Administração		27/09/2023	Sim	27/09/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome PATRÍCIA POUBEL CHIEPPE **CPF:** 020.238.047-52 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 15/01/1973

Experiência Profissional: A Sra. Patrícia Poubel Chieppe é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, conforme eleita em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 27/09/2023, tendo firmado termo de posse em 27/09/2023. Seu mandato como membro efetivo do Conselho de Administração será encerrado na data da AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2025, tendo sido eleita ao cargo pelo Acionista Controlador. A Sra. Patrícia Poubel Chieppe não assumiu o cargo de conselheira consecutivamente e não é enquadrada como conselheira independente da Companhia. Patrícia Chieppe é graduada em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Espírito Santo, com especialização em Governança Corporativa. Toda sua vida profissional foi dedicada ao Grupo Águia Branca, e teve início no ano de 1991 na Viação Águia Branca, com passagens por áreas administrativas e operacionais, dentre elas como Gerente Operacional e Gerente de Controladoria. Na VIX Logística, atuou gerindo o segmento de fretamento e também a área administrativa e financeira da Companhia. De 2012 a 2016 ocupou o cargo de Diretora Administrativa. Ainda no ano de 2016, até hoje, Patrícia responde pela Diretoria Executiva da VIX Logística. É Diretora da Águia Branca Logística Ltda., Autoport Transportes e Logística Ltda., Vix Transportes Dedicados Ltda., VixLog Transportes e Logística Ltda. e Lets Rent a Car S.A., as quais fazem parte do Grupo Econômico da Vix Logística S.A.
A Sra. Patrícia não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM n° 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/09/2023	27/09/2026	Diretor Presidente / Superintendente		27/09/2023		27/09/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui qualquer comitê estatutário ou não estatutário instalado.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

7.7 Acordos/seguros de administradores

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

7.8 Outras informações relevantes

Em complemento às informações constantes do item "*7.3. Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal*", a Companhia detalha abaixo as informações relevantes referentes aos cargos de membros efetivo do Conselho de Administração exercidos pelo Sr. André Luiz Chieppe e pela Sra. Patrícia Poubel Chieppe.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
ANDRÉ LUIZ CHIEPPE	28/04/1988	Conselho de Administração	27/09/2023	data da AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2025	0
059.320.357-73	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/09/2023	Sim	100%
Diretor de Relações com Investidores					
PATRÍCIA POUBEL CHIEPPE	15/01/1973	Conselho de Administração	27/09/2023	data da AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2025	0
020.238.047-52	Administradora de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/09/2023	Sim	100%
Diretor Presidente/Superintendente					

8.1 Política ou prática de remuneração

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	4,17	0	7,17
Nº de membros remunerados	0	0,17	0	0,17
Esclarecimento	Não aplicável. Os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados na Controladora.		Não Conselho Fiscal instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	732.137,14	0,00	732.137,14
Benefícios direto e indireto	0,00	227.599,65	0,00	227.599,65
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável. Os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados na Controladora.	Não aplicável.	Não há Conselho Fiscal instalado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	325.000,00	0,00	325.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável. Os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados na Controladora.	Não aplicável.	Não há Conselho Fiscal instalado.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2025 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2025 CVM/SEP o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	1.284.736,79	0,00	1.284.736,79

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,75	5	0	5,75
Nº de membros remunerados	0	1	0	1,00
Esclarecimento	Não há remuneração adicional para membros do Conselho de Administração.		Conselho Fiscal não instalado	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.035.533,82	0,00	1.035.533,82
Benefícios direto e indireto	0,00	343.193,51	0,00	343.193,51
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Não houveram outras remunerações além daquelas acima indicadas para a Diretoria.	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	229.439,00	0,00	229.439,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Não houveram outras remunerações variáveis além daquelas acima indicadas para a Diretoria.	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	1.608.166,33	0,00	1.608.166,33

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5		5,00
Nº de membros remunerados		0		0,00
Esclarecimento		A remuneração da Diretoria Estatutária foi reconhecida no controlador.		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		0,00		0,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		N/A		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		N/A		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2023 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração		0,00		0,00

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.7 Opções em aberto

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.10 Outorga de ações

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.12 Precificação das ações/opções

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.13 Participações detidas por órgão

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.14 Planos de previdência

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício social findo em 31/12/2024	0,00%	0,00%	N/A
Exercício social findo em 31/12/2023	0,00%	0,00%	N/A
Exercício social findo em 31/12/2022	0,00%	0,00%	N/A

8.18 Remuneração - Outras funções

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Nos exercícios sociais de 2022, 2023 e 2024, para um melhor aproveitamento das sinergias operacionais das sociedades do Grupo Águia Branca, os membros da Diretoria da Companhia, que também ocuparam cargos na sua controladora, a Vix Logística S.A, bem como em outras sociedades sob controle comum à Emissora tendo, portanto, suas remunerações pagas por estas entidades.

No entanto, enquanto administradores da Vix Logística S.A, a atuação desses administradores abarca a gestão de suas controladas, incluindo a Companhia. Por consequência, suas remunerações não consideram a atuação em cada empresa do grupo, individualmente consideradas.

Em relação aos valores previstos para 2025, a Companhia continua prevendo essa sistemática.

Nesse sentido, os quadros abaixo demonstram a totalidade dos valores recebidos pelos administradores, pagos diretamente pela controladora e/ou sociedades sob controle comum, em 2022, 2023 e 2024, além da previsão dos valores a serem pagos pela controladora em 2025, em razão de suas respectivas atuações na Vix Logística S.A. e suas controladas, incluindo a Companhia.

Previsão para o Exercício Social corrente (a se encerrar em 31/12/2025)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.059.720,00	4.034.895,00	-	5.094.615,00
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	711.493,00	-	711.493,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.274.968,90	6.172.796,07	-	7.447.764,97
Controladas do emissor		-	-	-
Sociedades sob controle comum		792.578,93	-	792.578,93

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.192.808,58	7.331.300,39	-	8.524.107,97
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	9.416.737,75	-	9.416.737,75
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

8.20 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 8.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	003859	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	49.928.567/0001-11
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
17/03/2022	01/01/2022	

Descrição dos serviços prestados

Os auditores independentes prestarão os serviços de:
(i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2026, 2025, 2024, 2023, 2022, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP);
(ii) revisão das informações trimestrais preparadas de acordo com o CPC 21/IAS 34 em 2026, 2025, 2024, 2023, e 2022 (somente para fins comparativos com os relatórios do item (i), sem emissão de relatório específico).

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

A remuneração pelos serviços de auditoria independente da Companhia é paga integralmente pela sua controladora, VIX Logística S.A., não havendo, portanto, desembolso direto por parte da Companhia. Os valores referem-se aos serviços prestados descritos acima.

Justificativa da substituição

Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

Código CVM do Auditor	004189	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
03/03/2017	01/01/2017	

Descrição dos serviços prestados

Os auditores independentes prestaram os serviços de: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); (ii) revisão das informações trimestrais preparadas de acordo com o CPC 21/IAS 34 em 2018, 2019, 2020 e no exercício social corrente; e (iii) procedimentos pré-acordados em conexão com oferta pública de ações.

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

Não aplicável.

Justificativa da substituição

Em atendimento ao art. 31 da Resolução CVM 23/2021, o Conselho de Administração aprovou a contratação da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA em substituição à KPMG Auditores Independentes, em razão de, no mesmo período, ter ocorrido a substituição da KPMG Auditores Independentes pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA, como auditora de sua controladora, a Vix Logística S.A.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
Não aplicável.

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Companhia não possui política ou procedimentos adotados para evitar a existência de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 9.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

10.1 Descrição dos recursos humanos

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

10.2 Alterações relevantes

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

10.5 Outras informações relevantes

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

11.1 Regras, políticas e práticas

A Companhia celebra, no curso normal de seus negócios, operações com partes relacionadas em condições compatíveis com as de mercado. As deliberações referentes a eventuais transações entre a Companhia e partes relacionadas são tomadas, conforme o caso, pelos Acionistas ou Conselho de Administração, nos termos do nosso Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações.

São adotadas as seguintes regras para tratamento com as partes relacionadas:

Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 27 de setembro de 2023, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas. O principal objetivo dessa política consiste em estabelecer diretrizes e consolidar os procedimentos de transações dessa natureza, de forma que tais transações sejam realizadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, assegurando também a transparência deste processo e a aderência da Companhia às melhores práticas de governança corporativa.

Nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas, na análise de Transações com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e/ou a Diretoria, conforme competência estabelecida no Estatuto Social, deverão verificar se tais transações serão realizadas em condições comutativas e em observação às Condições de Mercado (conforme definido abaixo).

Em sua análise, deverão observar os seguintes pontos:

a) se há motivos claros que justifiquem a realização da Transação com a Parte Relacionada;
b) se a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a ou por um terceiro não-relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes, mencionando as bases concretas de comparação adotadas (como, por exemplo, outras cotações de mercado, contratos similares celebrados anteriormente com terceiros, laudos elaborados por terceiros independentes, etc.);
c) os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, nos casos de Transações com Partes Relacionadas cujo valor da operação seja superior a 1% (um por cento) do valor do patrimônio líquido da Companhia, conforme patrimônio líquido apurado, conforme última demonstração financeira divulgada pela Companhia;
d) se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado;
e) a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação.

Para os fins da Política de Transações com Partes Relacionadas "Condições de Mercado" significa as condições para as quais foram observadas, durante a negociação, os princípios da: (a) competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado); (b) conformidade (aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações); (c) transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações financeiras da Companhia); (d) equidade (estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros); e (e) comutatividade (relação de troca deve ser equitativa para as partes, refletindo o valor de cada uma delas e repartindo entre elas os potenciais ganhos obtidos com a operação). Na negociação entre Partes Relacionadas devem ser observados os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes.

No Grupo Águia Branca, cada divisão possui administração própria e independente, com metas individuais de resultados, com autonomia para buscar serviços e produtos na melhor condição de mercado e aderência ao respectivo negócio.

A prestação de contas das transações com partes relacionadas é de extrema relevância para Companhia, estando sempre balizada pelas boas práticas de governança corporativa. Nesse contexto, é tema fixo da pauta semestral para reporte ao Conselho de Administração da Companhia.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Comércio de Veículos Ltda	02/01/2024	47.081,67	0	Não é possível aferir.	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se a locação de veículos pela Companhia. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Comércio de Veículos Ltda	27/06/2024	82.990,00	508,32	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Venda de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se à venda de veículos automotores. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AZUL Linhas Aéreas Brasileiras S/A	04/01/2024	7.103.832,99	2.762.209,35	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	A Águia Branca Participações (Controladora indireta da Companhia) possui controle da Trip Participações e da Rio Novo Locações S.A. que possuem participação no capital social da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante correspondente ao interesse real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se à locação de veículos automotores. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
EV Comércio de Veículos Ltda	08/01/2024	198.139,49	17.213,57	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação.Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se a locação de veículos pela Companhia. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kurumá Veículos S.A	02/01/2024	174.237,38	0	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação.Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se a locação de veículos pela Companhia. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kurumá Veículos S.A	29/02/2024	15.471.300,00	651.581,12	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Venda de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se à venda de veículos automotores. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
MVI Administ. e Investidora Imob. Ltda	14/06/2024	299,08	282,50	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia.Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante correspondente ao interesse real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se à locação de veículos automotores. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VD Comércio de Veículos Ltda	10/01/2024	38.238,40	3.331,55	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se à locação de veículos automotores. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Viação Aguia Branca S/A.	12/04/2024	920.387,23	750,73	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se a locação de veículos pela Companhia. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vitoria Motors Ltda.	26/01/2024	30.755,97	5.415,59	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se à locação de veículos automotores. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VM Comércio de Veículos Ltda	14/03/2024	37.503,93	9.622,89	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se à locação de veículos automotores. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VM Comércio de Veículos Ltda	26/01/2024	63.000,00	0	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Venda de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se à venda de veículos automotores. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Comércio de Veículos Ltda	28/02/2024	753.464,00	87.100,50	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Compra de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se a compra de peças e a prestação de serviços de manutenção de veículos automotores. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Águia Branca Participações S/A	25/09/2024	3.066.362,00	981.396,03	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica, tributária, contábil, planejamento econômico, controle de custos e investimentos, segurança patrimonial, gestão de qualidade, entre outros.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviço de consultoria e assessoria e prestação de serviço de compartilhamento de tecnologia. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AZUL Linhas Areas Brasileiras S/A	24/01/2024	1.392,00	0	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	A Águia Branca Participações (Controladora indireta da Companhia) possui controle da Trip Participações e da Rio Novo Locações S.A. que possuem participação no capital social da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A.					
Objeto contrato	Contratação de serviços de transporte aéreo. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Envolvido (Reais)" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se a contratação de serviços de transporte aéreo de pessoas e mercadoria. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
EV Comercio de Veiculos LTDA	17/12/2024	3.500,00	0	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Aquisição de veículos para utilização na atividade operacional da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de pedido específico de compra. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Aquisição de veículos para utilização na atividade operacional da Companhia. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kurumá Veículos S.A	04/01/2024	693.100,00	0	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Aquisição de veículos para utilização na atividade operacional da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de pedido específico de compra. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Aquisição de veículos para utilização na atividade operacional da Companhia. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kurumá Veículos S.A	29/04/2024	761.457,00	42.673,75	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Compra de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se a compra de peças e a prestação de serviços de manutenção de veículos automotores. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
MVI Administ. e Investidora Imob. Ltda	04/06/2024	75,00	0	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Prestação de serviços de hospedagem de qualquer natureza, e consumo em hotéis . Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Envolvido (Reais)" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de hospedagem de qualquer natureza, e consumo em hotéis. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VD Comércio de Veículos Ltda	14/06/2024	2.222.393,00	4.615,72	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Aquisição de veículos para utilização na atividade operacional da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de pedido específico de compra. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024;					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Aquisição de veículos para utilização na atividade operacional da Companhia. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VD Comércio de Veículos Ltda	04/06/2024	34.258,00	0	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Compra de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se a compra de peças e a prestação de serviços de manutenção de veículos automotores. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VM Comércio de Automóveis Ltda	19/01/2024	105.295,00	0	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Compra de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação indicado na nota explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período de 31 de dezembro de 2024.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se a compra de peças e a prestação de serviços de manutenção de veículos automotores. A operação foi iniciada e encerrada dentro do exercício social de 2024.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Comércio de Veículos Ltda	03/01/2025	541,55	398,45	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação vigente na data deste Formulário de Referência.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se a locação de veículos pela Companhia. A operação foi iniciada no exercício social de 2025 e se encontra ativa na data deste Formulário de Referência.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AZUL Linhas Aéreas Brasileiras S/A	16/01/2025	2.720.382,15	1.971.521,01	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	A Águia Branca Participações (Controladora indireta da Companhia) possui controle da Trip Participações e da Rio Novo Locações S.A. que possuem participação no capital social da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia.Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação vigente na data deste Formulário de Referência.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se à locação de veículos automotores. A operação foi iniciada no exercício social de 2025 e se encontra ativa na data deste Formulário de Referência.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
EV Comércio de Veículos Ltda	24/04/2025	111.688,14	12.500,89	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação vigente na data deste Formulário de Referência.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se a locação de veículos pela Companhia. A operação foi iniciada no exercício social de 2025 e se encontra ativa na data deste Formulário de Referência.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kurumá Veículos S.A	02/01/2025	2.482.694,65	73.219,32	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Venda de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação vigente na data deste Formulário de Referência.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se a locação de veículos pela Companhia. A operação foi iniciada no exercício social de 2025 e se encontra ativa na data deste Formulário de Referência.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VM Comércio de Veículos Ltda	04/02/2025	19.158,71	7.285,71	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação vigente na data deste Formulário de Referência.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se a locação de veículos pela Companhia. A operação foi iniciada no exercício social de 2025 e se encontra ativa na data deste Formulário de Referência.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Comércio de Veículos Ltda	03/01/2025	314.578,09	35.966,7	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Compra de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra. Para fins deste Formulário de Referência, o campo "Montante Correspondente ao Interesse Real" refere-se ao saldo da operação vigente na data deste Formulário de Referência.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A operação refere-se a compra de peças e a prestação de serviços de manutenção de veículos automotores. A operação foi iniciada no exercício social de 2025 e se encontra ativa na data deste Formulário de Referência.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
EV Comercio de Veiculos LTDA	17/12/2024	R$ 3.500,00	R$ 0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores das peças adquiridas e da prestação dos serviços, e as condições e prazos de pagamento, são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de compra e venda de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. A precificação dos veículos adquiridos, tanto para transações com partes relacionadas, quanto em transações com terceiros não relacionados, observou orçamentos realizados com terceiros, o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, e condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia. Ainda, a Companhia utiliza como parâmetro para a precificação, os preços médios previstos de mercado, como na Tabela divulgada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Dessa forma, a Companhia realiza um comparativo entre os descontos outorgados na precificação de veículos adquiridos com terceiros não relacionados e aqueles adquiridos com a Parte Relacionada, de modo a verificar se o percentual de desconto ocorre em patamar similar, tendo como base avaliações dos preços de veículos no mercado, sobretudo a tabela Fipe.					

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kurumá Veículos S.A	04/01/2024	R$ 693.100,00	R$ 0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores das peças adquiridas e da prestação dos serviços, e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de compra e venda de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. A precificação dos veículos adquiridos, tanto para transações com partes relacionadas, quanto em transações com terceiros não relacionados, observou orçamentos realizados com terceiros, o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, e condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia. Ainda, a Companhia utiliza como parâmetro para a precificação, os preços médios previstos de mercado, como na Tabela divulgada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Dessa forma, a Companhia realiza um comparativo entre os descontos outorgados na precificação de veículos adquiridos com terceiros não relacionados e aqueles adquiridos com a Parte Relacionada, de modo a verificar se o percentual de desconto ocorre em patamar similar, tendo como base avaliações dos preços de veículos no mercado, sobretudo a tabela Fipe.

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VD Comércio de Veículos Ltda	14/06/2024	R$ 2.222.393,00	R$ 4.616,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de aquisição dos veículos, as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de aquisição de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. A precificação dos veículos adquiridos, tanto para transações com partes relacionadas, quanto em transações com terceiros não relacionados, observou orçamentos realizados com terceiros, o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, e condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia. Ainda, a Companhia utiliza como parâmetro para a precificação, os preços médios previstos de mercado, como na Tabela divulgada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Dessa forma, a Companhia realiza um comparativo entre os descontos outorgados na precificação de veículos adquiridos com terceiros não relacionados e aqueles adquiridos com a Parte Relacionada, de modo a verificar se o percentual de desconto ocorre em patamar similar, tendo como base avaliações dos preços de veículos no mercado, sobretudo a tabela Fipe.					

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Kurumá Veículos S.A	29/04/2024	R$ 761.457,00	R$ 42.674,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores das peças adquiridas e a prestação dos serviços, as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de compra e venda de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. A precificação das peças e da prestação de serviços de manutenção de veículos observa tanto para transações com partes relacionadas, quanto para transações com terceiros não relacionados, a requisição de orçamentos. O procedimento de obtenção das cotações e orçamentos é realizado diariamente pela Companhia, e comumente são realizadas operações, também diariamente, com terceiros a ela não relacionados. Esse processo é realizado pelo departamento de suprimentos da Companhia, que envia essas requisições aos seus fornecedores. Além disso, são observadas as condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia que, em sua grande maioria, se dão com terceiros.					

Parte Relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido no Negócio Real**	**Saldo Existente**	**Montante corresp. Ao interesse Real**	**Duração**	**Taxa de juros cobrados**
AB Comércio de Veículos Ltda	28/02/2024	R$ 753.464,00	R$ 87.101,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores das peças adquiridas e a prestação dos serviços, as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de compra e venda de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. A precificação das peças e da prestação de serviços de manutenção de veículos observa tanto para transações com partes relacionadas, quanto para transações com terceiros não relacionados, a requisição de orçamentos. O procedimento de obtenção das cotações e orçamentos é realizado diariamente pela Companhia, e comumente são realizadas operações, também diariamente, com terceiros a ela não relacionados. Esse processo é realizado pelo departamento de suprimentos da Companhia, que envia essas requisições					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	aos seus fornecedores. Além disso, são observadas as condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia que, em sua grande maioria, se dão com terceiros.

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VD Comércio de Veículos Ltda	04/06/2024	R$ 34.258,00	R$ 0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores das peças adquiridas e a prestação dos serviços, as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de compra e venda de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. A precificação das peças e da prestação de serviços de manutenção de veículos observa tanto para transações com partes relacionadas, quanto para transações com terceiros não relacionados, a requisição de orçamentos. O procedimento de obtenção das cotações e orçamentos é realizado diariamente pela Companhia, e comumente são realizadas operações, também diariamente, com terceiros a ela não relacionados. Esse processo é realizado pelo departamento de suprimentos da Companhia, que envia essas requisições aos seus fornecedores. Além disso, são observadas as condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia que, em sua grande maioria, se dão com terceiros.					

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VM Comércio de Automóveis Ltda	19/01/2024	R$ 105.295	R$ 0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores das peças adquiridas e a prestação dos serviços, as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

adequado	com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de compra e venda de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. A precificação das peças e da prestação de serviços de manutenção de veículos observa tanto para transações com partes relacionadas, quanto para transações com terceiros não relacionados, a requisição de orçamentos. O procedimento de obtenção das cotações e orçamentos é realizado diariamente pela Companhia, e comumente são realizadas operações, também diariamente, com terceiros a ela não relacionados. Esse processo é realizado pelo departamento de suprimentos da Companhia, que envia essas requisições aos seus fornecedores. Além disso, são observadas as condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia que, em sua grande maioria, se dão com terceiros.

Parte Relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido no Negócio Real**	**Saldo Existente**	**Montante corresp. Ao interesse Real**	**Duração**	**Taxa de juros cobrados**
AZUL Linhas Areas Brasileiras S/A	24/01/2024	R$ 1.392,00	R$ 0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia pelo conselho de administração. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de transporte foram aderentes às tabelas de preço de mercado e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia pelo conselho de administração. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. As transações têm como base o princípio da competitividade (preços, condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado e prazos). A precificação dos serviços de transporte, seja ele aéreo ou terrestre, observa, tanto para transações com partes relacionadas, quanto para transações com terceiros não relacionados, a requisição de orçamentos. O procedimento de obtenção das cotações e orçamentos é realizado diariamente pela Companhia, e comumente são realizadas operações com terceiros a ela não relacionados. Esse processo é realizado pelo departamento de suprimentos da Companhia, que envia essas requisições aos seus fornecedores. Além disso, são observadas as condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.					

Parte Relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido no Negócio Real**	**Saldo Existente**	**Montante corresp. Ao interesse Real**	**Duração**	**Taxa de juros cobrados**
AB Comércio de Veículos Ltda	02/01/2024	R$ 47.082,00	R$ 0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia.					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas. Sendo assim, a precificação da locação de veículos em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AZUL Linhas Aéreas Brasileiras S/A	04/01/2024	R$ 7.103.833	R$ 2.762.209	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo,					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas. Sendo assim, a precificação da locação de veículos em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
EV Comércio de Veículos Ltda	08/01/2024	R$ 198.139,00	R$ 17.214,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas. Sendo assim, a precificação da locação de veículos em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.					

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kurumá Veículos S.A	02/01/2024	R$ 174.237,00	R$ 0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia.					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas. Sendo assim, a precificação da locação de veículos em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
MVI Administ. e Investidora Imob. Ltda	14/06/2024	R$ 299,08	R$ 283,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas. Sendo assim, a precificação da locação de veículos em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.

Parte Relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido no Negócio Real**	**Saldo Existente**	**Montante corresp. Ao interesse Real**	**Duração**	**Taxa de juros cobrados**
VD Comércio de Veículos Ltda	10/01/2024	R$ 38.238,00	R$ 3.332,00	Não é possível aferir	Por demanda	**0,000%**
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas. Sendo assim, a precificação da locação de veículos em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.					

Parte Relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido no Negócio Real**	**Saldo Existente**	**Montante corresp. Ao interesse Real**	**Duração**	**Taxa de juros cobrados**
Viação Aguia Branca S/A.	12/04/2024	R$ 920.387,00	R$ 751,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas. Sendo assim, a precificação da locação em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.

Parte Relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido no Negócio Real**	**Saldo Existente**	**Montante corresp. Ao interesse Real**	**Duração**	**Taxa de juros cobrados**
Vitoria Motors Ltda.	26/01/2024	R$ 30.756,00	R$ 5.416,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado.					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas. Sendo assim, a precificação da locação em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VM Comércio de Veículos Ltda	14/03/2024	R$ 37.504,00	R$ 9.623,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. Ainda, as transações de locação de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas. Sendo assim, a precificação da locação de veículos em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia. De todo modo, a referida operação foi encerrada e quitada em 30 de novembro de 2023.					

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Águia Branca Participações S/A	25/09/2024	R$ 3.066.362,00	R$ 981.396,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. A prestação de serviços envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
MVI Administ. e Investidora Imob. Ltda	04/06/2024	R$ 75,00	R$ 0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. A prestação de serviços envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.					

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Comércio de Veículos Ltda	27/06/2024	R$ 82.990,00	R$ 508,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia pelo conselho de administração. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia pelo conselho de administração, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas.					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	Sendo assim, em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kurumá Veículos S.A	29/02/2024	R$ 15.471.300,00	R$ 651.581	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia pelo conselho de administração. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia pelo conselho de administração, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas. Sendo assim, em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.					

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VM Comércio de Veículos Ltda	26/01/2024	R$ 63.000	R$ 0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia pelo conselho de administração. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia pelo conselho de administração, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas.					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

	Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas. Sendo assim, em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Comércio de Veículos Ltda	03/01/2025	R$ 542,00	R$ 398,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas. Sendo assim, a precificação da locação em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AZUL Linhas Aéreas Brasileiras S/A	16/01/2025	R$ 2.720.382,00	R$ 1.791.521	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas. Sendo assim, a precificação da locação em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.					

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo Existente	Montante corresp. Ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
EV Comércio de Veículos Ltda	24/04/2025	R$ 11.688,00	R$ 12.501,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas. Sendo assim, a precificação da locação em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.

Parte Relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido no Negócio Real**	**Saldo Existente**	**Montante corresp. Ao interesse Real**	**Duração**	**Taxa de juros cobrados**
Kurumá Veículos S.A	02/01/2025	R$ 2.482.695,00	R$ 73.219,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%

Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia pelo conselho de administração. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia pelo conselho de administração, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas. Sendo assim, em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.

Parte Relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido no Negócio Real**	**Saldo Existente**	**Montante corresp. Ao interesse Real**	**Duração**	**Taxa de juros cobrados**

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

VM Comércio de Veículos Ltda	04/02/2025	R$ 19.159,00	R$ 7.286,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores de locação e venda de veículos foram aderentes às tabelas de preço vigentes da Companhia e as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia, em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor de locação e venda dos automóveis, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de locação e venda de veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos para a locação de veículos, tanto para partes relacionadas ou partes relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos a Partes Relacionadas. Sendo assim, a precificação da locação em transações desta natureza, segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia e o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia.					

Parte Relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido no Negócio Real**	**Saldo Existente**	**Montante corresp. Ao interesse Real**	**Duração**	**Taxa de juros cobrados**
AB Comércio de Veículos Ltda	03/01/2025	R$ 314.578,00	R$ 35.967,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,000%
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de eventuais conflitos de interesses. Contudo, a operação foi analisada sob a ótica de critérios de comutatividade e aderência à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Em 23.11.2023, o conselho de administração aprovou/ratificou a referida operação, após avaliar os critérios de comutatividade e sua aderência à Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia aprovada em 27.09.2023. Nesse sentido, a administração da Companhia concluiu que a decisão da efetivação da operação, e sua manutenção, não foram influenciadas por nenhum conflito de interesse entre as Partes Relacionadas. Considerando-se operações similares realizadas com terceiros, concluiu-se que a operação foi firmada em condições que não são desfavoráveis à Companhia, dado que os valores das peças adquiridas e a prestação dos serviços, as condições e prazos de pagamento são similares às que a Companhia obteria no mercado.					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Quando as operações foram realizadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados. No entanto, a operação foi reanalisada pela administração da Companhia em RCA realizada em 23.11.2023, que verificou suas condições, sobretudo o valor das mercadorias adquiridas, comparando com os valores de mercado e operações similares feitas pela Companhia com terceiros. Nessa análise, a administração concluiu que as condições são comutativas e estão compatíveis com as condições de mercado. Ainda, as transações de compra e venda de peças para os veículos automotores e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores, envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. A precificação das peças e da prestação de serviços de manutenção de veículos observa tanto para transações com partes relacionadas, quanto para transações com terceiros não relacionados, a requisição de orçamentos. O procedimento de obtenção das cotações e orçamentos é realizado diariamente pela Companhia, e comumente são realizadas operações, também diariamente, com terceiros a ela não relacionados. Esse processo é realizado pelo departamento de suprimentos da Companhia, que envia essas requisições aos seus fornecedores. Além disso, são observadas as condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia que, em sua grande maioria, se dão com terceiros.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
30/09/2023	N/A	578.986.461,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
578.986.461	0	578.986.461

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
30/09/2023	N/A	578.986.461,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
578.986.461	0	578.986.461

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
30/09/2023	N/A	578.986.461,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
578.986.461	0	578.986.461

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	28/06/2022
Data de vencimento	28/06/2027
Quantidade Unidade	160.000
Valor nominal global R$	160.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	167.721.499,67
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários: (i) entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476; e (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelo investidor profissional, exceto pelo lote de Debêntures objeto de eventual exercício de garantia firme pelo Coordenador Líder, nos termos e condições estabelecidos no Contrato de Distribuição, observado, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento, pela Companhia, do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que as negociações deverão respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo A Companhia poderá resgatara antecipadamente a totalidade das Debêntures, a qualquer tempo a partir do segundo ano contado da data de emissão, mediante notificação prévia aos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário e Agente de Liquidação, o Escriturador e à B3. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente ao valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, conforme o caso, objeto do resgate, acrescido (i) da remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; (ii) dos encargos moratórios devidos e não pagos, até a data do referido resgate, caso existentes; e (iii) de prêmio flat, equivalente ao valor nominal unitário ou ao saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, multiplicado por percentual conforme previsto na Escritura de Emissão. Oferta de Resgate Antecipado O valor a ser pago em relação a cada uma das debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à oferta facultativa de resgate antecipado será equivalente ao valor nominal unitário ou ao saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, das debêntures objeto do resgate, acrescido (i) da remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (ii) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos debenturistas, a exclusivo critério da emissora, o qual não poderá ser negativo.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures simples, não conversíveis em ação, em série única da 5ª emissão da Companhia. O valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano-base de 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (taxa DI), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,10% ao ano-base 252 dias úteis. As Debêntures possuem garantia adicional fidejussória. As restrições impostas à Companhia estão ligadas ao cumprimento de suas obrigações assumidas no âmbito da Emissão, encontram-se descritas na Escritura de Emissão. O Agente Fiduciário das Debêntures é OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com domicílio situado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n° 1052, sala 132, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.3.0027387-5, neste ato representada de acordo com seu estatuto social.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Realização de Assembleia Geral de Debenturistas.
Outras características relevantes	Amortização Extraordinária: A Emissora não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa das Debêntures. Vencimento Antecipado: as obrigações podem ser declaradas vencidas antecipadamente, dentre outros, em caso de decretação de falência da Companhia ou qualquer sociedade da qual a Companhia detenha o controle, em caso de propositura pela Companhia ou por qualquer de suas controladas de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, entre outros casos. Restrições Impostas ao Emissor: Apurado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidas e/ou nas demonstrações financeiras intermediárias auditadas e consolidadas da Companhia, conforme descrito no item 2 deste Formulário de Referência.

Valor mobiliário	**Nota Comercial**
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Notas Comerciais
Data de emissão	14/03/2023
Data de vencimento	15/06/2030
Quantidade Unidade	150.000
Valor nominal global R$	150.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	108.898.300,11
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Comerciais Escriturais não serão depositadas para negociação em mercado organizado de valores mobiliários junto à B3.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo a Emissora deverá realizar o pagamento de prêmio de resgate equivalente a (i) 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra até o 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; (ii) 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 25º (vigésimo quinto) mês (inclusive) e o 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão); (iii) 1,00% (um inteiro por cento) flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 37º (trigésimo sétimo) mês (inclusive) e o 48º (quadragésimo oitavo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; (iv) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 49º (quadragésimo nono) mês (inclusive) e o 54º (quinquagésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; e (v) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra a partir do 55º (quinquagésimo quinto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	Notas Comerciais Escriturais, em série única da 1ª emissão da Companhia, com garantia fidejussória, para distribuição privada, com a data de vencimento conforme prevista acima. O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, com base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário, disponibilizado em sua página na internet (http://www.b3.com.br) (Taxa DI), acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 1,87% (um inteiro e oitenta e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. As Notas Comerciais Escriturais possuem garantia fidejussória. As restrições impostas à Companhia estão ligadas ao cumprimento de suas obrigações assumidas no âmbito das Notas Comerciais e encontram-se descritas no Termo de Emissão. Tendo em vista se tratar de emissão privada, não há Agente Fiduciário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Celebração de instrumento particular de aditamento devidamente assinado pelas Partes.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Amortização Extraordinária Facultativa: Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa a Emissora deverá realizar o pagamento de prêmio de amortização extraordinária equivalente a (i) 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, caso a Amortização Extraordinária Facultativa ocorra até o 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; (ii) 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, caso a Amortização Extraordinária Facultativa ocorra entre o 25º (vigésimo quinto) mês (inclusive) e o 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão); (iii) 1,00% (um inteiro por cento) flat incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, caso a Amortização Extraordinária Facultativa ocorra entre o 37º (trigésimo sétimo) mês (inclusive) e o 48º (quadragésimo oitavo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; (iv) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, caso a Amortização Extraordinária Facultativa ocorra entre o 49º (quadragésimo nono) mês (inclusive) e o 54º (quinquagésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; e (v) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, caso a Amortização Extraordinária Facultativa ocorra a partir do 55º (quinquagésimo quinto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão. Vencimento Antecipado: as obrigações podem ser declaradas vencidas antecipadamente, dentre outros, em caso de decretação de falência da Companhia ou qualquer sociedade da qual a Companhia detenha o controle, em caso de propositura pela Companhia ou por qualquer de suas controladas de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, entre outros casos. Restrições Impostas ao Emissor: Apurado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidas e/ou nas demonstrações financeiras intermediárias auditadas e consolidadas da Companhia, conforme descrito no item 2 deste Formulário de Referência.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	6ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	27/07/2023
Data de vencimento	27/07/2029
Quantidade Unidade	200.000
Valor nominal global R$	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	207.775.313,70
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário: (i) Investidores Profissionais, a qualquer tempo; (ii) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), após decorridos 6 (seis) meses contados da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea “a”, da Resolução CVM 160; e (iii) ao público investidor em geral após decorrido 1 (um) ano contado da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea “b”, da Resolução CVM 160, tendo em vista a condição de emissor de valores mobiliários categoria “B” da Emissora.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente ao valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, conforme o caso, objeto do resgate, acrescido (i) da remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; (ii) dos encargos moratórios devidos e não pagos, até a data do referido resgate, caso existentes; e (iii) de prêmio flat, equivalente ao valor nominal unitário ou ao saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, multiplicado por percentual conforme previsto na Escritura de Emissão. Oferta de Resgate Antecipado: O valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures (inclusive), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo.
Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures simples, não conversíveis em ação, em série única. O valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano-base de 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (taxa DI), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,60% ao ano-base 252 dias úteis. As Debêntures possuem cessão fiduciária de direitos creditórios, e conta com garantia adicional fidejussória.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Realização de Assembleia Geral de Debenturistas.
Outras características relevantes	Amortização Extraordinária: A Emissora não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa das Debêntures, observado o limite de 99,00% (noventa e nove por cento) do pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso. Vencimento Antecipado: as obrigações podem ser declaradas vencidas antecipadamente, dentre outros, em caso de decretação de falência da Companhia ou qualquer sociedade da qual a Companhia detenha o controle, em caso de propositura pela Companhia ou por qualquer de suas controladas de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, entre outros casos. Restrições Impostas ao Emissor: Apurado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidas e/ou nas demonstrações financeiras intermediárias auditadas e consolidadas da Companhia, conforme descrito no item 2 deste Formulário de Referência. Em 29 de janeiro de 2024, ocorreu a Assembleia Geral dos Titulares das Debêntures onde restou aprovado pelos investidores da emissão a incorporação da EBEC pela Let’s Rent a Car S.A. e a sucessão integral dos direitos e obrigações da primeira pela segunda. A Incorporação foi aprovada e efetivada em 31 de janeiro de 2024. Em 09 de abril de 2024, a Escritura de Emissão foi aditada para refletir os efeitos da Incorporação, substituindo a EBEC pela Companhia como Emissora.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	7ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	11/08/2024
Data de vencimento	11/08/2028
Quantidade Unidade	250.000

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor nominal global R$	250.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	258.060.311,98
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário: (i) Investidores Profissionais, a qualquer tempo; (ii) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), após decorridos 6 (seis) meses contados da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea “a”, da Resolução CVM 160; e (iii) ao público investidor em geral após decorrido 1 (um) ano contado da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea “b”, da Resolução CVM 160, tendo em vista a condição de emissor de valores mobiliários categoria “B” da Emissora.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: O valor do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (i) da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, e (ii) do respectivo prêmio de Resgate Antecipado Facultativo, flat, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo. Oferta de Resgate Antecipado: O valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures (inclusive), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo.
Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures simples, não conversíveis em ação, em série única. O valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano-base de 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (taxa DI), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,60% ao ano-base 252 dias úteis. As Debêntures possuem cessão fiduciária de direitos creditórios, e conta com garantia adicional fidejussória.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Amortização Extraordinária: A Emissora não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa das Debêntures, observado o limite de 99,00% (noventa e nove por cento) do pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso. Vencimento Antecipado: as obrigações podem ser declaradas vencidas antecipadamente, dentre outros, em caso de decretação de falência da Companhia ou qualquer sociedade da qual a Companhia detenha o controle, em caso de propositura pela Companhia ou por qualquer de suas controladas de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, entre outros casos. Restrições Impostas ao Emissor: Apurado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidas e/ou nas demonstrações financeiras intermediárias auditadas e consolidadas da Companhia, conforme descrito no item 2 deste Formulário de Referência. Em 29 de janeiro de 2024, ocorreu a Assembleia Geral dos Titulares das Debêntures onde restou aprovado pelos investidores da emissão a incorporação da EBEC pela Let's Rent a Car S.A. e a sucessão integral dos direitos e obrigações da primeira pela segunda. A Incorporação foi aprovada e efetivada em 31 de janeiro de 2024. Em 09 de abril de 2024, a Escritura de Emissão foi aditada para refletir os efeitos da Incorporação, substituindo a EBEC pela Companhia como Emissora.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	17	61	3
Nota Comercial	0	0	1

12.5 Mercados de negociação no Brasil

A Companhia não possui ações negociadas e/ou listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

As debêntures da Companhia são admitidas à negociação no mercado secundário, por meio do Balcão B3, também administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

12.9 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 12.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Patrícia Poubel Chieppe	Diretor Presidente	Alterado	
André Luiz Chieppe	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, a Sra. Patrícia Poubel Chieppe, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade 909.682/SSP ES, e inscrita no CPF sob o número 020.238.047-52, atesta que:

(i) Reviu o Formulário de Referência da Companhia;

(ii) Todas as informações contidas no Formulário de Referência da companhia atendem ao disposto na Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, e suas alterações, em especial aos artigos 15 a 20; e

(iii) As informações contidas no Formulário de Referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e os riscos inerentes à suas atividades.

DocuSigned by:
Patrícia Poubel Chieppe
E5FA686C21BA427...

Docusign Envelope ID: D850E25B-9EDA-40A4-BE13-0B6670415DDE

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Sr. André Luiz Chieppe, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade 2.095.913/SSP ES, e inscrito no CPF sob o número 059.320.357-73, atesta que:

(i) Reviu o Formulário de Referência da Companhia;

(ii) Todas as informações contidas no Formulário de Referência da companhia atendem ao disposto na Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, e suas alterações, em especial aos artigos 15 a 20; e

(iii) As informações contidas nesse Formulário de Referência retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes à suas atividades.

Signed by:
Andre Luiz Chieppe
D2447A59D74E4C2...

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.